

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO GIRARDI

O *ESPELHO DOS REIS* DE FREI ÁLVARO PELAYO (1341-1344) COMO
INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE RÉGIA IBÉRICA

CURITIBA
2016

LEONARDO GIRARDI

O ESPELHO DOS REIS DE FREI ÁLVARO PELAYO (1341-1344) COMO
INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE RÉGIA IBÉRICA

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
História, no Curso de Pós-Graduação em
História, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dra. Fátima Regina
Fernandes

CURITIBA
2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Girardi, Leonardo

O Espelho dos Reis de Frei Álvaro Pelayo (1341-1344) como
instrumento de construção de uma identidade Régia Ibérica /
Leonardo Girardi – Curitiba, 2016.

212 f.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Ciência política - História. 2. Idade Média – História. 3.
Ibérica, Península (Espanha e Portugal). 4. Virtudes teológicas –
Justiça social. I.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Leonardo Girardi**, intitulada: **O Espelho dos Reis de Frei Álvaro Pelayo (1341-1344) como instrumento de construção de uma identidade Régia Ibérica**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

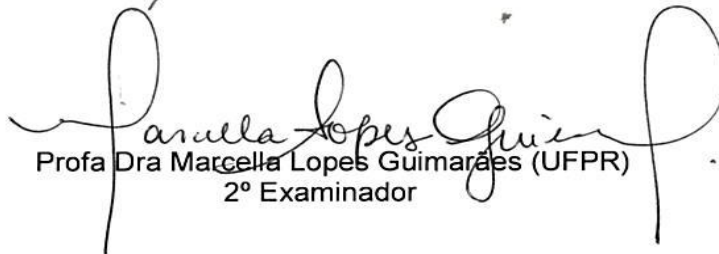
Curitiba, vinte e um de março de dois mil e dezesseis.



Prof. Dra Fátima Regina Fernandes Frighetto (orientadora)
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Lúcio Souza Lobo (UFPR)
1º Examinador



Prof. Dra Marcella Lopes Guimarães (UFPR)
2º Examinador

De alguma maneira, pensou com tanto rancor quanto podia sentir, a Fundação tem os olhos fixos inexoravelmente no futuro. O Segundo Império e o destino da humanidade os arrebataram. Não tinham tempo, nem desejo, de examinar o passado – e ficavam irritados com os que faziam.

Eram todos uns tolos, claro, mas Pelorat não conseguiria, sozinho, acabar com a insensatez. E talvez assim fosse melhor. Ele podia abraçar a grande causa com toda a sua alma e viria o dia em que seria reconhecido como o grande Pioneiro dos Importantes.

Isaac Asimov – *Limites da Fundação* (Ed. Aleph, 2012, p. 50)

AGRADECIMENTOS

Fora mais difícil do que eu esperava, mas eis que enfim, missão cumprida. Quando caí e pensei em desistir, quando me ergui e segui em frente, entre dias bons e dias ruins, tive pessoas em meu caminho sem as quais certamente este trabalho não teria alcançado seu fim. Devo a vocês (e também aqueles que não mencionei mas que na medida do possível tentarei agradecer pessoalmente!) todo meu carinho e gratidão.

À Professora Fátima, por uma vez mais ter me guiado e ajudado, tido paciência e me inspirado na composição deste trabalho, em minha carreira e em minha vida e ao Professor Renan, que me deu muitas ideias e principalmente, muito apoio e força nessa empreitada.

À Gabriela, minha namorada e companheira, por segurar firme em minha mão em todos os momentos, desde o princípio. Não teria conseguido sem você.

À minha família, por todo o carinho de sempre e também à família da Gabriela pela sempre boa acolhida.

Aos meus amigos, pelas risadas, pela força, pela motivação e por terem me mantido em pé sempre – Guilherme Prado, Jean Carvalho, Lucca Zanetti, Lucas Salmoria, Luciane Felisbino, Marlon Citon, Victor Alvim.

Aos amigos do NEMED, pelo incondicional apoio – André Leme, Carlos Zlatic, Elaine Senko, Eliane Veríssimo, Janira Pohlmann, Rafael Dielh.

Aqueles que participaram das disciplinas da Pós comigo, pelas boas reflexões e ideias que me propiciaram.

Ao Professor Antônio Cesar Almeida Santos que em disciplina me apresentou um leque impressionante de autores e novas abordagens que certamente farão parte de minhas leituras ao longo de toda a minha carreira acadêmica.

À Professora Marcella Lopes Guimarães e ao Professor Lucio Souza Lobo por aceitarem integrar minha banca de qualificação e defesa e assim, ajudarem-me a melhorar este trabalho de forma sem igual.

Aos gloriosos servidores Maria Cristina Parzwski, André Akamine e Marlene, seja pela ajuda ou pelas boas conversas.

Ao CNPq, que uma vez mais me auxiliou concedendo uma bolsa de pesquisa.

Plus ultra.

RESUMO

Dentro dos quadros teórico-metodológicos da História do Pensamento da Igreja e da Teoria Política Baixo-Medieval, a seguinte pesquisa pretende investigar o *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*, 1341-1344) de frei Álvaro Pelayo, tendo como hipótese norteadora o projeto de construção de uma identidade régia ideal para os soberanos cristãos, com destaque que os luso-castelhanos. A partir disto, perscrutamos a figura do Frade e de seu próprio tempo, retirando dali matéria para a compreensão de suas sentenças, além de focalizar atentamente as próprias motivações aparentes por trás da redação do *Espelho dos Reis*. Disto observamos a fidelidade de Pelayo para com Afonso XI, soberano de Castela, e seu empenho em fortalecê-lo politicamente, dando base para o sustento de sua posição no cenário político interno, além de buscar meios teóricos para o ressurgimento da hegemonia castelhana que outrora vigorou na Península Ibérica. Tendo esta conjuntura em mente, analisaremos alguns elementos da fonte que se sobressaem na edificação desta identificação do soberano, sendo eles o conjunto das *Virtudes Cardeais* e suas contrapartes, os vícios. Estes resultam em matéria-prima para a edificação de um rei que seja ético e moralmente capaz de conduzir um reino dentro das diretrizes de uma Cristandade unida pela doutrina cristã – respeitando a uma ordem política esperada por um membro do clero fiel aos ideários da Teocracia Pontifícia, como o era Pelayo. Neste sentido, isolamos e destacamos a virtude da *Justiça* como a característica central deste soberano para o Frade, sendo esta responsável por dar a cada indivíduo o que lhe é devido ao mesmo tempo em que é usada pelo rei para manter a harmonia do reino enquanto conduz todos os seus súditos peregrinos à vida eterna mediante a defesa do Bem-Comum.

Palavras-chave: Baixa Idade Média. Península Ibérica. Álvaro Pelayo. Teoria Política. Virtudes. Justiça.

ABSTRACT

Within the theoretical and methodological frameworks of the History of the thought of the Church and of the Late Medieval Political Theory, the following study friar Álvaro Pelayo's *Mirror for Kings* (*Speculum Regum*, 1341-1344), considering as the guiding hypothesis the project of building an ideal royal identity for Christian rulers, notably the Portuguese and Castilian ones. From this, we examine the figure of the friar and of his own time, and taking from these the material for the understanding of his sentences, in addition to look carefully the very apparent motivations behind the writing of the *Speculum Regum*. From these, we noted Pelayo's loyalty to Alfonso XI, king of Castille, and his efforts to strengthen him politically, giving substance for the support of his position on the internal political scene, in addition to seeking theoretical means for the resurgence of the Castilian hegemony which once prevailed in the Iberian Peninsula. Having this situation in mind, we will examine some elements of the source that excel in the building up of this identification of the sovereign, being them the ensemble of all the Cardinal Virtues and their counterparts, the vices. These result in raw material for the edification of a king who is ethical and morally capable of leading a kingdom within the guidelines of a Christendom united by the Christian doctrine – respecting an expected political order by a member of the clergy faithful to the ideals of papal theocracy like Pelayo was. In this sense, we isolate and highlight the virtue of Justice as the central feature of this sovereign according to the friar, being this virtue responsible for giving each person what is due him at the same time that it is used by the king to maintain the harmony of the kingdom while leading all his subject pilgrims to eternal life through the defense of Common-Good.

Keywords: Late Middle Ages. Iberian Peninsula. Alvaro Pelayo. Political Theory. Virtues. Justice.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Aportes sobre um mundo à beira da mudança.....	16
1.1 Quem foi Álvaro Pelayo.....	16
1.2 Os soberanos Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela.....	34
1.3 Diplomacia luso-castelhana no contexto da Grande Batalha do Estreito (c. 1250-1350).....	43
1.4 O <i>Espelho dos Reis</i> (1341-1344) e o gênero textual de espelhos de príncipe.....	49
2. A Virtude da Justiça régia no <i>Espelho dos Reis</i> de Frei Álvaro Pelayo.....	57
2.1 Teoria e ética.....	57
2.2 As formas da Justiça.....	71
2.3 A Batalha do Salado, o combatente ibérico, a Justiça.....	78
Conclusão: uma identidade ibérica?.....	88
Referências Bibliográficas.....	91
Anexos.....	97

INTRODUÇÃO

Quando em 1341 iniciou a redação do tratado que deu por título *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*), Frei Álvaro Pelayo, ou Álvaro Pais Gomes Chariño, provavelmente estava inebriado pela recente vitória das forças cristãs nas cercanias da cidade de Tarifa, localizada ao sul da Península Ibérica. Tal suposição pode ser constatada a partir da paixão e do fervor com o qual o clérigo exulta a conquista e estimula uma continuidade da empresa, detratando as forças muçulmanas e o próprio muçulmano conquanto sua religião e cultura – tudo isto no princípio de sua obra. Para reforçar tal colocação, é possível fazermos uso de um caso completamente distinto deste que trabalhamos. Nele, a convicção e sinceridade com a que defende seus ideais transparece na ocasião em que o Frade tenta reconduzir seus irmãos de hábito novamente ao correto cumprimento da Regra deixada por São Francisco, em momento de sua vida anterior ao da redação do *Espelho dos Reis*, tema de um estudo conduzido por Armênia Maria de Souza¹.

Mas, que importância podemos atribuir às preocupações expressas acima? Qual seria sua relevância no desenvolvimento de um trabalho como este a que nos propomos? Em suma, conhecer o homem que fora Frei Álvaro Pelayo nos auxilia em quê exatamente?

Buscando responder a estas questões, nos deparamos inicialmente com uma situação comum a todo historiador, independente do período a que se debruça – perde-se o homem nas brumas do tempo, resta-nos apenas as suas palavras². Explicamos esta colocação a partir de um homem que melhor soube expressar-se acerca de seu ofício:

¹ SOUZA, Armênia Maria. O descumprimento da Regra Franciscana pelos Frades Menores ao tempo de Frei Álvaro Pais, OFM. (1270-1349). In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza (orgs.). *A Idade Média*. Entre a História e a Historiografia. Goiânia: E. da PUC Goiás, 2012, pp. 137-149.

² Certamente não restam apenas as palavras como fontes históricas. Fazemos o seu destaque pelo simples fato de estas continuarem ainda hoje sendo a principal matéria de boa parte dos historiadores; o que não exclui a vasta gama de tipos de fontes que o desenvolvimento historiográfico do século XX nos legou.

“[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.”³

À primeira vista, o *Espelho dos Reis* nos dá a impressão de ser composto essencialmente de matéria densa e extremamente direta: um tratado, como muitos outros escritos no mesmo período, enunciando uma série de sentenças jurídicas, bíblicas e filosóficas no sentido de instruir um soberano. Certamente, questões pontuais podem ser dali retiradas, seguindo a lógica desta primeira impressão, muito embora o cerne da obra permaneça oculto, apenas esperando que algum intrépido explorador tenha a devida paciência de permear os seus meandros.

Neste sentido, somamos as palavras de Marc Bloch com as de outro historiador, Quentin Skinner, ao se referir às suas análises sobre a teoria política hobbessiana: “[...] Minha suposição norteadora é que mesmo as mais abstratas obras de teoria política nunca estão acima da batalha; elas sempre são parte da própria batalha. [...]”⁴; e eis aí a combinação-chave daquilo que pretendemos executar daqui em diante. Houve uma época em que os estudos de História Política sofreram certo ostracismo por conta de sua forma um tanto letárgica de encarar o processo histórico quanto por tendências novas e incontestavelmente revigorantes para a disciplina – Marc Bloch e a primeira geração da Escola dos Annales são prova disso. Porém, ao longo do século XX correntes historiográficas diversas, juntando-se a novos e expressivos pontos de vista revisaram os velhos pressupostos norteadores deste viés analítico; e é a partir desta conjuntura que destacamos a importância de estudar Álvaro Pelayo como o

³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff, apresentação à edição brasileira de Lília Mortz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 54.

⁴ SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 15.

homem que foi e entender sua obra dentro deste princípio, estando longe de ser um tratado fechado em torno de si mesmo, atemporal ou autossustentável por suas ideias.

Seguindo as premissas duma nova História Política, intentamos mergulhar autor e obra dentro de seu contexto, perceber como ambos estão inseridos no emaranhado complexo de relações políticas, de poder e de pensamentos e como se relacionam e a eles reagem. Esta modalidade historiográfica encontra acolhida entre nós por conta das novas demandas e exigências reflexivas impostas pelo desdobramento da própria sociedade. Conforme José d'Assunção Barros diz,

“[...] em um mundo contemporâneo no qual tem se tornado cada vez mais clara a multiplicidade de poderes de todos os tipos que envolvem a vida social e individual, da coerção ou planificação governamental mais direta às sutis formas de propaganda subliminares, a História Política viu-se sensivelmente renovada neste novo rearranjo de modalidades históricas. Trata-se, contudo, muito mais de um desenvolvimento lógico e estrutural da Historiografia e de sua inserção no contexto da história recente [...] do que de uma simples moda historiográfica que retorna para compensar seus anos de relativo eclipse.”⁵

Tal atitude de inserção na Nova História Política nos permitirá entender melhor quais seriam as intenções de Álvaro ao escrever o *Espelho dos Reis*, e, ao modo de Skinner, “saber o que o autor estava fazendo quando disse o que disse”. Tendo isto em mente, a paixão com que Pelayo reporta a vitória cristã ou a convicção com que tenta reconduzir os Frades Menores, seus colegas de hábito, à boa conduta são salutareos para compreender o modo como as peças se encaixam no quebra-cabeça; elas, ligadas a outros elementos da trama nos auxiliarão a ter um vislumbre, mesmo que ofuscado pelas areias do tempo, daquele momento e daquelas situações, ou necessidades. E para este propósito, nada melhor do que começarmos a explorar o momento em que o frade e seu *Espelho* estão inseridos; assim, procedemos à estruturação do trabalho que se segue.

⁵ BARROS, José d'Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. In: *Revista Escritas*, Universidade Federal do Tocantins, v. 1, 2008, p. 02. Para uma visão mais detida do assunto, remetemos o leitor a uma obra do mesmo autor: *O campo da História* (Petrópolis: Editora Vozes, 2009) onde o mesmo aborda em capítulo exclusivo intitulado “História Política” o histórico da modalidade historiográfica, suas particularidades, renovação e novos desafios que a mesma irá defrontar.

O **Capítulo I**, intitulado **Aportes sobre um mundo à beira da mudança** tem como objetivo estabelecer os personagens em seu contexto, em vista do entendimento daquilo que será enunciado no *Espelho dos Reis*. Como o próprio título sugere, o século XIV ibérico – e europeu no geral – aponta para uma série de transformações nos mais diversos âmbitos da vida humana. As estruturas que durante séculos orientaram a sociedade começam a ver-se rodeadas por novos agentes e situações distintas das quais estavam acostumadas a tratar, resultando assim em um momento rico e extremamente complexo. Nele, por exemplo, vemos a figura régia ganhando projeção como antes não fora visto, ao mesmo tempo em que uma das mais tradicionais instituições do período, a Igreja, encara esta conjuntura tentando adequá-la a seu ideal de estrutura. **Quem foi Álvaro Pelayo**, mostrará ao leitor a inserção do Frade nesta situação. Um homem calcado nos antigos pressupostos de sociedade, defensor inclusive de uma Teocracia Pontifícia cada vez mais abalada, mas que ainda assim ajuda seu soberano natural em seus propósitos governamentais, completamente incrustados nas novas demandas sociais. Contraditório? Não, no sentido de que as prerrogativas de Pelayo ainda estão em consonância com os aspectos mais tradicionais do mundo medieval, ao mesmo tempo em que ele próprio é um agente transformador.

Os soberanos Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela abordará a interface do *Espelho dos Reis*, ou seja, os soberanos a quem direta ou indiretamente Álvaro Pelayo dirigiu sua obra. Neste item, teremos como foco principal a trajetória dos dois governantes principais da Península Ibérica no contexto de vida e atuação do Frade, ou seja, Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela. Conhecer, mesmo que superficialmente suas vidas revestem-se da mesma importância no tocante ao item anterior, no sentido de orientarmos no que se refere ao desenvolvimento e compreensão da atuação política pessoal de ambos.

O efeito maior, tanto da política de Afonso IV e Afonso XI quanto da de seus antecessores é tema do item **Política luso-castelhana no contexto da Grande Batalha do Estreito (c. 1250-1350)**, onde, além de explorarmos mais a fundo o contexto político em que Pelayo acabará por se inserir, poderemos observar uma peça determinante para a composição de uma identidade régia ibérica: a luta pela hegemonia peninsular. Nesta luta, veremos o papel que Castela terá na batalha pela

posse das praças econômicas do Estreito de Gibraltar contra os muçulmanos, detentores delas, e das manobras políticas usadas contra os próprios reinos cristãos vizinhos com o intuito de reaver o velho status adquirido principalmente através do reinado de Fernando III, o Santo.

Finalizando o primeiro capítulo, teremos **O Espelho dos Reis (1341-1344) e o gênero textual de espelhos de príncipe** no qual traremos ao leitor um pouco mais de informações sobre esta forma de produção textual eleita pelo Frade para exprimir suas intenções e trazer-nos sua teoria política, e abordaremos a própria composição do *Espelho dos Reis*, observando alguns detalhes da composição em si, notadamente, sua estrutura.

No **Capítulo II, A Virtude da Justiça régia no Espelho dos Reis de Frei Álvaro Pelayo**, abordaremos a virtude que mais se destaca na identidade régia construída por Álvaro Pelayo, a saber, a Justiça. É nela que veremos o corpo principal da função régia e o *modus operandi* do soberano. Para tanto, é necessário que tenhamos em conta a integração desta com todo o conjunto teórico apresentado pelo Frade no *Espelho dos Reis*, e tal expediente cumpre-se no item **Teoria e ética**. Nele observaremos o modo como Pelayo vê e idealiza o ordenamento da sociedade em que se encontra e de que forma modela o poder do soberano em função deste ordenamento, seguindo os pressupostos das quatro Virtudes Cardeais e o papel que a ética assumirá sobre estas, apresentando consequências nos atos políticos do governante. Nosso passo seguinte consiste no item **As formas da Justiça** onde finalmente exploraremos a virtude da Justiça ao lado de suas acepções, conforme apresentadas, categorizadas e descritas por Álvaro Pelayo. Em **A Batalha do Salado, o combatente ibérico, a Justiça**, veremos a aplicação prática de toda esta teorização do Frade, representada justamente pelo grande acontecimento que dará o impulso inicial para a redação do *Espelho dos Reis* em 1341 e como o Frade dá sentido à sua experiência. Intentamos, por meio da análise deste episódio à luz do tratado finalmente atingir a identidade régia construída e integrá-la com outro elemento apresentado no primeiro capítulo, ou seja, a busca castelhana pela hegemonia peninsular. Através disto, poderemos concluir quais foram os propósitos de Álvaro Pelayo por trás da redação de nossa fonte e de que forma este a realiza.

Dito isto, finalmente entregamos este trabalho à apreciação do leitor, desejando-lhe uma boa leitura.

1. APORTES SOBRE UM MUNDO À BEIRA DA MUDANÇA

O objetivo deste primeiro capítulo centra-se na contextualização espaço-temporal de nosso recorte temático e na problematização das relações geradas entre a figura do frade franciscano e Bispo de Silves Álvaro Pelayo e os soberanos de Castela e Portugal, respectivamente Afonso XI e Afonso IV. Por meio deste processo, intentamos atingir e explorar as intenções (ou, usando outro termo, as motivações) e ideais do Frade – englobando, por exemplo, partes fundamentais de sua teoria política, sua teologia, seus princípios jurídicos, dentre outros – por trás da redação da obra que temos em questão, o *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*) composição iniciada em 1341 e concluída na cidade de Tavira, no reino lusitano, em 1344, preparando assim o caminho para discutir aquela que acaba se tornando uma de nossas grandes interrogações para este trabalho: seria o Espelho dos Reis uma ferramenta de construção de uma identidade régia ibérica?

1.1 Quem foi Álvaro Pelayo

Em alguns casos, repassar a biografia de um personagem específico pode ser uma tarefa um tanto cansativa: por um lado acaba resultando desnecessária para quem escreve, por já conhecê-la em seus mais variados e amplos aspectos; por outro, pensando naquele que lê, em alguns momentos pode resultar onerosa por este estar mais interessado nos resultados concretos obtidos pela análise de fonte do que em meros fatos que podem ser obtidos em qualquer manual. Entretanto, pensamos de uma maneira distinta com relação a esta situação esboçada, mais adequada à velha concepção de gênero biográfico. O conhecimento da vida e experiência de um dado indivíduo, seus costumes, ações, posicionamentos, interações - dentre muitas outras manifestações, da mais variada gama - poderá fornecer muitas pistas para que nós, historiadores, compreendamos e encaixemos as peças que possibilitem, consequentemente, a construção do conhecimento histórico, aliando a historiografia com a análise aprofundada das fontes.

Ademais, ao argumento posto acima se soma outro que pode incorrer num problema para nossa pesquisa, as lacunas existentes na vida de muitos autores, como é o caso de Álvaro Pelayo. Conhecer por si só sua figura resulta num trabalho hercúleo – os passos deste homem, como de muitos outros, acabaram por se perder em meio às brumas do tempo. Sendo assim, pautamos esta primeira etapa de nossas investigações na leitura de três autores que, no decorrer do século XX e princípio do novo século, dedicaram longas páginas no sentido de clarear a vida do Frade. São eles, numa ordem cronológica: Antônio Domingues de Souza Costa (1926-2006), João Morais Barbosa (1945-1991) e José Antônio de C. R. de Souza. É preciso falar, antes de tudo, que outros autores buscaram se aprofundar na vida de Pelayo, e aqui cabe um grande destaque à Nicolas lung que nas primeiras décadas do século passado⁶ trouxe a lume muitos detalhes acerca do Frade e inspirou a realização de muitos outros trabalhos; entretanto, aqueles que aqui destacamos são os que trazem dados mais atuais e completos acerca de nosso personagem, sobretudo Sousa Costa que a Pelayo dedicou inclusive um extenso estudo na década de 1960 – *Estudos Sobre Álvaro Pais*⁷.

Antonio Domingues de Souza Costa, tal qual seu o personagem a que se dedica, ordenou-se na Ordem Franciscana, a 22 de julho de 1951. Licenciou-se em Direito Canônico em 30 de junho de 1953 no Ateneu Antonianum de Roma e três anos depois, em 30 de junho, o doutorado. A carreira de Sousa Costa, dali para diante, se alternou entre a licenciatura e a pesquisa em vários centros de ensino superior portugueses, tendo como grande área de interesse o Direito. Em 1981-1982, presidiu o Instituto de Estudos Medievais Franciscanos onde lecionou também Paleografia e interpretação de textos jurídicos medievais. Em 1983, foi Professor Ordinário de Direito Canônico na Pontifícia Universidade Urbaniana (Roma/Itália) onde exerceria também o cargo de orientador de teses e, na mesma instituição, Decano na Faculdade de Direito; ali se jubilaria ao final de 1997-1998. Fora perito em Direito a serviço da Ordem Franciscana e da Santa Sé, dentre outras atribuições dentro da Igreja.

⁶ Para uma lista bastante completa, remetemos o leitor a BARBOSA, João Morais. *Álvaro Pais (coleção Pensamento Português)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1992, pp. 09, nota de rodapé 02. Pelo fato desta obra derivar dos estudos de Morais Barbosa (1945-1991) a respeito do franciscano, seu trabalho de levantamento bibliográfico fora construído ao longo de muitos anos e por isso, resulta numa ferramenta de consulta bastante detalhada.

⁷ SOUSA COSTA, Antônio Domingues de. *Estudos Sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966.

“[...] Além de docente e perito de Direito Canónico e Paleografia medieval, foi um investigador incansável e um cultor insaciável do saber histórico, destacando-se como o português que melhor conheceu e mais intensamente e durante mais tempo investigou no Arquivo do Vaticano (1952-2002), em segmentos que se prenderam com as questões da vida do clero e de nobres portugueses da Idade média e Renascimento, com as questões das Concordatas, da vida da Universidade, e da Expansão Ultramarina portuguesa. [...]”⁸

Embora outros tenham antecedido Sousa Costa em pesquisas de grande magnitude conquanto ao Frade galego, fora o autor português quem mais perscrutou o passado e trouxe a lume uma quantidade sem precedentes sobre Pelayo que, com toda a certeza, deu novos rumos à pesquisa sobre sua pessoa e obra. Seguindo tais passos, vemos anos mais tarde João Morais Barbosa dedicar-se ao Frade tendo como mote outro viés investigativo, a Filosofia. Cabe acrescentarmos que este autor terá papel salutar no desenvolvimento de nosso trabalho, notadamente a partir do segundo capítulo no tocante à análise das Virtudes Cardeais e da virtude da Justiça.

Barbosa licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano de 1970, com um trabalho desde o princípio ligado ao pensamento pelagiano: “A filosofia política de Álvaro Pais no ‘Speculum Regum’”. Ainda em 1970, seguiu para Moçambique onde lecionou no que hoje é a Universidade Eduardo Mondlane; a seguir, esteve em Roma, na qualidade de bolsista do Instituto de Alta Cultura entre novembro de 1973 e setembro de 1974, retornando a Portugal para no ano seguinte, 1975, ingressar no quadro docente da Universidade Nova de Lisboa. Em 1977, doutorou-se em Filosofia tendo como campo de especialidade a Filosofia Medieval – sua tese “Fundamentos metafísicos da filosofia de Álvaro Pais” fora aprovada com distinção e louvor. Neste mesmo ano, fundou o Departamento de Filosofia da mesma instituição, onde desenvolverá a função de docência até o ano de sua morte, em 1991. Como é dito, “Não possuindo uma obra científica muito vasta esta

⁸ ARAÚJO, António de Sousa. António Domingues de Sousa Costa (1926-2002: elementos para a sua biobibliografia). *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2ª S. 15 (2003), 331-358. Para esta citação, p. 332.

é, no entanto, bastante considerada e pioneira no que diz respeito ao estudo da produção filosófica portuguesa durante a Idade Média. [...]”⁹.

Seguindo este filão de pesquisa, mas atravessando o azul do Oceano Atlântico para culminar nos trópicos, vemos José Antonio de C. R. de Souza despontando como um marco brasileiro para os estudos pelagianos, mas não só: em sua conta, vemos dois grandes nomes contemporâneos a Pelayo, como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham. Souza graduou-se em Filosofia pela Universidade de Mogi das Cruzes no ano de 1971, tendo realizado na Universidade de São Paulo (USP) o mestrado e doutorado em História Social (1975 e 1980 respectivamente). Prosseguiu sua formação com um novo doutorado em 2001, desta vez em História da Filosofia e cultura portuguesa através da Universidade Nova de Lisboa. Atuou como professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG) onde ingressou em 1992 e aposentou-se em 1998 além de ser professor e investigador do Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde 2008. Souza tem experiência e atua, conforme o próprio destaca, nas áreas de História das Ideias e Filosofia Política Medieval, bem como das relações de poder, notadamente entre Igreja e Estado tendo como escopo o pensamento de diversos autores do período, incluindo outros nomes que os que destacamos a princípio¹⁰.

Estes são os três grandes alicerces sobre os quais baseamos boa parte de nossas informações. Entretanto, há que se destacar outros dois autores que em tempos recentes vêm produzindo e contribuindo com ideias e concepções novas para o campo de investigação no qual nós próprios nos inserimos. Tratamos de Armênia Maria de Sousa e Rafael de Mesquita Diehl. A primeira fez sua graduação e mestrado na Universidade Federal de Goiás (UFG, 1995 e 1999 respectivamente) prosseguindo com o doutoramento também em História pela Universidade de Brasília (UnB, 2008). Hoje atua como professora adjunta na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, trabalhando e orientando alunos (tanto da graduação quanto do Programa de

⁹ Tanto esta citação quanto os demais elementos da biografia de Morais Barbosa foram retiradas do seguinte domínio: <http://www.fcsh.unl.pt/media/noticias/joao-morais-barbosa-1945-2013-1991> (consulta realizada em 11/03/2015).

¹⁰ Informações extraídas do Currículo Lattes do autor, disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787429T8> (domínio consultado em 11/03/2015).

Pós-Graduação da mesma instituição) nas áreas de História do Pensamento Político Medieval, História da Igreja Medieval, Inquisição portuguesa e castelhana, dentre outras afins¹¹. Já Rafael Diehl realiza atualmente (2015) o doutoramento em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) onde também adquiriu os títulos de licenciado e bacharel (2009) e mestre (2013). Em seu mestrado, desenvolveu um trabalho intitulado “O poder régio e suas atribuições no Speculum Regum (1341-1344) do franciscano Álvaro Pelayo, bispo de Silves (1333-1350)” e hoje, conduz estudos vinculados ao Papado de Avignon, mais propriamente na primeira metade do século XIV¹².

Realizada esta identificação de nossos autores base, é conveniente que comecemos a abordar nosso personagem em si. E para tanto, nada melhor do que partirmos tendo em vista aquelas lacunas que mencionamos anteriormente, uma delas dizendo respeito justamente à data de nascimento de Frei Álvaro Pelayo. O que se sabe, através das pesquisas de Sousa Costa na década de 1960, é que o dito frade nasceu entre os anos de 1270 e 1280. Quanto ao lugar de procedência, muito fora debatido. Seria Pelayo "português" ou "espanhol"? Qual teria sido sua nacionalidade (embora seja anacrônico pensar tal elemento em termos de medievo)? Eis algumas interrogações que animavam os investigadores principalmente da primeira metade do século passado, até a data de publicação do já referido estudo de Frei Álvaro¹³, sendo que a estas se somam as dúvidas quanto às suas vinculações familiares, dado que só se sabia que Pelayo era bastardo e conseguira dispensa de tal condição, o que lhe possibilitou inclusive assumir a dignidade de Bispo da Diocese de Silves.

Pois bem, Álvaro Pelayo nasceu em Salnés, pertencente à Diocese de Santiago de Compostela, no que nos dias de hoje é englobada pela região de Pontevedra, na Galiza, não muito distante da cidade de Vigo. À época, toda esta área

¹¹ Informações extraídas do Currículo Lattes da autora, disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795606P2> (domínio consultado em 11/03/2015).

¹² Informações extraídas do Currículo Lattes do autor, disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4212998P2> (domínio consultado em 11/03/2015).

¹³ Muitas delas, supomos, conduzidas por um viés nacionalista, característico do momento político vivido na Península Ibérica - a saber, as ditaduras de António de Oliveira Salazar em Portugal e Francisco Franco Bahamonde na Espanha - prolongando-se um pouco para além da publicação da obra de Sousa Costa.

encontrava-se sob a égide e proteção do rei de Leão e Castela, muito embora o Frade costumasse proclamar-se simplesmente como *hispano* (elemento observável logo na abertura do *Espelho dos Reis* – “Começa o Espelho dos Reis, escrito por Frei Álvaro, *hispano*, da Ordem dos Menores, bispo de Silves, e exímio professor de Degredos”¹⁴ - e de suas demais obras) - não deixando, claro, de proclamar o soberano castelhano como seu *Senhor natural*, ou seja, “[...] está a mostrar que o franciscano se declarava natural das terras sujeitas ao domínio de el-Rei de Castela”¹⁵ outro dado que assumirá relevância para nós em seu devido tempo.

Sobre seus vínculos familiares, acreditava-se que Pelayo estava ligado ao ramo dos Fernandes-Sotomayor da Galiza, sendo filho do cavaleiro Ruy Páez de Sotomayor, fiel servidor do rei Sancho IV e que por ele entregou a vida em 1287 quando combatia Diego López de Haro, senhor de Vizcaya, enquanto este revoltava-se contra seu soberano. Tal hipótese fora levantada por Padre Alejandro Amaro¹⁶ em princípios do século XX e bastante aceita entre os estudiosos da época, até o momento em Sousa Costa, através do contato com as bulas de dispensa de bastardia dirigidas ao Frade, chegou ao seu nome completo: *Ávaro Pais Gomes Chariño*¹⁷. A partir disto, é sugerida nova vinculação ao Frade, remetendo seu parentesco a uma figura bastante ilustre, principalmente dentre aqueles que estudam a tradição literária galego-portuguesa medieval - Don Paio Gomes Chariño¹⁸. Segundo Sousa Costa, é quase certa esta segunda colocação, muito embora o testamento do Frade feito em Sevilha a 29 de novembro de 1349 deixe alguns resquícios de dúvida quanto a relação com os

¹⁴ PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum* – estabelecimento do texto e tradução de Miguel Pinto de Meneses). 2 vol., Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963, vol. 1 p. 05. A partir daqui, referenciaremos a obra nas notas como EdR, seguido do volume e páginas.

¹⁵ SOUSA COSTA, António Domingues de. *Op. cit.*, p. 72.

¹⁶ Padre Alejandro Amaro também figura entre os três principais autores que já destacamos como um daqueles que se dedicou largamente ao esforço de conhecer mais sobre a identidade de Pelayo; deixamo-lo de fora de nosso quadro bibliográfico por conta das diversas revisões que foram feitas de sua obra, culminando nos dados que temos em mãos.

¹⁷ O nome de Pelayo pode aparecer de distintas formas: Pais, de acordo com os autores e edições portuguesas, Alvarus Pelagius ou Pelagii de acordo com a grafia latina ou Pelayo, de acordo com a designação castelhana - a qual optamos por seguir.

¹⁸ Ou *Pai Gomes Charinho*, fora nomeado por Afonso X, o Sábio, como Almirante do Mar de Castela, para ser, tempo depois, destituído do cargo. Fora amigo de Sancho IV, filho e sucessor do Sábio e a quem sempre contou com a favorável intervenção. Destacou-se através de sua obra literária, principalmente por suas cantigas de amor, amigo e escárnio. Fora assassinado por conta de questões políticas e intrigas políticas que rondavam o trono castelhano à época. Tem seu sepulcro localizado no convento franciscano de Pontevedra.

Fernandes-Sotomayor por conta do legado que ele deixa para sua irmã, Constança *Fernandes*, e sobrinha, além de outros parentes.

Embora ainda restem dúvidas quanto a Don Paio ser ou não pai de Pelayo, é certo que sua educação, como o mesmo afirma no *Espelho dos Reis*, se deu na Corte castelhana, sendo mais precisos, na de D. Sancho IV: “[...] De facto, quando eu era menino, observei, em teu avô, o ínclito senhor rei Sancho que me alimentava, que expulsou o demónio e deixou curada a uma mulher endemoninhada, que o insultava, enquanto ele tinha o pé sobre a sua garganta e lia num pequeno livro.”¹⁹ - fato este que pode vir a reforçar ainda mais a tese de Sousa Costa, se partirmos do conhecimento da amizade existente entre o Almirante do Mar e o soberano a que aludimos na nota de número 09, a tal ponto de o Frade ser tomado como protegido do rei, além de corroborar também com a tradição de os filhos de nobres servidores da Coroa serem nela educados²⁰. Por mais que pareça um dado irrelevante, esta relação do Frade com a proteção/educação propiciada pelo monarca de Castela terá, a nosso ver, um impacto bastante grande e quiçá, determinante no seu trabalho - sobretudo naquele que resulta em nossa fonte – por conta do sentimento de fidelidade, carregado de toda a sua conotação e significância feudal²¹, bem como cultural, que se projetará mais tarde, como veremos, na paixão com que Pelayo se dedica à causa do neto de seu primeiro protetor e soberano quando da redação do *Espelho dos Reis*, Afonso XI.

Após sua estadia ali, há notícias de Pelayo ter se tornado clérigo secular em Santiago de Compostela - é deste período, inclusive, que partem duas bulas papais essenciais no estudo de Sousa Costa para o conhecimento da identidade do Frade. A primeira bula, assinada pelo Papa Nicolau IV (datada de 22 de setembro de 1289) simplesmente dispensava-o dos impedimentos implicantes da condição de bastardo; já

¹⁹ EdR, vol. 1, p. 55. O trecho recortado acima faz parte de uma tentativa de Pelayo em ressaltar as virtudes taumaturgicas que os “devotos reis de Espanha” possuíam, similares aos de França e Inglaterra – quem sabe, tentando aproximar o reino à esfera de importância no palco da Cristandade que os dois supracitados possuíam. Sobre a taumaturgia, consultada a clássica obra de Marc Bloch a respeito do assunto: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁰ TEJADA, Francisco Elías de; PÉRCOPO, Gabriela. *El Reino de Galicia (Tomo I - hasta 1700)*. Vigo: Editora Galaxia, 1966, pp. 91-94.

²¹ Remetemos o leitor a dois estudos bastante aprofundados conquanto à questão da fidelidade nas relações feudo-vassálicas: FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 1978; FLORI, Jean. *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.

a seguinte, de 01 de fevereiro de 1296 fora concedida por Bonifácio VIII e permitia a Pelayo ascender às Ordens Menores e demais instituições, além de receber o benefício de cura de almas. Depois, vemo-lo em Bolonha onde estudará Direito em sua famosa Universidade, e adquirirá, sob a orientação de Guido de Baisio²², o título de que muito usará em suas obras, “Doutor em Degredos”²³, tanto Romano, quanto Canônico.

Neste período, através de análises realizadas principalmente por Armênia Maria de Souza acerca do *De statu et planctu Ecclesiae* (*Estado e Pranto da Igreja* - primeira grande obra do Frade, vemos alguns traços do caráter austero de Pelayo serem expostos principalmente na forma de críticas à displicência dos colegas universitários com sua desregrada - além de extremamente mundana - vida, e também das, para ele, abusivas cobranças para a obtenção da titulação²⁴, dentre outras formas pouco louváveis que se observava na pululante vida urbana dos grandes centros, sobretudo de estudos. Ainda sobre a formação do Frade, Sousa Costa chama-nos atenção para o fato de Pelayo ter estudado teologia antes ou depois de haver-se entregado ao hábito franciscano, na Universidade de Bolonha ou em Lisboa-Coimbra, onde inclusive combateu fervorosamente as teses de Tomás Escoto. Esta evidencia refuta a antiga tese de que o Frade cursara a disciplina na Universidade de Paris sob a maestria de Duns Escoto, entretanto, a nosso ver, Pelayo relegara completamente os conhecimentos adquiridos ao segundo ou até mesmo terceiro plano. Conforme análise empregue por João Morais Barbosa através de seus estudos filosóficos²⁵ e por nós sobre o *Espelho dos Reis*, pouco, ou quase nada de reflexões teológicas encontram-se no pensamento pelagiano. Pelo contrário - salta aos olhos o seu grande apresso pela matéria de Direito, usando mais, no caso de nossa fonte, o *Digesto* e outras fontes de regras do que a própria Bíblia. Finalizando sobre sua vida universitária, depois de

²² Célebre canonista, também fora conhecido como *Arcediágo* ou, *Arquidiácono*. Faleceu na cidade de Avignon, no ano de 1313.

²³ Segundo António José Saraiva, “Degredos” resulta numa vulgarização de “Decretais”; SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1993.

²⁴ Os Membros Plebeus da Sociedade: os Intelectuais (Doutores e mestres, discípulos e escolares), sob a ótica de Álvaro Pais. In: *IV Encontro Regional História, Representações e Narrativas*, 2003, Vitória - ES. ANPUH-ES. *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPU-ES. História, Representações e Narrativas*. Vitória - ES: ANPUH-ES, 2002. v. 1. p. 1-15.

²⁵ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*

formado, Pelayo lecionou Direito em Perúcia e posteriormente, já como frade, num convento de dominicanos.

Seria, porém, no Pentecostes de 1304 que Álvaro Pelayo, com aproximadamente 30 anos, daria um dos passos mais marcantes de sua vida. Conforme o mesmo mestre de Bolonha, Guido de Baisio relata, nesta data o então Doutor em Degredos renuncia a todos os seus benefícios e rendas, distribuindo-os aos pobres e ingressa na Ordem dos Frades Menores, sendo admitido por Mestre Gonçalo, mestre geral da Ordem e professor de Teologia, como franciscano.

A partir daqui, temos um período caracterizado pelas várias andanças de Pelayo pelas províncias franciscanas de Assis, Apúlia, Lombardia e demais próximas, em todas elas destacando o trabalho espiritual de seus irmãos de fé e, por outra parte, condenando o relaxamento e falta de zelo daqueles que fugiam da Regra de São Francisco²⁶ - tal qual fizera com relação aos universitários. Cabe ressaltar aqui novamente o caráter do Frade, que se destacará pela austeridade com que segue os preceitos de Francisco de Assis; suas acusações giravam, sobretudo, em torno do acúmulo de riquezas que para ele assemelhava-se como comportamento de mercadores e comerciantes. Para solucionar tamanhos problemas na Ordem, que para Armênia Maria de Souza, à época eram evidentes e irreversíveis - e terá consequências inclusive para o Frade, Pelayo intentava “impor” novamente a Regra a seus irmãos.

A prática das *virtudes cardeais e teologais* seria o remédio por excelência para a soberba de clérigos, leigos e acima de tudo, franciscanos - e a correção se daria por meio de um modelo ético de conduta vindo a partir dos próprios valores que São Francisco outrora expusera, dando ênfase na pobreza, misericórdia e *justiça*²⁷. Chamamos a atenção do leitor para este traço e esta forma de ação do Frade para com seus colegas de hábito por conta do peso que a espiritualidade franciscana terá em sua trajetória, e pela maneira com que se manifestará também nas sentenças e objetivos visados no *Espelho dos Reis*, reproduzindo, de maneira específica para sua demanda, alguns dos preceitos que deveriam se ater os franciscanos.

²⁶ SOUZA, Armênia Maria de. O descumprimento dos preceitos da Regra Franciscana pelos Frades Menores ao tempo de Frei Álvaro Pais, OFM (1270-1349). In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza (orgs.). *A Idade Média: entre a História e a Historiografia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, pp. 137-149.

²⁷ *Idem*, pp. 138-146.

Entre os anos de 1327 e 1328, Álvaro Pelayo viveu na Província de Roma. Neste período, enquanto estava estabelecido no convento de Santa Maria de Araceli, chegou a conhecer o futuro antipapa Pedro de Corbara, que viria a ser coroado em Roma a 12 de maio de 1328 por Luís IV da Baviera, que também é coroado na Cidade Eterna, muito embora meses antes, em 17 de janeiro. Estes eram anos turbulentos para o Papado, então representado pela figura enérgica de João XXII, que estava dividido em duas frentes de querela: uma resultante da sucessão do trono do Sacro Império Romano-Germânico, e a outra, protagonizada pelos próprios franciscanos, ou uma parcela destes, após a secessão da Ordem entre os regulares e os Fraticelli em virtude da questão de Cristo e os Apóstolos terem seguido o ideal de pobreza (tese defendida por este segmento) ou não, como afirmava a Santa Sé que chegará a declarar herético qualquer posicionamento contrário a este. Álvaro Pelayo toma parte neste conflito, o que é atestado por sua fuga para o eremitério de Monte Compatri, nas colinas de Albano, a aproximadamente três léguas da cidade de Roma e sob o domínio dos Guelfos²⁸ - tudo para escapar das mãos do imperador.

A fuga e as posteriores declarações de Pelayo contra o antipapa e o imperador em Anaghi mostrarão que o Frade estava claramente ao lado do Papa João XXII. Entretanto, a fidelidade e o amor à pobreza tornaram-no vítima de suspeitas por parte de inquisidores, que chegam a prendê-lo, além de duras acusações, como ser simpatizante de Miguel de Cesena e outros cúmplices seus que foram excomungados. Neste caso, as suspeitas tinham fundamentos, principalmente no que já observamos da personalidade de Álvaro Pelayo; num primeiro momento, este simpatizava com as prerrogativas dos Fraticelli, tendo inclusive grande amizade com Frei Ângelo Clareno²⁹, fundador e líder de um dos grupos Espirituais, com quem manteve correspondência. Mesmo diante de tudo isso, a intercessão virá do topo da Cúria Pontifícia: em carta datada de 23 de março de 1329, João XXII defende Pelayo alegando este se tratar de um fiel defensor do Papado e das causas da Igreja, além de recomendá-lo para

²⁸ Guelfos e Gibelinos foram facções políticas que apoiavam, respectivamente, o Papado e o Sacro-Império Romano Germânico. Constituíram-se na Itália a partir do século XII, tendo seus conflitos acirrados durante o século XIII.

²⁹ Nascido em 1255 e morto a 1337. Chama-nos a atenção Frei Ângelo informar que mesmo antes de Álvaro Pelayo entrar na Ordem, já dava mostras de exemplo e perfeição evangélica (SOUSA COSTA, Antônio Domingues de, *op. cit.* p. 25) - algo que se relaciona ao que expusemos parágrafos atrás sobre a estrita observância dos preceitos franciscanos por parte do Frade.

possíveis serviços a serem prestados ao Duque de Espoleto. Pouco tempo depois, vemos o Frade direcionar nova carta a Frei Ângelo Clareno, desta vez repreendendo-o juntamente com os demais Espirituais (possivelmente por temerosidade de novas intervenções inquisitórias, segundo Sousa Costa ou, para nós, por *fidelidade* ao Pontífice e à Igreja) e, sobretudo, em 1330 passa a atuar como penitenciário da Cúria³⁰.

Nesta nova etapa de sua vida, Álvaro Pelayo rumo para Avignon. A cidade, situada às margens do rio Loire e próxima à órbita de regiões influenciadas direta ou indiretamente pelo Reino de França, é, desde o ano de 1309, sede da Cúria Pontifícia, e ali permanecendo por quase setenta anos, até 1378, quando Gregório XI finalmente opta pelo retorno a Roma (sendo que muitos ensaios disto já haviam ocorrido nos pontificados anteriores). Sua estadia fora das muralhas da Cidade Eterna recebe o nome de *Exílio de Avignon* quando, após a súbita morte do Papa Bonifácio VIII, Clemente V decide transferir o Papado por pressão, de um lado do rei Filipe VII, o Belo de França³¹, e do outro, das pressões e convulsões que a Itália à época sofria, sobretudo por conta do choque entre as grandes famílias aristocráticas que visavam o poder. Disto, o Papado sai com seu poder fragilizado na Itália, mas consegue se reestruturar e ainda impor sua autoridade a partir de seu novo centro de poder - o que veremos, mais à frente, através da própria nomeação de Pelayo a um cargo eclesiástico que não será visto com bons olhos por Afonso IV de Portugal, justamente por afrontar a sua autoridade.

Assim, apesar das críticas de inúmeros contemporâneos da época, tal qual Petrarca ou dos italianos como um todo, sobretudo pelo rompimento da tradição de Roma ser a "cidade dos Papas", em Avignon se desenvolveu um imenso e complexo aparato burocrático capaz de responder a todas as ações e demandas eclesiásticas da Cristandade latina. Ali então temos uma chancelaria congregando inúmeros escrivães encarregados da redação das bulas e cartas; a Câmara Apostólica, gabinete responsável por receber os pagamentos e manter as contas da Cúria; um tribunal chamado *Rota*, dedicado às decisões de várias disputas legais relacionadas a direitos e

³⁰ Pouco conhecido, o ofício de *penitenciário* tem como mote a administração do sacramento da penitência para alguns pecados cuja absolvição é reservada. Neste sentido, é possível que haja um *penitenciário mor* ou, que alguns pecados dependam exclusivamente da absolvição própria do Pontífice.

³¹ Pressão esta resultante do recente - para a época - embate entre o Pontífice Bonifácio VIII e o soberano francês.

benefícios; a Sagrada Penitenciária, a qual estava confiada as dispensas e censuras morais e sem contar, ademais, com as outras centenas de funcionários como criados de cardeais, banqueiros, mercadores, homens de lei, dentre outros. Todos estes elementos conferiam à nova sede curial um ar cosmopolita, reforçado por sua inserção nas rotas de comércio e peregrinação, além da suntuosidade com a qual se revestiu, representada pelas obras de arte que decoravam o Palácio Pontifício e edifícios anexos, ou o fausto da Corte papal, citando estes apenas como exemplo. Em suma, um amálgama de poder principesco com autoridade espiritual³².

Esta é a Avignon que o Frade encontrará. Neste meio é notável o vermos enfrentando dificuldades em atuar como penitenciário, principalmente por conta dos abusos e atitudes corruptas de bispos e, principalmente, cardeais, que Pelayo irá encontrar e buscar conter, gerando no meio do caminho, situações que o colocarão em posição de risco. Nesta conjuntura, entretanto, o Frade contou com a amizade e proteção de João XXII, que o livrou em vários momentos de possíveis constrangimentos e represálias. E, marcando esta passagem na nova sede da Cúria e servindo como testemunha ocular de seus abusos, virá a lume a principal obra composta por ele, e que por nós já fora mencionada parágrafos atrás: o *Estado e Pranto da Igreja*³³. Iniciada em 1330 e concluída em 1332 (tendo complementado e corrigido-a pela primeira vez na cidade de Tavira em 1335 e, em seguida realizado novas adições enquanto estava em Santiago de Compostela, no ano de 1340) a obra é um ótimo retrato da sociedade de seu tempo, e que para Pelayo, como mais uma vez indica-nos Armênia Maria de Souza³⁴, em sua condição de austero frade franciscano, necessitava em caráter de urgência de uma “[...] reforma de costumes, tal era o desregramento moral de todos os

³² HOLMES, Georges. A Europa medieval. Hierarquia e revolta (1320-1450). Lisboa: Presença, 1984, pp. 74-83; KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. Nova História da Igreja: a Idade Média. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II. pp. 435-443. SOUZA, José A. de C. R. de. *As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min. e Guilherme de Ockham O. Min. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

³³ PAIS, Álvaro. *Estado e Pranto da Igreja*. Ed. bilingue, trad. De Miguel Pinto de Meneses. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Junta Nacional de Investigação Científico-Tecnológica, 1988-1988, 8 vols.

³⁴ SOUZA, Armênia Maria de. *A sociedade medieval no Estado e Pranto da Igreja de Álvaro Pais, bispo de Silves (1270-1349)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História das Sociedades Agrárias do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1999.

seus integrantes, desses os mais grados até os mais ínfimos”³⁵. Para além disto, é nesta obra que o Frade exprime em teoria sua defesa e fidelidade à Igreja, encarregando-se de nos trazer uma das principais ideias por ele defendidas: a primazia do *poder espiritual* - aqui destacado o da Igreja, encabeçada pelo Sumo Pontífice - em detrimento do *poder temporal*. Assim, temos mais um elemento fundamental para refletir acerca da personalidade de Pelayo, elemento este que nos ajuda a compreender um pouco mais das prerrogativas por ele trazidas em nossa fonte propriamente dita: a defesa de uma *teocracia pontifícia*³⁶. Pouco antes de concluir a redação do *Estado e Pranto da Igreja* Álvaro Pelayo recebe nova dispensa de ilegitimidade através de uma bula datada de 22 de fevereiro de 1332 e assinada por João XXII. Através dela, torna-se possível ao Frade ascender a todas as dignidades eclesiásticas possíveis, sejam estas dentro das Ordens ou, episcopais - o que acontecerá quatro meses mais tarde, quando este é elevado ao posto de Bispo de Corona, na província da Moréia (na Grécia), muito embora jamais o assuma de fato. Entretanto, na data de 09 de junho de 1333, Pelayo recebe a dignidade de Bispo de Silves (atual diocese de Faro), no reino de Portugal, assumindo desta vez o cargo e para lá sendo transferido. No sentido de reforçar a bula, João XXII redige um documento, de mesmo teor, dirigida ao Cabido³⁷, clero e povo da cidade e diocese de Silves, bem como a seus vassalos, o metropolitano de Sevilha (a quem a diocese era sufragânea) e ao próprio soberano D. Afonso IV, recomendando assim o Frade recém-nomeado.

Muito embora contasse com o apoio e suporte do Papa, Pelayo não teve boa acolhida da parte dos lusitanos. Primeiramente, temos o próprio rei Afonso IV, que

³⁵ *Idem*, p. 04-05.

³⁶ Esta defesa compreende prerrogativas que fundamentam e reforçam o poder incontestável da esfera espiritual sobre a temporal. Refletindo isto na política medieval, encontramos um debate que se estende das primeiras formulações elaboradas por Gelásio (Pontífice de 492 a 496) e refinadas principalmente por Gregório VII através de seu *Dictatus Papae*, no contexto do primeiro grande conflito entre Papado e Império, a saber, a *querela das investiduras*. Por séculos este debate foi alimentado, tendo sua plenitude no pontificado de Inocêncio III e sucessores, para então receber seu golpe final no já mencionado confronto entre Bonifácio VIII e Filipe VII de França. Após, denota-se um enfraquecimento destas prerrogativas, principalmente em detrimento da *centralização do poder régio* e dos cleros regionais, muito embora em nosso contexto tais idéias ainda encontrem seus fiéis defensores e divulgadores, como é o caso de Álvaro Pelayo.

³⁷ Conjunto de clérigos de uma catedral, igreja ou colegiado.

possivelmente viu sua soberania ser questionada pelo Pontífice³⁸ - o que pode ser inclusive a raiz da animosidade do relacionamento entre Pelayo e o rei português; e sobre isso, inclusive, há o destaque que Sousa Costa faz à crítica do Frade sobre os prelados da *Hispania*, e seu costume de beijar a mão dos monarcas no momento de sua ordenação; o que pode ser uma alusão a uma situação que o próprio passará a contragosto e possivelmente por temor a reprimendas. A mesma oposição à sua permanência ali se dará por parte do clero, onde se observa a resistência do arcediogo de Silves, Francisco Peres, diante das tentativas de reforma de Pelayo, em vista de vários problemas - tais aqueles que encontrara em suas andanças pelas províncias franciscanas da Itália - que identificava entre os clérigos da região: dentre cem bispos, para o Frade, dificilmente um não era simoníaco; e uma das acusações mais interessantes para se pensar uma identidade ibérica calcada na empresa da Reconquista - prelados dali (e também da Germânia, possivelmente ligados às atividades dos cavaleiros teutônicos) tinham o hábito de tomar armas em guerras, o que, como Pelayo ressalta, era proibido pelo Direito, mesmo se a peleja se tratar de combater os sarracenos; neste caso, a participação destes é permitida apenas para exortar espiritualmente e assistir os combatentes³⁹. Em vista desta questão, novamente o Papa intervém depois que Pelayo a ele recorre. Em carta datada de 18 de agosto de 1334, o Pontífice admoesta o arcediogo, afirmando que se não houvesse colaboração de sua parte, o arcebispo, deão e arcediogo de Sevilha iriam intervir no caso. Para complementar, o Frade sofreu perseguições movidas pelo mestre da Ordem de Santiago (que fora anteriormente Comendador de Mértola) e de seus próprios fiéis na diocese, tendo algumas celebrações interrompidas e recebido acusações de ofensa, justamente pelas críticas que Álvaro Pelayo lhes fazia sobre o relaxamento com relação à fé e suas praticas.

É possível relacionarmos estas perseguições às constantes ausências de sua diocese - inicialmente, se ali não estava, podia ser encontrado no convento

³⁸ E os casos de conflito ao período de governo de Afonso IV são notáveis e profícuos, principalmente envolvendo as sés de Braga e Porto – neste sentido, o problema gira em torno do aumento da intervenção papal em nível episcopal que culminava na diminuição do espaço de influência régia. Uma boa referência para o assunto é o seguinte estudo: VILAR, Hermínia Vasconcelos. No tempo de Avinhão: Afonso IV e o episcopado em meados de trezentos. In: *Lusitania Sacra*, n. 22 (2010), pp. 149-165.

³⁹ SOUSA COSTA, António Domingues de, *op. cit.* p. 47.

franciscano de Tavira; porém, a partir de 1337 suas saídas tornam-se mais frequentes. Embora Sousa Costa nem outros autores mencionem algo neste sentido, pensamos que as fugas do frade possam estar relacionadas a dissabores ainda maiores para com o soberano Afonso IV. Para reforçar esta hipótese, podemos lembrar-nos de duas cartas que o Frade endereça ao rei onde critica duramente sua postura por ocasião da guerra movida contra Afonso XI de Castela, entre os anos de 1336 e 1339⁴⁰. Tal guerra teve como pano de fundo os maus tratos cometidos pelo soberano castelhano contra sua esposa, D. Maria, filha de Afonso IV. A este motivo dos maus tratos, ressaltam-se as traições do rei com Leonor de Guzmán tendo como alegada justificativa o fato de a rainha não lhe ser capaz de prover um infante, precisando assim garantir sua linhagem⁴¹. Sem dúvida, estes fatos não estão desatrelados aos interesses políticos e outras querelas internas pelas quais a Coroa castelhana passava com sua nobreza revoltosa - e que poderiam ser proveitosas ao reino lusitano (inclusive, uma das justificativas de invasão de Portugal por Afonso XI seria o fomento da nobreza revoltosa castelhana contra seu rei que o soberano lusitano estaria nutrindo)⁴².

Sabendo do grau de humilhação de sua filha em Castela, Afonso IV decide voltar atrás em sua promessa de enlace matrimonial entre outro de seus filhos, D. Pedro, com a infanta castelhana D. Branca, substituindo-a por Constança Manuel, filha de D. Juan Manuel, um dos principais inimigos de Afonso XI. A retaliação por parte deste se deu através do aprisionamento da noiva enquanto esta rumava para Portugal, onde seriam relacionados os desponsórios, impedindo-a de sair do território castelhano. Esta foi a gota d'água para Afonso IV, que imediatamente declara guerra a seu genro e passa a convocar as hostes de seus vassallos, bem como a sobretaxar o reino com novos impostos e coletas no sentido de manter o conflito⁴³. É aqui que uma vez mais entra Álvaro Pelayo.

⁴⁰ Estas duas cartas encontram-se transcritas ao final da obra de Sousa Costa, contando inclusive com breves comentários de sua autoria validando-as como redigidas por Álvaro Pelayo. Para tanto, conferir as páginas 92 a 152.

⁴¹ D. Maria, tempo depois, dará a luz a Pedro, o Cruel, sucessor de Afonso XI. Entretanto, o rei terá muitos bastardos com Leonor, e um deles, Henrique, futuramente iria assassinar seu irmão e tomar para si o trono de Castela, dando fim à dinastia de Borgonha e nomeando a si próprio como Henrique II Trastâmara. SOUZA, Armindo de. "1325-1480". In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: A Monarquia Feudal (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 276.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Idem*.

Em suas cartas, redigidas provavelmente entre 1336 e 1337, Pelayo destaca os males advindos da guerra que Afonso move contra seu genro, guerra esta motivada por sua presunção e soberba – fato que não escapará da pena do Frade quando no *Espelho dos Reis* nomeia setenta e um atos em que os soberanos e príncipes pecam, muito embora não nomeie o soberano lusitano: “Quinquagésimo nono, porque por uma insignificância travam guerras, as quais embora se fizessem por grandes motivos, eles não deviam empreender por resolução própria. [...]”⁴⁴. Ademais, e principalmente, esta não poderia ser mantida à custa dos bens da Igreja e dos pobres, sendo contra o lançamento de impostos a ele, sua igreja (isto é, Silves) e seus clérigos, atitude esta que violava a imunidade eclesiástica e seguia contra a autorização do Sumo Pontífice, tudo por se deixar iludir por seus conselheiros; incisivo, o Frade segue afirmando que não entregaria os bens da Igreja e dos pobres, do qual não era senhor, mas simples administrador. Frisamos aqui este conteúdo das cartas, mas nelas também Pelayo coloca-se contrário ao parecer dos legistas e conselheiros régios conquanto o casamento do infante D. Pedro, sendo para ele nulo através do Direito⁴⁵; entretanto, tais acusações são-nos pertinentes pela defesa feita das prerrogativas exclusivas dos clérigos, mas principalmente, pela crítica a uma ação *injusta* da parte do rei lusitano, que a nosso ver terá ecos no *Espelho dos Reis* – um deles, certamente dirigido ao rei lusitano, embora dele não faça referência:

“[...] Foram por Cristo [os maus príncipes] constituídos príncipes sobre todas as suas possessões [...]. Porém, eles mesmos dilaceram como lobos as possessões de Cristo, isto é, a Igreja e os fiéis [...] a saber, de seus oficiais que arrebatam os bens dos míseros pobres. Os príncipes deste tempo estão, na generalidade, sobre o povo e sobre o clero como leões rugindo, isto é, furiosos, e como usos esfaimados [...]”⁴⁶

No jogo político maior, entretanto, as solicitações e apelos de Álvaro Pelayo eram apenas mais uma voz dentro de um coro maior, representado

⁴⁴ EdR, vol. 1, p. 285.

⁴⁵ SOUSA COSTA, António Domingues de, *op. cit.* p. 121.

⁴⁶ EdR, vol. 1, p. 235.

principalmente por D. Beatriz, esposa de D. Afonso IV e rainha de Portugal, e notadamente a monarquia francesa, encabeçada por Filipe VI junto ao Papa Bento XII⁴⁷. O Pontífice, inclusive, chegou a enviar várias cartas e legados aos dois reis beligerantes, pedindo pelo término da guerra que apenas contribuía para o fortalecimento do sarraceno – o eterno e verdadeiro inimigo da Cristandade. Para tanto, acerca de 1338 envia à Península D. Bernardo, Bispo de Rodes, como embaixador cuja função era tentar solucionar a questão; pedia também para que os Arcebispos de Braga e Compostela prestassem assistência ao núncio, chegando assim à tão desejada paz. É interessante que em carta dirigida a Afonso IV após a chegada e boa acolhida do núncio ao reino lusitano, Bento XII felicita e agradece ao rei por sua postura mas não deixa de lamentar pelos agravos infligidos por seus oficiais aos prelados, igrejas e pessoas eclesiásticas – possivelmente, como pensamos, influenciado pelas cartas reclamatórias redigidas por Pelayo (e possivelmente não apenas ele; muito provavelmente outros clérigos mantinham tal rede de contatos junto à Cúria e por conseguinte, remetiam a ela suas reclamações e queixas), o que poderia contribuir ainda mais para a animosidade gerada entre Afonso IV e o Frade. A guerra, entretanto, chega a seu termo em 1339.

No esteio da paz luso-castelhana, vemos a Batalha do Salado. Falaremos mais a frente deste conflito, mas supomos que sua reverberação tenha sido muito maior do que aquela que lhe foi tributada ao longo dos anos. A batalha, ademais, foi o estopim para a redação do *Espelho dos Reis*, e novamente fazendo outra suposição, pensamos ter sido o mote de Pelayo para a construção de uma identidade régia ibérica calcada também numa hegemonia castelhana sobre a Península vendo este como o momento ideal.

À 30 de outubro de 1340, castelhanos e portugueses, desta vez unidos, batem-se contra o inimigo muçulmano próximo ao Rio Salado. O resultado fora favorável aos cristãos, e será decisivo para os rumos da permanência árabe em solo ibérico. Para celebrar o ocorrido, duas embaixadas pertencentes aos respectivos reinos vitoriosos são enviadas à Cúria avignonesa, cantando ao Pontífice os feitos ocorridos,

⁴⁷ LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira. *A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)*. In: *Revista da Universidade dos Açores, História*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. XI, 1989, pp. 114-116.

levando-lhe espólios da batalha, estandartes e suas boas graças. A importância de tal feito foi tamanha que, em carta datada de 21 de dezembro de 1340 destinada a Filipe VI de França, o Papa usa o exemplo da vitória do Salado para persuadir o soberano franco a firmar a paz com o inglês, tendo em mente que todos estes acontecimentos situam-se no princípio da Guerra dos Cem Anos. Para o Pontífice, o triunfo sobre o infiel só fora possível graças à concórdia firmada entre Afonso IV e Afonso XI – e aqui, vemos novamente as mesmas queixas que anos antes Bento XII havia feito aos soberanos ibéricos, conclamando-os a lutar contra os muçulmanos e não contra si⁴⁸.

Álvaro Pelayo, estando hospedado na Galiza e logo após em Sevilha ao momento do envio/recepção das embaixadas toma o acontecimento como pretexto para iniciar no ano de 1341 a redação de seu *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*) o qual tivemos já tivemos algumas poucas oportunidades de mencionar – e que ainda abordaremos em um item posterior. Passados três anos, finaliza-o em Távira, 1344⁴⁹. É possível que logo após a conclusão de seu espelho de príncipes, o Frade tenha iniciado a redação do *Colírio da Fé Contra as Heresias* (*Collyrium fidei adversus haereses*), cuja data só nos resta de conclusão: 1348. Tal obra, em contrapartida com a anterior que tem como grande centro a figura de Afonso XI de Castela, versa sobre Portugal e as heresias que Pelayo ali combateu notadamente as enunciações de Tomás Escoto na Universidade de Lisboa.

Talvez em 1344 e, sobretudo, em 1345 Pelayo estivesse governando a diocese de longe. A situação agrava-se ainda mais quando os diocesanos acusam-no de não residir ali há anos, no que o Frade responde alegando sofrer injúrias e impedimentos na atividade pastoral. Diante disso, Afonso IV tenta pessoalmente resolver a questão a 31 de maio de 1347. Sentindo-se coagido e ameaçado, Pelayo decide abandonar a diocese e refugia-se em Sevilha, donde enviará uma carta ao novo Pontífice, Clemente VI datada de 27 de setembro de 1349 para explicar o ocorrido. Suas fugas para a cidade castelhana podem ser explicadas por ser Silves sufragânea de Sevilha ou então, por ter ali alguns familiares, elemento aferido a partir de seu testamento, redigido em 29 de novembro de 1349, onde nomeia Constança Fernandes

⁴⁸ SOUSA COSTA, António Domingues de, *op. cit.* p. 121.

⁴⁹ “Eu, Frei Álvaro, da Ordem dos Menores, indigno prelado de Silves, concluí esta obra no Algarve, na vila de Tavira, no passado dia 10 de Julho do ano do Senhor de 1344.” – EdR, vol. 2, p. 525.

e sua sobrinha, além de outras pessoas, como seus herdeiros (e que reforça a hipótese de Alejandro Amaro conquanto à vinculação de Pelayo à família Fernandes-Sotomayor, que mencionamos páginas atrás). Será nesta cidade também, e possivelmente alguns dias após a redação do testamento – em dezembro, a julgar pela data de conclusão – que nosso Frade se despedirá da vida, ainda em 1349. Seu lugar de descanso final é o Mosteiro das Clarissas, também em Sevilha, possivelmente onde encontrou abrigo durante o período de refúgio; restam-nos, entretanto, algumas imagens de sua lápide, um tanto simples, e que revelam a imagem de um indivíduo austero fisicamente, com toda a certeza decorrida de seu ideal espiritual decorrente da Ordem Franciscana, mas sereno, finalmente, depois de tantas batalhas e andanças⁵⁰.

1.2 Os soberanos Afonso IV de Portugal e Afonso XI de Castela.

Falamos então da figura de Álvaro Pelayo, seu *cursus honorum* e a forma como este fora determinante para seu desenvolvimento pessoal e político/religioso chegando a impactar na redação de nossa fonte. Ainda assim, cumpre tratarmos de outros dois personagens salutares ao nosso enredo: vossas graças, os soberanos de Castela e Portugal, respectivamente Afonso XI (reinante de 1325 a 1350) e Afonso IV (reinante de 1325 a 1359). Suas atuações impactaram o contexto de vida do Frade galego, quando não, diretamente em sua vida. O *Espelho dos Reis*, desta maneira, sugere-nos a necessidade de Pelayo lidar com tais indivíduos, demonstrando o caminho a ser trilhado por Afonso XI e possivelmente, as prerrogativas que não poderiam ser ultrapassadas por Afonso IV.

O momento em que atuam os dois soberanos acima mencionados é crucial para a Europa de então. Os passos dados neste momento pelas sociedades políticas de cada reino culminarão numa cada vez maior importância pública da esfera governativa – tendo o soberano como pivô deste processo. Desta conjuntura, recortamos então uma expressão muito importante para aquilo que pretendemos

⁵⁰ Para um vislumbre da efígie e do jazigo de Álvaro Pelayo, ver imagens 01, 02 e 03 na sessão de Anexos.

abordar neste presente item: a “era dos reis legisladores”⁵¹. Com toda a certeza, não é uma frase que encontramos em nossas fontes do período – da mesma forma como o é o próprio termo “Idade Média”. Porém, *a era dos reis legisladores* entrega um processo em desenvolvimento e visível no próprio Espelho dos Reis, quando Pelayo concentra no soberano o papel de julgar, punir e corrigir os maus atos, fazendo-o segundo as leis – senão estabelecidas pelos seus antecessores, a estabelecer por ele; assim “chamam-se os reis também de legisladores”⁵². Falamos então do fenômeno que começa a se desenvolver ao final da Baixa Idade Média conhecido como *centralização do poder régio*.

Este processo tem como mote a elevação da figura régia dentro da esfera pública, ganhando maior projeção do que outrora (pensando na realidade dos múltiplos reinos que tingiam o mapa europeu do Medievo). Nisto, o soberano passa a concentrar em torno de si as funções administrativas, legislativas e judiciárias – dentre outras competências cabíveis – de seu reino, tendo o poder para exercer sobre ele ainda mais autoridade, quando outrora esta acabava sendo partilhada em grande parte por autoridades colegiadas. A centralização do poder desenvolve-se então justamente com a finalidade de amparar o governante em seus intentos que caminham junto com o cumprimento da justiça e manutenção do bem comum, o zelo pela paz e unidade do reino, a defesa da Igreja e da fé cristã e finalmente, a condução da multidão que lhe é responsabilizada à felicidade eterna defesa. Para clarificar esta conjuntura, é possível nos valermos das palavras de Elaine Cristina Senko, onde a autora traça-nos um bom resumo da questão:

“De fato, este fenômeno legislativo, que estava vinculado ao Renascimento do Direito Romano no século XII, tornar-se-á um dos pilares no século seguinte na busca por uma formação identitária por parte do reino de Leão e Castela e do reino de Portugal. Pois bem, esse período do século XIII na Península Ibérica configura-se como uma

⁵¹ SENKO, Elaine Cristina. Uma análise do ideal da Iusticia através do Prólogo da Primeira Partida do rei Alfonso X, o Sábio (1221-1228). In: CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; BIRRO, Renan Marques. *Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo*. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 518 – a autora referência como “época”, ao invés de “era”, como nós.

⁵² EdR, vol. 1, pp. 91-95.

época, em relação ao plano externo, de afirmação decisiva do poder régio diante do Império e do Papado; e em relação ao plano interno, de busca pelo fortalecimento através de trabalhos legislativos, de uma política autônoma e de renovações administrativas. [...]”⁵³

As colocações de Senko são perfeitamente observáveis dentro da esfera de ação das políticas régias de Afonso XI e Afonso IV. Para tanto, passamos então a um rápido vislumbre destas questões em meio à apresentação das figuras régias em si, tendo por início Afonso XI.

O infante castelhano tinha apenas um ano quando ascendeu ao trono do reino. Fernando IV, seu pai, morreu de forma abrupta a sete de setembro de 1312 em Jaén, enquanto preparava-se para a empresa da tomada de Granada; já sua mãe, D. Constança de Portugal faleceu um ano após, a 18 de novembro de 1313 – o que deixava o cenário político castelhano já conturbado, ainda pior. Estabeleceu-se, portanto, uma regência encabeçada pela avó do pequeno rei, D. Maria de Molina (que cumprira o mesmo papel durante a menoridade de Fernando IV), tumultuada e cheia de revezes até findar-se em 1325, quando algumas manobras políticas permitiram que à idade de quinze anos Afonso XI tivesse sua maioridade declarada e, por consequência, a capacidade para assumir seu dever para com o reino.

Do momento de sua instalação no poder em diante, o jovem soberano arduamente lutou para fortalecer o seu mando régio, algo que se torna visível por meio de várias medidas tomadas, como por exemplo, a dissolução das chamadas *hermandades concejiles*, instâncias reunidas pelas cidades e que vinham ganhando cada vez mais projeção e importância no cenário político do reino desde o Renascimento do século XII, e que buscavam atuar como instrumentos de controle das ações monárquicas, sobretudo através da partilha já existente do exercício do poder, dividido entre o régio – dotado de sua grande maioria – e nobiliárquico⁵⁴.

Este último extrato social mencionado, o nobiliárquico, também acaba por despertar uma considerável atenção da parte de Afonso XI, principalmente motivado

⁵³ EdR, pp. 518-519.

⁵⁴ MÍNGUEZ, César Gonzáles. Aproximación al estudio del ‘movimiento hermanadino’ en Casilla y León. In: *Medievalismo - Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Ediciones de la Universidad de Murcia, Espanha, n. 1, 1991, pp. 35-55.

pela existência de uma poderosa alta nobreza, fruto de séculos de atividade e desenvolvimento promovido por sua participação ativa na Reconquista sendo então “[...] possuidora de propriedades rurais muito extensas que foram muitas vezes obtidas através da doação de território mouro no decurso do movimento cristão de norte a sul. [...]”⁵⁵ e, notadamente, por sua expansão dentro do cenário político do reino desde o período de governo de Afonso X, o Sábio (reinante de 1252 a 1282). Neste aspecto, qual a situação presente em outros reinos da Cristandade, este segmento buscava a preservação das propriedades e bens familiares, mas, sobretudo, evitar o subjulgamento de uma esfera ainda mais poderosa, que colocaria a perder tudo o que fora conquistado; e disto já vemos os conflitos que Afonso X teve com o segmento durante seu reinado, chegando inclusive a creditar a ele a desistência de sua reclamação ao trono do Sacro-Império Romano Germânico.

O bisneto de Afonso X, entretanto, mostrou-se pouco diligente e propício a ceder às demandas nobiliárquicas: controlara de forma efetiva seu poder, principalmente empregando homens instruídos no Direito Romano que foram capazes de fortalecer a posição jurídica da Coroa. Disto resulta, dentre outras atitudes, a proclamação efetiva como força de lei de *Las Siete Partidas* em 1348 por meio do *Ordenamiento de Alcalá de Henares*, monumento legislativo que fora compilado por Afonso X entre 1256 e 1265 (dentre outras várias obras⁵⁶), mas, que não fora aplicado à época de governo do Sábio, muito menos durante a de seus sucessores, sobretudo a partir da ascensão problemática de Sancho IV (1284) após a morte de seu irmão mais velho, Fernando de Lacerda (1275) e de seu pai. Tal compilação seria usada então como tentativa de “[...] definir o papel do rei de Castela como um governante paternalista com poderes que se baseavam no Direito Romano e Canônico. [...] não mostravam qualquer simpatia para com uma classe de magnates como um espírito independente [...]”⁵⁷.

⁵⁵ HOLMES, George. *Op. Cit.*, p. 50.

⁵⁶ O trabalho jurídico alfonsiano fora produzido entre 1250 e 1272 – apresentando, segundo Paulo Roberto Sodré, datações não muito consensuais. São elas: *Esp culo* (1255), *Fuero Real* (1255), *Seten rio* (1256) e *Las Siete Partidas* (1256-1265, segunda versão de 1272). Para mais, conferir: SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o n , e o novelo. In: MASSINI-CAGLIARI, Gl dis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto (orgs.). *Série estudos medievais 2: fontes*. Araraquara: ANPOLL, 2009, pp. 517-529.

⁵⁷ *Idem*, p. 52.

Em paralelo a estas questões de ordem mais política, Afonso XI foi um dos mais notáveis guerreiros dentre os soberanos de Leão e Castela, colocando seus dotes militares completamente ao lado da causa da Reconquista e tendo sua primeira campanha contra os infiéis datada de 1327, pouquíssimo tempo após o início de seu reinado. Talvez o maior destaque dentre suas batalhas seja mesmo a do já mencionado rio Salado. Em meio a isto, também aproveitamos para levantar uma hipótese que contribui ainda mais para o desenvolvimento da obra e ambições de Álvaro Pelayo em seu *Espelho dos Reis*: Afonso XI buscará intensificar a luta contra o muçulmano para ao mesmo tempo satisfazer e controlar sua nobreza descontente de forma mais direta, afastando-a das questões políticas centrais do governo do reino. Desde a morte do bisavô do então rei, Afonso X (1284), este segmento ganhara cada vez mais espaço no cenário administrativo da Coroa, colaborando para a geração de um período turbulento para Castela, como o que vemos desde o reinado de Sancho IV até o final da menoridade de Afonso XI⁵⁸.

Com base em suas ações dentro do grande evento conhecido como “Batalha do Estreito”, supomos que o mesmo rei tivesse projetos de hegemonia Peninsular, sendo que a tomada dos pontos estratégicos que ainda estavam em mãos dos muçulmanos, como Tarifa ou, sobretudo, Gibraltar por conta de sua dimensão comercial com o Mar do Norte e o Mediterrâneo, seria vital para tal empresa. Assim, poderíamos aferir algumas motivações “ocultas” na obra de Pelayo, diretamente ligadas à instrumentalização para a formação de uma identidade ibérica: 1) a justificação do projeto de hegemonia ibérica centrado no virtuoso rei, cuja principal característica recai na *Justiça* e é superior aos demais vizinhos; 2) justificação teórica do projeto de poder de Afonso XI dentro de Castela, sobretudo diante de sua nobreza revoltosa. Tal questão, entretanto, será mais bem desenvolvida nos dois próximos itens e principalmente, no segundo capítulo de nosso estudo.

Embora não encerradas, as agressões muçulmanas a terras castelhanas sofria um duro golpe através da Batalha do Salado; é provável que na mesma escala desta empresa não houvesse outra por parte dos muçulmanos. No ano de 1350, Afonso

⁵⁸ Para maiores informações sobre este período, consultar BLEYE, Pedro Aguado. *Manual de Historia de España. Tomo I, Prehistoria/edades antiga y media*. Madrid: ESPASA-CALPE, 1958.

XI encontra-se no cerco da Praça de Gibraltar, tomada em 1333, mas perdida novamente, e nela, conheceria seu fatídico destino, não pelas mãos do infiel ou de qualquer outro homem:

“[...] pero al campamento real llegó la peste, que entonces hacía estragos en toda Europa, y de ella murió allí mismo el insigne rey castellano. Su mejor elogio lo hace un historiador enemigo, Abenaljatib, al escribir que hubiera arrojado de España a los musulmanes de no haberlos mirado Dios con ojos de misericordia. El rey de Granada participó al de Fez con alegría la muerte del que llamaba ‘tirano’ de Castilla. [...]”⁵⁹

O soberano de Castela fora o único monarca da Cristandade latina a ser levado pela Peste Negra. A partir deste dado podemos observar a dinâmica de todos os elementos que compunham o século XIV e principalmente, a presença deles para além de uma ficção ou, porcentagem anotado pela de algum cronista anônimo. Neste caso, é um dos elementos da trindade sinistra – guerra, fome e peste – quem age e mostra que camponeses, padres, bispos, nobres, Papas e reis, sem exceção, eram convidados a juntar-se na tão famosa e macabra dança da morte.

Tratado brevemente sobre o soberano de Castela é pertinente que, do mesmo modo, passemos à figura do rei lusitano, Afonso IV. Nossa breve descrição pautar-se-á principalmente na combinação de palavras de dois estudos referenciais a respeito da história de Portugal: “1325-1480”, parte do volume II da coletânea de José Mattoso redigida por Armindo de Souza e *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*⁶⁰, de Antônio H. de Oliveira Marques, retirando daqui então matéria para um melhor desenvolvimento de nosso estudo.

D. Afonso IV ascende ao trono de Portugal no mesmo ano em que seu sobrinho castelhano, ou seja, 1325. A situação do reino sem a menor sombra de dúvidas era muito mais estável que a do vizinho oriental – com a deposição de D. Sancho II (reinante de 1223 a 1248) sob alegação de *rex inutilis*, seu irmão, Afonso III

⁵⁹ *Idem*, p. 714.

⁶⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Ed. Presença, 1986.

assumiu o trono em 1248 e trouxe consigo uma série de transformações, todas elas ligadas à centralização do poder régio, concentradas num esforço de ordenamento político e teórico⁶¹ e também no estabelecimento do território do reino com o fim da Reconquista lusitana. Este esforço rendeu frutos na figura de seu filho e sucessor, D. Dinis (reinante de 1279 a 1325) que além de “amante das artes” (se podemos tomar a liberdade de uso da expressão, completamente anacrônica) que lhe rendeu o epíteto de “o Trovador” – tendo também “o Lavrador” dentro da lista, outra de suas facetas – deu seguimento à empresa de seu pai, continuando a reforma jurídica, instituindo o Português como língua do reino e principalmente, da Chancelaria e também promovendo medidas econômicas, como a abertura de feiras e criações de novos concelhos no sentido de ampliar ainda mais a política centralizadora da Coroa. Como nem tudo são flores, o reinado de D. Dinis enfrentará um breve momento de turbulência quando seu filho primogênito, D. Afonso IV, decidirá guerrear com seu pai por conta da sucessão dinástica, ameaçada pela existência dos bastardos régios⁶². Parte da nobreza do reino prestará auxílio ao infante revoltoso em tal contenda, sobretudo como revanche às suas medidas centralizadoras; esta será devidamente retribuída posteriormente pelo futuro novo rei, que chegará a ser o modelo de soberano feudal – até se fortalecer e retomar as medidas centralizadoras do pai, o que significará problemas para a nobreza.

Nesta conjuntura que percorre o governo de Fernando III de Castela até Afonso XI, e em se tratando de Portugal, de Afonso III a Afonso IV, é notável que destaquemos o panorama de transformações que se faz agir por toda a Cristandade latina – cuja principal à nossa pesquisa, sem dúvida, centra-se na centralização do poder régio. Aproveitando o gancho oferecido por este momento da biografia do

⁶¹ FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III*: direito material e direito processual. Curitiba: Juruá, 2000. De forma bastante sintética, podemos ver o seguinte no *Prefácio* da referida obra: “Afonso III, rei de Portugal, pertencente à dinastia de Borgonha, que reinou de 1245 a 1279, é o primeiro rei português a investir na organização administrativa do seu reino. Para tanto, emite leis gerais que mais tarde serão compiladas no **Livro das Leis e Posturas**, coletânea elaborada nos fins do século XIV, inícios do XV. [...] Estas leis atendem principalmente à necessidade de estabilização da ordem pública, fixação de direitos e ordenação dos processos judiciais. São, portanto, medidas legislativas que correspondem às aspirações do povo português **ao mesmo tempo que se constituem em meio de fortalecimento do rei**. [...] Afonso III insere, assim, Portugal, no ritmo da evolução estrutural européia que vai culminar com o fortalecimento dos Estados que permitirá, por sua vez, o desenrolar da expansão ultramarina.” – destaque nosso.

⁶² SOUZA, Armindo de, *op. cit.*, p. 373, 383-385.

soberano lusitano, podemos mencionar as delicadas mutações junto à sociedade do reino, evidenciando através disso o avanço do poder real (muito caro inclusive para o pensamento pelagiano com mais a frente poderemos demonstrar). Assim, que impacto as ações de homens como Afonso IV terão no seguimento social diretamente a ele ligado, como a nobreza? Pois bem, a centralização do poder a conduzirá a um renovação em termos de linhagens, políticas patrimoniais, tradições e principalmente, dinâmicas de poder (a exceção de alguns pequenos fidalgos⁶³); também o clero, ao qual nosso Frade faz parte ativa, encontrará dificuldades para fazer frente à nova realidade, por força burocratizando-se e secularizando-se, fazendo cada vez mais parte da vida profana – algo que não era do agrado de Pelayo.

Conforme tivemos a oportunidade de brevemente comentar em trabalho anterior⁶⁵, embora sejam observáveis momentos de resistência da parte de estruturas mais obsoletas da estrutura medieval, a crescente ascensão de novas e atualizadas formas de organização social, notadamente o governo centralizado na figura do soberano, haverá de sobrepujar gradualmente as demais, penetrando em seu âmago a ponto de inseri-las, a determinado momento, à sua máquina de funcionamento – tudo por meio das sutis mudanças implementadas pelos governantes e seu corpo de funcionários, seguindo aquilo que falamos parágrafos atrás: surgimento de uma legislação geral, ou a nova tributação estipulada pela Coroa, tendo como característica o não respeito a outrora privilégios imunes – o que nos faz voltar ao ponto de partida, com a nobreza e o clero... E a um Frade, bispo da diocese de Silves, que envia cartas ao Pontífice reclamando da violação de prerrogativas da parte do soberano do território. O trecho a seguir complementa o que dissemos:

⁶³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *op. cit.*, 10-13, 279-280.

⁶⁴ Para um discussão do tema bem mais refinada e completa, ver o clássico artigo de Salvador de Moxó, “De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media”. In: *Cuadernos de Historia (Anexos de la revista Hispania)*, nº 3, 1969, pp. 01-210. Uma reflexão atualizada, relevante sobretudo pela revisão bibliográfica que realiza provém de BERGE, Ignacio Álvarez. “La nobleza castellana en la Edad Media: familia, patrimonio y poder”. In: *La familia en la Edad Media*: XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, 31/07-04/08, pp. 221-252.

⁶⁵ GIRARDI, Leonardo. *As relações entre os poderes Espiritual e Temporal na teoria política de Álvaro Pelayo através de seu Espelho dos Reis (1341-1344)*. 50f. Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, como requisito à conclusão do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2013.

“[...] o Rei e a burocracia da Coroa invadiam as prerrogativas dos senhores, interferiam nas suas terras, sobrepunham-lhes uma doutrina, uma autoridade e um centralismo que violavam todos os seus direitos e tradições. Até na guerra as novas invenções e estratégias retiravam gradualmente força e significado à cavalaria, ao castelo e a combate individual.”⁶⁶

Deixando um pouco de lado a centralização régia – parte que mais nos interessa, de igual forma como manifestamos ao falar da biografia de Afonso XI – a calma reinante na Península Ibérica foi um dos grandes pontos altos do governo de Afonso IV, à exceção do já comentado episódio de 1336-1339 resultante das más bodas entre a filha de D. Afonso IV e D. Afonso XI de Castela, além da oportunidade da nobreza castelhana, descontente com seu rei, apoiar o soberano português. Salvo isso, a paz peninsular marca também uma projeção maior do reino lusitano no cenário latino (do ponto de vista político e econômico), o que poderia ser uma resposta de Afonso IV às possíveis ambições de hegemonia castelhana de seu sobrinho. A Cruzada contra os muçulmanos feita logo após a guerra veio a cimentar a amizade com o vizinho castelhano, que atacado, solicitou ajuda de toda a Cristandade e especificamente, dos reinos próximos, no que foi atendido por D. Afonso IV em pessoa; para aumentar o suspense, mais uma vez falamos da Batalha do Salado.

Afonso IV também teve que lidar com o grande problema que fora a Peste Negra, que para além da onda de mortes que trouxera a Portugal, causou grande desordem no reino. A grande questão, entretanto, que envolveu a parte final de seu governo fora a presença de nobres castelhanos exilados em solo lusitano por conta da guerra civil envolvendo D. Pedro I, filho legítimo de Afonso XI e seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara, justamente pela disputa do trono de Castela. O agravante da situação vem em forma da castelhana Inês de Castro, que se tornará a paixão do infante de Portugal, também D. Pedro. Os nobres exilados começam a tomar partido, de forma a descontentar Afonso IV, principalmente em decorrência da cada vez mais crescente voz dos exilados em sua corte. A saída encontrada pelo soberano era afastar

⁶⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *op. cit.*, p. 279.

a todo custo D. Pedro de Inês – tentando proteger seu neto legítimo, D. Fernando em detrimento dos vários filhos ilegítimos que nasceram. O crescente poder leva então Afonso IV a uma medida final: no ano de 1355, ordena a morte de Inês de Castro. E tal qual a ira dos maiores personagens de ficção, D. Pedro entra em guerra contra seu pai, uma guerra violenta e desgastante, que acabou com Afonso IV cedendo ao príncipe no ano de 1357 uma larga parte de seu poder, vindo a falecer logo em seguida, neste mesmo ano.

1.3 Diplomacia luso-castelhana no contexto da Grande Batalha do Estreito (c. 1250-c.1350).

A guerra sempre foi uma colega constante na longa caminhada da humanidade pela história. Houve até historiadores que afirmaram, no já distante século XIX, que ela é “o motor da humanidade”. Opiniões à parte, em nosso contexto a guerra tem um lugar bastante especial, sobretudo se pensarmos no espaço conflitivo que fora a Península Ibérica da Baixa Idade Média. Neste sentido, podemos destacar a longa apologia ao movimento cruzadístico que Álvaro Pelayo faz no princípio de seu Espelho dos Reis, motivado justamente pela vitória recente de seu Senhor; entretanto, longe de ser um episódio isolado, o Salado faz parte de um evento ainda maior que estava próximo de completar um século, conhecido como “Batalha do Estreito”.

A Batalha do Estreito interessa-nos muito por conta das ambições que nela estavam contidas, e vão do encontro direto com as hipóteses que levantamos logo antes no item anterior acerca da figura de Afonso XI. Em verdade, podemos até dizer que é o primeiro passo para a base argumentativa de Álvaro Pelayo, muito embora este não o faça claramente, utilizando-se apenas da vitória de 30 de outubro de 1340 em seu texto.

Para entendermos bem a questão do Estreito, recuemos um pouco, até atingirmos Fernando III, o Santo e seu contexto de atuação. Enquanto viveu (1201-1252), os muçulmanos ainda gozavam de relativo espaço dentro da Península Ibérica; porém, uma série de querelas políticas entre os governantes dos reinos taifas causou um severo desequilíbrio entre suas forças, o que é visto como uma oportunidade pelo

soberano de Castela... Que não pensará duas vezes em agir⁶⁷. Assim, Fernando III reascende o esforço da Reconquista, conquistando praça por praça até que à altura de 1250, Castela havia se tornado uma confederação de reinos - Castela, Toledo, Leão, Galícia, Sevilha, Córdoba, Múrcia, Jaén, Badajoz - a levar em consideração os títulos reais do rei Santo.

Caberá então a Afonso X organizar todas estas unidades em uma única só, sendo evidente todo o seu esforço no sentido da centralização regia e uniformização política: o castelhano como a língua oficial do reino, a obra legislativa composta em seu reinado, dentre uma ampla gama de formas de expressão; e todo este esforço contagiara o restante do povo, sobretudo as cidades e a nobreza, pelo menos até Afonso X entrar nos anos finais de seu reinado e uma crise começar a tomar corpo. Granada, que havia se tornado um reino tributário de Castela e último bastião muçulmano na Península ressurgiu, e por conta das ambições nobiliárquicas, do enfraquecimento das Ordens Militares e da própria debilidade da Coroa em lidar com a situação toda, equipara-se com o reino cristão e rivaliza-o. A resistência muçulmana cresce então neste período dos dois lados das Colunas de Hércules, graças à derrocada da dinastia Almoáda por Abû Yûsuf Ya'qûb (1258-1286) que assassinou o último califa e tomou Marraquesh em 1269, dando início então ao período Benimeri - e Yûsuf tinha um interesse bastante particular pelo Estreito de Gibraltar, em especial por seu grande potencial de tráfico internacional entre o mar Mediterrâneo, o oceano Atlântico e as rotas que para ali rumavam a partir do Mar do Norte⁶⁸.

Fernando III, antes de falecer em 1252, dá a Castela a posição de hegemonia no cenário ibérico. Daqui depreender-se-á um protecionismo quanto ao reino de Portugal por conta dos laços de parentesco com a realeza lusitana e feudais, ao mesmo tempo em que no lado oriental, Aragão sofre grandes perdas em suas fronteiras devido ao avanço territorial do reino castelhano. Sendo assim, tem início um esforço luso-aragonês no sentido de demolir as fronteiras e romper com a hegemonia castelhana - e disso depreende-se no caso português a Conquista do Algarve entre 1248 e 1251 por Afonso III, que será tomada pelo então infante, mas futuro Afonso X

⁶⁷ LOMAX, Derek W. *La Reconquista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, pp. 212-13.

⁶⁸ *Idem*, p. 213.

como um ato violento e injustificável de usurpação da parte do rei lusitano (pois antes ali se encontrava o reino taifa de Niebla, submisso ao infante). É justamente o Algarve, em que Álvaro Pelayo décadas depois fará suas andanças que será mote para algumas indisposições entre Portugal e Castela. Mesmo querendo atingir bons termos com Afonso III, Afonso X, já rei, não estava disposto a abrir mão da posse do Algarve, refletindo nisso a restauração e dotação da Sé de Silves entre 1252 e 1253. O Tratado de Chaves de 1253 tentará resolver a situação, mas resultará no rei de Portugal mais uma vez refém dos direitos feudais, até a assinatura do Tratado de Badajoz de 1267 quando o Algarve é definitivamente cedido a Portugal e as obrigações feudais do rei lusitano (como o fornecimento de cinquenta cavaleiros a Castela em caso de necessidade) chegam ao fim; e coincidentemente, marca-se neste período o começo da crise régia castelhana além de, nas palavras de Manuel García Fernández "o fim do imperialismo leonês" herança de D. Afonso VII (1105-1157) ⁶⁹.

Diante desta situação, Sancho IV, sucessor de Afonso X (reinante de 1284 a 1295) tenta uma vez mais equilibrar a balança, mas esta não era nada favorável para si: além da turbulência do reino, precisava lidar com a própria salvaguarda de seu trono, envolto em controvérsias por conta da questão dos infantes de Lacerda, a quem legalmente o Sábio havia depositado a sucessão. Após sua morte, é D. Maria de Molina (1265-1321), rainha consorte, e seus aliados quem tentarão manter o reino e o trono ao final do século XIII; e aqui, uma velha força política volta a crescer: a nobreza, que vê o aumento de seu patrimônio através da expansão de poder senhorial por meio de acordos, matrimônio e outras estratégias formando grupos linhagísticos, similares à autênticas oligarquias - como é o caso do ramo dos Lara, Castro, Haros.

Terminada a menoridade de Fernando IV e tendo início seu reinado, este é o momento de triunfo da nobreza velha diante do poder régio - e esta não poupará esforços no sentido de fazer valer seus interesses. Com a morte de Sancho IV, D. Dinis e Jaime II de Aragão iniciam seus movimentos de pressão nas fronteiras ocidentais e orientais respectivamente aproveitando o vazio de poder causado pela menoridade de Fernando IV, ambos retomam a meta de derrubar a hegemonia castelhana, algo que se

⁶⁹ GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel. *Portugal, Aragón, Castilla: alianzas dinásticas y relaciones diplomáticas: 1297-1357*. Sevilla/Granada: Editorial Universidad de Sevilla/Editorial Universidad de Granada, 2008, pp. 115; 40-42.

vê pelo empenho da diplomacia lusitana em se desligar da dependência à Castela. Diante dos problemas políticos e das várias pressões, o já soberano Fernando IV, "auxiliado" por membros da nobreza velha firma com Portugal o Tratado de Alcañices (Zamora) em 12 de setembro de 1297. Tal tratado tinha em sua natureza a vocação territorial, diplomática e dinástica, vindo a definir a vida de uma geração de indivíduos da sociedade política luso-castelhana do final do século XIII até o primeiro terço do século XIV... Mas acima de tudo, mantinha a crise hegemônica de Castela por meio do predomínio peninsular de Portugal, assegurado pelas ações dos soberanos lusitanos Afonso III e D. Dinis e da nobreza velha castelhana, gozando da pouca força política de que dispunha a sua Coroa.

Esta situação prevaleceu até o término da menoridade de Afonso XI. Ao assumir o trono em 1325, o soberano passa a empreender uma série de mudanças para reestabelecer o poder que a Coroa castelhana outrora gozara, e sua importância concentra-se da seguinte forma, visível pelas palavras de Manuel García Fernández:

"El reinado efetivo de Afonso XI (1325-1350) constituye una etapa particularmente importante en el proceso de fortalecimiento del poder real en Castilla. Tres de las cuestiones relevantes en ese período fueron la guerra santa, las relaciones diplomáticas y la elaboración de un discurso ideológico que justificara la política del monarca. [...]"⁷⁰

Todas as três frentes de atuação elencadas por García Fernández de alguma forma relacionam-se aos problemas que vinham acossando a realeza castelhana desde o final do reinado de Afonso X. Desta forma, os primeiros cinco anos de governo do jovem rei foram dedicados a, através de todos os meios diplomáticos, devolver Portugal à sua tradicional dependência exterior a Castela - sobretudo no que toca ao controle do Estreito de Gibraltar e na expansão atlântica, fator de risco para os castelhanos dado que em 1317 D. Dinis contrata o experiente navegante Manuel Pessagno para auxiliá-lo em sua política africanista e de expansão pelo Oceano Atlântico, missão cuja continuidade seu filho Afonso IV dará, resultando, dentre outras

⁷⁰ *Idem*, p. 766.

coisas, na descoberta das Ilhas Afortunadas, mais tarde rebatizadas como Ilhas Canárias⁷¹. O êxito da empresa de fortalecimento do poder monárquico, entretanto, demandava a paz com o vizinho lusitano. Para tanto, a figura de Alvar Nuñez de Osorio, Conde de Trastâmara acaba sendo ímpar por seu ímpeto de dissolver o sistema de alianças portuguesas firmadas no final do século XIII (em especial por ocasião do Tratado de Alcañices), valendo-se da política de alianças dinásticas para atingir matrimônios satisfatórios cujas conseqüências, a longo prazo, seriam satisfatórias:

"[...] La alianza dinástica entre Alfonso XI y Alfonso IV se mantuvo vigente hasta la desaparición de ambos monarcas a mediados del siglo XIV. El rey de Castilla encontraría siempre en su suegro auxilio militar en la guerra del Estrecho y comprensión y consejo político ante las banderías nobiliarias, sólo roto por la guerra de 1366-1339."⁷²

Com o êxito do Conde de Trastâmara nas negociações Portugal torna-se um aliado essencial na guerra pelo Estreito, este sendo o principal foco da política internacional castelhana - isso até a eclosão da guerra luso-castelhana de 1336-1339, a qual já mencionamos. Para José Mattoso, a questão do conflito extrapola em muito a ofensa causada pelo repúdio de Afonso XI à filha do soberano lusitano; segundo ele, Afonso IV e seus colaboradores teriam um novo projeto de reestruturação das fronteiras castelhanas⁷³ e o momento para colocá-lo em prática seria agora, enquanto o castelhano enfrentava alguns problemas com a sua nobreza⁷⁴. Entretanto tal ambição

⁷¹ É através do qual será travada uma batalha por sua posse - batalha no sentido legal, que posteriormente envolverá até mesmo o Papado na busca por uma solução. Sobre o assunto, ver o começo de nosso seguinte artigo, onde abordamos a questão: GIRARDI, Leonardo. O *Espelho os Reis* de Frei Álvaro Pelayo: alguns apontamentos sobre identidade, história e cultura. In: *Revista Vernáculo*, nº 35, 1º sem. De 2015, pp. 38-62.

⁷² GANSHOF, François L. *Historia de las relaciones internacionales desde Média*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

⁷³ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 485-86

⁷⁴ Podemos encontrar uma explicação para o início do problema entre Afonso XI e sua nobreza nas seguintes palavras de Armênia Maria de Souza: "Ao ser entronizado, D. Afonso XI (1325-1350) procurara reestruturar o Reino de Castela, começando pela nobreza. Para isso, lançou mão de diversas medidas em busca de apoio político para sanar os conflitos no seio da 'nobreza velha' [...]. O reino castelhano necessitava de um rei forte e centralizador para superar cerca de cinquenta anos de desordens. Os meios utilizados para alcançar a autonomia régia, no entanto, não agradaram a 'velha nobreza' que se sentiu alijada de seus interesses. [...]". As relações diplomáticas entre Castela e Portugal e a construção

acaba sendo deixada de lado seja por conta do desgaste do conflito (onde certo Frade toma parte, embora singela, para a solução) ou por interesses mais próximos, como uma nova manifestação hostil dos muçulmanos. O caso é que as tréguas firmadas por meio de tratados em 1337 e 1338 dão início a uma longa série de colaborações entre os dois reinos, ao mesmo tempo em que sufocada a sublevação dos nobres em seu reino (encabeçadas principalmente por Juan Manuel e Juan Nuñez de Lara⁷⁵), Afonso XI tenta novamente colocar Portugal sob sua dependência... E para isso não hesita em tentar tirar proveito da união luso-castelhana pelo Estreito de Gibraltar, cujo ponto máximo, sem dúvida, fora a Batalha do Salado⁷⁶.

Retomando as palavras de Rodríguez-Picavea, restam-nos as duas outras frentes de ação de Afonso XI, a saber, a guerra santa e a propaganda ideológica. Quanto à guerra santa, encontramos então uma boa síntese nas seguintes palavras de Joseph F. O'Callaghan:

"Afonso X empezó, en la segunda mitad del siglo XIII, la batalla para dominar el Estrecho de Gibraltar. Sus acciones provocaron, no obstante, una nueva invasión marroquí, aparentemente en ayuda de los nasríes. Con la decadencia de la dinastía almohade en los años finales del siglo XIII, los Banú Marín o Benimerines sojuzgaron a Marruecos. Soñando con la creación de un imperio islámico sobre ambos lados del Estrecho, en 1275 el emir mariní, Abú Yúsun Ya'qub, invadió la Península y durante los siguientes setenta y cinco años los reyes castelhanos y los emires mariníes sostuvieron un combate casi sin interrupción para dominar al Estrecho. De vez en cuando, los reyes de Granada, valorando la

da imagem do rei cristão ibérico de acordo com Frei Alvaro Pais (1270-1350). In: *I Congresso internacional do Curso de História da UFG/Jataí - GO e 7. Semana de Letras - Gênero, Cultura e Poder*. 28/09/2010-01/10/2010, p. 02.

⁷⁵ O triunfo no reinado de Fernando IV fora transitório para a nobreza, diante da enérgica reação de Afonso XI a partir do início de seu governo em 1325; entretanto, com a sua morte e o início da querela entre D. Pedro I e Henrique de Trastâmara, e sobretudo com o triunfo do segundo, o segmento volta a crescer com força total no âmbito castelhano, sendo os primeiros a superarem os momentos iniciais da crise do baixo-medieval - nota de rodapé, César Gonzales Minguez, *luchas por el poder de Castilla*, pp. 39-46

⁷⁶ A que se notar, entretanto, que Afonso IV percebe a movimentação de Afonso XI neste sentido e para tanto, envia Frei Gonçalo Vaz, Esteves de Tavares, Lopo Fernandes Pacheco e Frei Martinho em missões diplomáticas à Aragão para tentar aproximar os dois reinos e equilibrar a balança - mas tal feito apenas ocorre em 1345 através de enlaces matrimoniais. FERNÁNDEZ, Manuel García, *op. cit.*, p. 134.

importancia de una alianza con Marruecos, pero también temerosos de suprir el destino de los reyes de taifas destituídos por los almorávides y los almohades en los siglos XI y XII, colaboraron con los mariníes."⁷⁷

Já a propaganda ideológica terá seu grande mote após a Batalha do Salado. É notável o modo como os governos dos séculos XIV e XV sabiam assegurar o poder e apoiar suas ações numa propaganda que contava com múltiplos recursos; e esta, para ser eficaz, deveria também levar em conta as ideias e as crenças que então dominavam os espíritos⁷⁸, insuflando-os. Vemos então os ingredientes que auxiliarão na construção de uma identidade régia, útil para firmar a posição de Afonso XI no reino e na Península: tanto como superior à sua sociedade de corte (em passo com a centralização régia) quanto a seus colegas soberanos, revivendo uma vez mais a hegemonia castelhana. Retomando Álvaro Pelayo que nas últimas páginas acabou por ser brevemente esquecido, assistimos logo a partir deste ponto princípio do desenvolvimento da identidade régia; entretanto, nosso personagem tem ainda junto a si a bagagem de um membro do Clero, e principalmente, bastante ligado ao Pontificado. Assim, os expedientes da teocracia pontifícia estarão presentes ao longo de todo o seu discurso, de sua construção ideológica – o rei, para tanto, ocupar-se-á das questões administrativas do reino, função de que o clero quer distancia, enquanto o Poder Espiritual segue coordenando a Cristandade, tão defendida pelos valorosos soberanos ibéricos, sua muralha. No caso de Pelayo, nada melhor do que partir da elevação dos espíritos com a propaganda que faz da Reconquista, especialmente com o episódio que aqui abordamos. Reforçar a necessidade e urgência de expulsar os muçulmanos. Analisemos então esta questão mais de perto no item 2.3.

1.4 O Espelho dos Reis (1341-1344) e o gênero textual de espelhos de príncipe

⁷⁷ O'CALLAGHAN, Joseph F. La cruzada de 1309 en el contexto de la Batalla del Estrecho. In: *Medievalismo*, n. 19, 2009, pp. 246-247.

⁷⁸ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/Editora da USP, 1981, p. 77.

“Neste livrinho por dedicatória te envio o colírio com que possas ungir teus reais olhos interiores (Apoc., III; Dist., XLIX, cap. II, *Collyrio*; Dist., XIX, cap. final), e o espelho em que assiduamente te contemples, confessando que a ti, meu Senhor natural e afectuosíssimamente dilecto, nada de mais precioso e mais durável posso oferecer.”⁷⁹

Falamos tanto a respeito do conteúdo, mas não da forma de nosso objeto. Dentro de uma perspectiva mais técnica, nossa fonte fora publicada em dois volumes, respectivamente em 1955 e 1963 pelo Instituto de Alta Cultura de Lisboa, tendo sido traduzida diretamente do Latim para o Português pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses⁸⁰ através do manuscrito Barber. Lat. N° 1447 localizado na Biblioteca Apostólica Vaticana, compondo assim um trabalho amplamente reconhecido por sua qualidade. Ademais, tal edição do Espelho dos Reis é bilíngue (Latim/Português), tornando possível, inclusive, a confrontação dos termos traduzidos com aqueles originais – o que pode ser extremamente útil, sobretudo no que tange à nossa metodologia analítica, que exige uma atenção maior a detalhes como as múltiplas acepções de uma mesma virtude, dado que muitas provêm de uma tradição romana clássica e por isso, podem conter múltiplos significados dependendo da interpretação por meio da tradução.

Diante de nós apresenta-se uma obra cuja procedência reside no gênero de produção conhecida por *espelho de príncipes*, composto de tratados doutriniais que tinham por objetivo direto a instrução de príncipes (como é o caso do Espelho dos Reis segundo o que mencionamos na abertura de nossa exposição, páginas atrás) ao exercício do bom governo através de modelos teóricos de conduta pautados em exemplos cristãos de virtude e ética. Segundo Ricardo da Costa,

⁷⁹ EdR, vol. 1, p. 05.

⁸⁰ Miguel Pinto de Meneses (1917-2004) traduziu também as duas outras obras maiores de Álvaro Pelayo (Estado e Pranto da Igreja e Colírio da Fé Contra as Heresias) além de diversos outros textos relacionadas ao pensamento político, religioso e filosófico da Idade Média. Tendo sua formação inicial através da licenciatura em Filologia Clássica pela Universidade de Coimbra, Meneses atuou ativamente junto ao Instituto de Alta Cultura (Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia) em Lisboa e em outros centros de pesquisa portugueses e europeus, bem como a exemplo de outros intelectuais da época, ocupou variados cargos dentro da política de Portugal, notadamente na área da Educação. Para mais informações, direcionamos o leitor à uma obra composta em homenagem ao tradutor por conta de seu falecimento: MATOS, Manuel Cadafaz de (coord.). *A Apologia do Latim: in honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses (1917-2004)*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2005.

“[através dos ensinamentos nos mesmos moldes do *Espelho dos Reis*] [...] o rei deveria olhar para si mesmo, para esse real espelho interior, atitude que (re)ungia-o, fazendo-o vencer seus vícios – e também os vícios de seu ofício. Vencendo-os, educava-se com as virtudes cristãs. Educando-se, passava então a ser um instrumento de salvação, um *soter*. De si, e, principalmente, do reino e dos súditos.”⁸¹

Assim, características como “bom legislador”, “justo” e “protetor da Cristandade” resultam como pontos bastante evocados, apontando em alguns momentos para a contenção da figura régia, objetivo velado de larga parte do segmento de autores destas obras, ou seja, clerical, ao redigirem⁸² – portanto, para além desta natureza “pedagógica”, convém destacar que o plano político é bastante abordado dentro do gênero e em nossa defesa quanto à clarificação inicial do estilo de obra, podemos destacar justamente os conteúdos do tratado de Pelayo, salientando para tal novamente o fato de que no começo do *Espelho dos Reis* a atenção do autor volta-se quase que completamente para a Batalha do Salado, não deixando de instruir o soberano quanto ao procedimento correto de um soberano, mas, pelo menos até a metade do tratado, privilegiando a propaganda e construção de sua teoria política.

Tal tradição especular, segundo David Nogales Rincón, pode ser remontada até o século IX, quando, no que tange ao Ocidente, surge a obra *Via regia de Smaragdus* de San Mihiel (760-810) ou então, como podemos observar, através da redação da *Vita Caroli Magni*, escrita por Eginhardo (770-840) narrando a vida de Carlos Magno, a quem atuou como conselheiro – e aqui, embora aborde-se em essência a vida do imperador, muitas passagens se identificam como conselhos e instruções para a boa governança de seu filho e sucessor, Luís, o Piedoso. Entretanto,

⁸¹ COSTA, Ricardo da. Um espelho de príncipes artístico e profano: a representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348?) – análise iconográfica. In: *Utopía y Praxis Latinoamericana – Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*. Maracaibo: Universidad del Zulia, vol. 8, n. 23, outubro/2003, [pp. 55-71]: p. 56.

⁸² PALÁCIOS MARTÍN, B., El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los espejos de príncipes (1250-1350). In: Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350, XXI Semana de Estudios Medievales, Estella, 1994, Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995; NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Año 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 09-39.

o período de maior difusão do gênero localiza-se justamente por entre os séculos XII e XIII onde temos como principal marca a redação do *Policraticus* (1159) de João de Salisbury⁸³ – período este que há de coincidir com os princípios da reformulação do poder monárquico sobre bases mais sólidas, chegando-se à necessidade de se fazer uma reformulação doutrinal do ofício régio, no sentido de superar as contradições teóricas e práticas que se apresentam à nova conjuntura, bem como fornecer à monarquia o suporte ideológico necessário para dar conta de seu projeto político⁸⁴.

Assim, muito embora utilizados com a finalidade de conter a figura régia impondo-lhe limites, traço bem salientado por uma das obras mais definidoras do gênero, o *De regimine principum ad regem Cypri*, de Tomás de Aquino (1265-1267 – obra que irá influenciar por longos anos todo o gênero servindo como base, por exemplo, a Egídio Romano na composição de uma obra homônima ou, ao próprio Álvaro Pelayo, que iria beber muito de tais fontes), essas produções prestarão grandes serviços às próprias autoridades seculares no sentido de se firmarem. Novamente, evocamos Fernandes por elucidar tal colocação quando diz:

“Os Espelhos de Príncipe medievais em suas fórmulas mais antigas, ou talvez possamos chamar originais, definem um perfil de contenção ética cristã dos reis na defesa subliminar dos ideais de universalidade assentes na supremacia pontifícia. No entanto, estes mesmos materiais doutrinários depois de glosados e atualizados seriam utilizados pelos reis como instrumento de cristalização de uma imagem modelar régia. Este modelo cristalizado, institucionalizado, serviria como matriz identitária do reino atingindo imediatamente a sua sociedade política e mesmo seus mais simples súditos. Todos partícipes de algo maior, o reino, à luz da imagem do rei.”⁸⁵

⁸³ Armênia Maria de Souza também destaca neste período o surgimento do humanismo e da sociedade de Corte como agentes impulsionadores do gênero. Para tanto, ver – A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de Frei Álvaro Pais (séc. XIV). In: *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 195.

⁸⁴ NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Año 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 11-18.

⁸⁵ FERNANDES, Fátima Regina, 2009, *Op. Cit.*, p. 52.

Observa-se, portanto, que Tomás de Aquino e Egídio Romano em seus trabalhos propõem a formatação ética, moral e cristã das prerrogativas régias dentro de uma forma que estas não pudessem ameaçar a *Plenitudo Potestatis* papal – o monarca, portanto, deveria limitar-se, educar-se e vigiar-se para manter seus vícios em pleno controle, visando o domínio de suas paixões pessoais. Alcançando este perfil ideal o soberano estaria preparado para posicionar-se acima da lei, podendo até mesmo corrigi-la; “[...] assim, reforçamos que estas obras buscavam formatar, definir o monarca ideal contribuindo, mesmo que involuntariamente para a institucionalização da figura régia; fortalecendo-a em si mesma, dentro de suas atribuições previstas.”⁸⁶.

Deste modo, fica claro o fato de que estas obras vão além de uma mera abordagem referente ao plano instrucional. Tal característica é, sobretudo, recorrente nas produções posteriores ao final do século XIII e realizadas ao longo do XIV; em Castela, porém, identifica-se uma trajetória própria que, embora se aproveite amplamente do que era produzido em França e Inglaterra, não deixa de se influenciar por segmentos de característica oriental, reforçando ainda mais o caráter plural de suas produções. Rincón dispõe três períodos característicos do gênero:

1. Influenciado pela tradição oriental (século XIII) – nele a tradição hispânica nasce profundamente embebida pela tradição oriental, influenciada por obras como *Libro de los doze sabios*, *Sirr-al-asrâr*, ou *Flores de Filosofía* e marcadas pela preocupação de caráter ético-moral, relegando ao segundo plano a teoria política;
2. Abandono progressivo da tradição oriental (fim do século XIII-XIV) – nele vê-se a ampla incorporação das fontes ocidentais, tanto latinas quanto francesas, bem como de elementos do Direito castelhano – e uma das maiores expressões deste período é *Castigos de Sancho IV*. Incorporam-se nas obras deste momento as ideias aristotélicas e assiste-se ao surgimento de uma análise mais política do ideário régio. Sente-se também a influência de autores como Egídio Romano ou o círculo intelectual do Papado avinhonês;

⁸⁶ *Idem*.

3. Incorporação massiva das fontes clássicas (século XV) – derivadas das novas traduções para o castelhano, o antigo passa a dividir espaço com a literatura cristã. Tal período torna-se evidente a partir do uso de novas fórmulas para a exposição das ideias: poesia, diálogo ou, de temas distintos à formação ética, como a educação física. No aspecto político, vê-se a confrontação de dois ideários: pró-nobiliarquico e monárquico. São deste período exemplos: *Vergel de príncipes*, *Dialogum*, e *Dialogum inter regem et reginam de refime regni*.⁸⁷

Podemos dizer, com base no estudo “Homens e Saber na Idade Média”, de Jacques Verger⁸⁸, que a redação de Pelayo segue um padrão de lógica bastante similar aos parâmetros escolásticos, visíveis em diversas obras contemporâneas, o que se reflete na grande quantidade de títulos e subtítulos, responsáveis por uma coesa elaboração, discussão e desenvoltura de cada uma das ideias – e principalmente, das virtudes e suas acepções – trabalhadas pelo Frade. Além disto, destacamos a riqueza de fontes utilizadas pelo autor, reunindo em sua obra extratos dos autores clássicos claramente cristianizados, para bem servirem a seus propósitos, além de textos que compõe as bases doutrinárias cristãs, ou seja, os Padres da Igreja, textos de Santos, dentre outros, sem contar o corpo jurídico que a formação em direito de Pelayo possibilitou para dar força argumentativa: o Digesto, o Direito Canônico, as Decretais – só para citar alguns elementos.

A partir do histórico e contextualização do gênero de produção, fica-se mais que clara a integração do Espelho dos Reis ao quadro dos escritos de tradição especular. E como característica fundamental destas obras, o tratado do Frade é dedicado em seu princípio à orientação de um monarca à boa governança – neste caso, Afonso XI de Castela, conforme podemos ver logo no prólogo da obra:

⁸⁷ NOGALES RINCÓN, David, *op. cit.*, p. 15-17.

⁸⁸ VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.

“Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o Alfa e o Ómega, o princípio e o fim (Apoc., I, e XXI último), ao ilustre e ínclito Afonso, generosíssimo e vitoriosíssimo Senhor, príncipe e rei dos Visigodos, vigário terrestre de Cristo na província da Bética e terras circunjacentes, e nos dilatados reinos de Espanha, campeão católico e defensor da fé ortodoxa de Jesus, filho de Deus e e Santa Maria, chamada *Mãe de Deus* e *Mãe de Cristo*, reinante no ano do Senhor de 1341, e mais feliz havendo de reinar – Frei Álvaro, Menor de profissão, ministro e chefe da Igreja de Silves, doutor de Degredos, [envia saudações]. [...]”⁸⁹

O endereço desta dedicatória é interessante, sobretudo pelo fato de Afonso XI ter apoiado alguns bispos em seu reino, além, é claro, de ter nutrido desafetos com o rei português – vemos então a centelha que conecta Afonso IV ao tratado, dados os maus termos existentes entre o frade e o soberano lusitano já expostos logo acima, além, é claro, do possível projeto de hegemonia castelhana em edificação por Afonso XI. O *Espelho dos Reis* de Pelayo relaciona-se com este contexto, inclusive, de forma bastante simbólica: Rincón é categórico ao dizer que “[...] el *Speculum Regum* de Álvaro Pelayo consagra definitivamente el abandono de la tradición oriental, que no ejercerá ningún tipo de influencia ni en su forma ni en su contenido. [...]”⁹⁰ partindo para uma maior adoção dos próprios elementos ocidentais, como as produções de Egídio Romano ou do círculo pontifício avignonês, que tenderá para formulações mais incisivas quanto ao que pretende defender – o que é evidente nas palavras pelagianas.

Sua estrutura argumentativa tem princípio, como já dissemos, com a exaltação da vitória dos cristãos sobre os muçulmanos, tendo sido os primeiros conduzidos por Afonso IV de Portugal e principalmente, Afonso XI. Aproveitando a caracterização do soberano de Castela como o maior da Cristandade, Pelayo inicia uma extensa reflexão acerca de modelos e anti-modelos de governança, calcando-se principalmente no Antigo Testamento e nas fontes greco-romanas. Neste assunto, surgem questões como o que é a dignidade régia, quais são suas atribuições, quais são

⁸⁹ EdR, vol. 1, p. 05.

⁹⁰ NOGALES RINCÓN, David. *Op. cit.*, pp. 16-17.

os principais erros em que incorrem bem como os pecados aos olhos de Deus e da Igreja que frequentemente cometem. Este então é o gancho para o tema que dominará largamente o restante da obra do Frade: as virtudes e os vícios. Nisto, vemos inúmeras formulações e exemplificações de preceitos morais e éticos aos quais tanto o soberano quanto aqueles que lhe são submissos devem seguir com a finalidade de desempenhar retamente a função governativa e, acima de tudo, a condução das almas ao Reino Eterno.

Assim, para tais tempos turbulentos, não basta o reino ter diante de si apenas um rei guerreiro. Este era o perfil de séculos atrás. Agora, é necessário um rei que, ao mesmo tempo está disposto a defender a Cristandade, e hábil o suficiente para conduzir seus súditos. É necessário então um rei legislador. Um rei *justo*.

2. A virtude da *Justiça* régia no *Espelho dos Reis* de Frei Álvaro Pelayo

Neste segundo capítulo examinaremos a virtude da *Justiça*, parte integrante do conjunto das quatro *Virtudes Cardeais* e aquela que se reveste como a principal na obra de Álvaro Pelayo, conforme tivemos a oportunidade de ter um breve vislumbre no Capítulo 1, item 1.2. Por meio deste exame, auxiliados pela análise de fontes e pelo amplo suporte bibliográfico – no qual se destaca largamente a figura de João Morais Barbosa, pesquisador que se aprofundou de modo específico no *Espelho dos Reis* – penetraremos no cerne da teoria política pelagiana, perscrutando os modos como esta se integra à figura régia, os motivos pelos quais o autor salienta sua importância, e as múltiplas formas em que ela cumpre seu papel dentro da Coroa, bem como ofereceremos maiores contornos à identidade régia que aludimos no princípio de nosso texto.

2.1 Teoria e ética

As *Virtudes Cardeais*, de número quatro sendo elas *Justiça*, *Prudência*, *Temperança* e *Fortaleza*, recebem esta designação por conta de seu caráter estável e por terem orbitando em torno de si todas as coisas que são necessárias e de uso à vida – mesmo que estas mesmas coisas sejam mutáveis. Ainda sobre estas quatro estão firmadas as demais virtudes, de modo em que elas acabem por se reduzir ou culminar no conjunto principal.

Desta forma Álvaro Pelayo define as quatro *Virtudes Cardeais* para seu soberano. E esta definição torna-se interessante por ocorrer num momento avançado de seu texto, para sermos mais precisos, *fólio 28*, muito embora em passagens anteriores o Frade não tenha deixado escorrer em vão pela tinta de sua pena a oportunidade de citá-las, enquanto escrevia suas instruções para a edificação daquilo que achamos conveniente chamar de *identidade régia*. A repetição do tema, supomos, seja a base para uma melhor fixação da ideia que o autor se propunha a defender, além de seu método de exposição não deixar de se assimilar ao escolasticismo que estava

bastante em voga durante a Baixa Idade Média; dizemos isto por conta da frequente organização dos tópicos seguindo um ordenamento lógico e rígido que compreende a definição da virtude que será abordada no momento, a exposição de suas características (que envolverão suas contrapartes, os *vícios*) e a forma de aplicação desta virtude em sua vida, tudo sempre tendo o sustento e amparo do peso dos antigos, das Sagradas Escrituras e de todo o corpo jurídico composto ao longo das centúrias precedentes.

Continuando a explicação básica sobre as Virtudes Cardeais, Pelayo diz-nos que são elas as responsáveis pela direção dos principais movimentos da alma, categorizando-as quanto tipo e ato da seguinte forma:

- Prudência, ligada ao *ato racional*: responsável por distinguir o bem do mal;
- Temperança, ligada ao *ato concupiscível* (ou seja, o desejo por bens materiais, a busca pela luxúria): responsável pela escolha dos bens deleitáveis;
- Fortaleza, ligada ao *ato irascível* (ou seja, a animosidade do indivíduo): responsável pelo enfrentamento de empresas árduas e sustentação daquilo que é difícil sustentar.

As três, segundo o Frade, dirigem a alma *quanto a si*, ou seja, focam-se propriamente no indivíduo – e então podemos dizer, na sua conduta interna. Já a virtude restante, a *Justiça*, dirige estes mesmos atos tendo, entretanto, um direcionamento distinto: *quanto ao próximo*, sendo ela a responsável por envolver todas as demais virtudes. Desta forma, vemos a Justiça assumir um caráter mais cívico se pudermos tomar a liberdade do uso do termo, evocando-o no sentido de salientar seu papel quanto a sociedade como um todo. Seguindo, de forma simples e direta Pelayo apenas categoriza esta como a “virtude da distribuição”⁹¹.

Estas virtudes no cristão manifestam-se de maneira *orgânica*; guiando-nos pelo pensamento pelagiano exposto acima, é difícil isolar uma da outra principalmente no modo de botá-las em prática, dado que as subdivisões da Prudência, a título de exemplo – razão, inteligência, precaução, etc. – serão determinantes no tocante à execução da Justiça, e assim por diante pensando nas demais Virtudes Cardeais.

⁹¹ EdR, vol. 1, p. 433.

Entretanto, analisado bem o *Espelho dos Reis* é possível ver o destaque dado por Pelayo justamente à virtude da Justiça, não apenas no âmbito teórico que este se propõe a analisar, mas em sua função prática, sobretudo no tocante à função administrativa visada na orientação de Afonso XI.

Atingimos tal resultado, ou seja, a resolução acerca do protagonismo da virtude da Justiça no tratado pelagiano, através de uma cuidadosa e meticulosa leitura do *Espelho dos Reis*. Nossa metodologia de análise consistiu em, inicialmente, perscrutar a fonte levando cabo de um mapeamento temático da mesma, conhecendo seus objetos, suas próprias fontes, linguagens, dentre outras particularidades que de alguma forma poderiam nos ajudar em sua compreensão. Desta forma mensuramos a quantidade de vezes em que um tópico ou assunto apareceram e, na medida do possível, seu grau de importância. A partir disso, destacamos o enunciado acerca das virtudes, que dominam aproximadamente 60% da obra; assumimos então que esta é a matéria base tanto do tratado quanto para aquilo que mais tarde definiremos como a identidade régia esboçada por Pelayo (além, é claro, dos demais elementos que o Frade aborda, como a formação do soberano, o que é um tirano, e outros temas). Concluída esta etapa, procedemos com a mensuração das virtudes, que culminou na estruturação daquilo que nomeamos como “Quadro das Virtudes”, uma esquematização de boa parte da matéria exposta pelo Frade de maneira fragmentado em sua obra⁹². Fora com esta última “filtrada” temática que finalmente, destacamos a virtudes da Justiça régia como aquela a qual devemos nos debruçar.

Tendo este aspecto em mente, achamos deveras produtivo mergulhar nas particularidades desta virtude com o objetivo de melhor compreender a *identidade régia* proposta por Pelayo, observando também os demais traços elencados dentro desta que complementam esta identidade – em outros termos, a “organicidade” a que mencionamos não poderá ser deixada de lado, do contrário, custando-nos a perda de vários elementos cruciais à compreensão do arquétipo pelagiano – e complementares à própria teoria política e visão de mundo de nosso autor, que não deixa de estar plasmada em toda a sua obra.

⁹² Ver o Anexo 05.

Dito isto, é impossível que prossigamos em nossas colocações sem antes ter em mente o que Álvaro Pelayo almeja com sua teoria política; sobre o assunto, nos socorremos através das seguintes palavras de João Morais Barbosa, a quem somos tributários por conta da realização, décadas atrás, de uma excelente análise de cunho filosófico do *Espelho dos Reis*.

Para o filósofo, todo o construto teórico pelagiano fundamenta-se na concepção do primado do espírito sobre a matéria, assunto deveras recorrente na obra do Frade. Tal discussão inicia-se ainda nas primeiras páginas do tratado, quando Pelayo trata da luta que deve continuar a ser travada contra o muçulmano; a fundamentação parte do bíblico, sendo numa perspectiva retroativa os cristãos pertencentes à linhagem de Isaac e Sara, livres como Cristo que liberta os povos da servidão diabólica e em contrapartida, os seguidores do Islã partindo de Agar e Ismael – sendo que Agar fora uma escrava. Começa-se então a recorrente oposição entre espírito e carne, liberdade e escravidão, envolvidas inclusive numa grande perspectiva de alteridade. Para reforçar mais seu posicionamento, Pelayo fornece a seu leitor uma visão escatológica da situação:

“Sendo Ismael carnalmente nascido de uma escrava, querem os sarracenos, seus descendentes, escravos da carne, viver segundo a carne aqui e na outra vida, e, por isso, perseguem, acerba e como que naturalmente, os cristãos [...] pois que a carne cobiça contra o espírito, e os carnis nunca cessam de perseguir os espirituais, durante este combate até que, no fim do mundo, se faça um só ovil, isto é, a Igreja, e um só pastor de todas as nações, Cristo [...]”⁹³

Partindo disto, temos a seguinte colocação de Barbosa:

“A matéria é naturalmente múltipla e o espírito, em si mesmo, é uno. O processo dinâmico, pelo qual os corpos materiais tendem para o espírito e se lhe submetem, é aliás o caminho de busca da unidade. [...] Na hierarquia dos seres, encontram-se no seu cume um puro Espírito. Dele

⁹³ EdR, vol. 1, p. 09.

procedem todos os entes e a ele aspiram, como Sumo Bem. A superioridade do Sacerdotium sobre o Imperium é consequência do que acima deixámos exposto. A sociedade humana constitui-se como uma gigantesca pirâmide. Na sua base, encontram-se os múltiplos cidadãos. No grau imediatamente superior, os vários Reinos, cada um com o seu chefe único, estabelecem uma primeira unidade. Entre eles, aqueles que seguem a fé de Cristo, unificando-se sob a direcção dum só imperador católico. No cume da pirâmide, o papa, como vigário universal de Cristo *no céu e na terra*, constitui o pólo supremo da unidade do género humano, independentemente de crenças religiosas. [...] No reino celeste, os homens encontrarão a paz eterna. Com o findar dos tempos, a história terá terminado o seu processo para a unidade universal. A dialética reino do mundo – reino eterno, como abóboda do postulado metafísico do primado do espírito sobre a matéria, manifesta-se, uma vez mais, como o verdadeiro nervo do pensamento de Álvaro Pais.”⁹⁴

Assim, a teoria política de Álvaro Pelayo constitui-se orientada sempre para a unidade da multidão de fiéis com Deus; o caminho para tanto é o principal: o fim imediato do governo secular reside na manutenção da unidade social, a qual tem como resultado o bem comum. O governo ideal para tal missão é o monárquico, pois um chefe apenas assegurará melhor a unidade dos súditos ao contrário de muitos – e nesta argumentação, podemos nos questionar: por que o uno é superior ao múltiplo? O caminho para responder a esta questão encontra-se na própria trajetória da filosofia e da teologia medieval, partindo das reflexões de Plotino (filósofo neoplatónico grego nascido no Egito, viveu de c.205 a 270), passando por Santo Agostinho (354-430), São Tomás de Aquino, até atingir o próprio Frade e tem como tema a própria posição de Deus como o Todo. Encontramos uma explicação direta quanto a isto nas palavras de Mauricio Puls:

“O Uno é o verdadeiro sujeito: ele cria livremente e por excesso, mas aquilo que ele cria não é outro Uno, mas algo diferente dele. O sujeito produz um objeto, mas esse produto se distingue objetivamente do

⁹⁴ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*, pp. 322-323.

produtor. Assim, se o Uno é uno e perfeito, o produto é múltiplo e imperfeito: a causa é superior ao efeito. Entre o Uno e o múltiplo existe um abismo: o Uno gera entes, mas por isso mesmo, não é um ente. 'O Uno não é a Inteligência, mas está antes da Inteligência. Pois a Inteligência é algo que faz parte dos seres, mas o Uno não é algo, uma vez que está antes do algo. [...] (Plotino, *As Enéadas*, VI, 9, 3)'. [...] Sendo uma imagem do Uno, a Inteligência é ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento, contemplante e contemplado. Ora, ao contemplar o Uno, a Inteligência produz um terceiro fundamento, a Alma do Mundo. Esta se constitui igualmente por irradiação, e sua atividade também consiste na contemplação. Mas ao contemplar a Inteligência, ela já não se defronta com a unidade, mas com a dualidade Uno-Inteligência, o que provoca sua diferenciação interna. A transição da unidade à multiplicidade resulta do Uno na Inteligência, e desta na Alma do Mundo, que se divide numa pluralidade de almas singulares. A Alma do Mundo se irradia por todos os entes, organizando o mundo sensível e conferindo forma à matéria: ela é o fundamento das almas individuais. [...].⁹⁵

Tais reflexões plotinianas, devidamente convertidas ao Cristianismo, traduzem Deus como o Uno. Deus é um Ato Puro, sem nenhuma composição, influência ou anterioridade. Ele apenas É. Tentando se espelhar nesta Unidade Natural, surge então a concepção humana de unidade, que não é a de Deus – uma Unidade de Composição, na qual, tenta-se emular a perfeição celeste: se Deus é um só no Universo, porque não refletir isto nas demais agremiações do homem? Eis então a justificativa para apenas um indivíduo governar acima dos demais – e a necessidade de bem instruí-lo, a qual Pelayo ocupa-se.

Respeitando a relativa independência dos vários reinos cristãos, a ideia de um Império universal representado pela Cristandade surge, representando as mesmas razões embora num nível acima da pirâmide a que aludiu Barbosa. Por fim, na proa desta grande nau encontra-se o Pontífice, justamente o responsável por estabelecer a ponte entre o reino da terra e o reino dos céus, no sentido de permitir que os peregrinos desta vida façam a travessia.

De uma forma resumida, podemos observar nestas colocações o âmago da teoria pelagiana, o que trás a lume novamente a defesa de Pelayo aos ideários da

⁹⁵ PULS, Mauricio. *Arquitetura e Filosofia*. São Paulo: Annablume 2006, p. 174.

Teocracia Pontifícia, ao posicionar sempre o Poder Espiritual acima do Temporal⁹⁶ – embora jamais o rebaixe, o que nos auxilia no distanciamento de realizar uma análise deveras simplista da conjuntura em que pensador e obra estão inseridos. Para o Frade, o poder Temporal a seu modo há de contribuir para o todo final ao qual o povo cristão deve ser encaminhado e por isso, as prerrogativas seculares de um soberano como Afonso XI – como o processo de expansão régia e a busca pela hegemonia peninsular – não correm o risco de serem cerceadas pelo construto teórico pelagiano. Ambas as facetas estão interligadas e revelam no final das contas o pensamento de um indivíduo ligado a forças político/sociais em franco declínio em comparação com as novas demandas do tempo.

Como apontamos então, não há contradição em envolver interesses do Papado e da Monarquia em uma só projeção teórica. Aliás, este é um fenômeno bastante plausível se observarmos a realidade baixo-medieval em que se encontram os vários reinos europeus: tarefas como a administração regional, tomando para isto um reino como exemplo, são um encargo extremamente oneroso para a autoridade espiritual a quem os rumos da Cristandade estão confiados. Sendo assim, tarefas menores como a administração da justiça ou a lida com as finanças internas de um reino acabam sendo relegadas às figuras seculares, notadamente o soberano e seu crescente corpo burocrático, revestido por uma Chancelaria, por fiscais e coletores de

⁹⁶ Posicionamento que fica ainda mais claro através do seguinte trecho: “Item, é de notar que o rei recebeu a coroa e o gládio das mãos da Igreja, como o imperador, para ser o defensor da fé e da Igreja, e o conservador dos seus direitos. Donde se vê que ele está para o papa, como a mão para a cabeça no defender e no servir [...]. Por isso, qualquer rei recebe o gládio, das mãos de um bispo do seu reino, que lho dá em nome da Igreja, entendendo-se que com o gládio recebe o cuidado e o governo de todo o reino, assim como o imperador, o cuidado e o governo do seu império. E deve esse bispo dizer ao rei como diz o papa ao imperador: ‘Recebe o gládio que a Igreja regularmente te concede por nossas mãos, embora indignas, consagradas pela sucessão e autoridade dos Apóstolos. Ele foi ordenado por Deus, e por efeito da nossa benção, para a defesa da fé e da Santa Igreja de Deus, para punição dos malfeitores e louvor dos bons. E lembra-te do que disse e profetizou o Salmista, [Salmo XLIV, 4], com estas palavras: ‘Cinge a tua espada ao teu lado, ó poderosíssimo’, para com ela, e por Cristo, exerceres a força da equidade, poderosamente destruíres o peso da iniquidade, defenderes e protegeres a Santa Igreja de Deus e seus fiéis, e abominares e dispersares tanto os falsos na fé como os inimigos do nome cristão, ajudares e defenderes com clemência as viúvas e os órfãos, restaurares as coisas desoladas, conservares as restauradas, vingares as injúrias, confirmares as bem ordenadas, até que, glorioso com o triunfo das virtudes e cultor egrégio da justiça mereças, com este procedimento, reinar sem fim com o Salvador do mundo, cuja figura trazes no nome.’ EdR, vol. 1, p. 137-139.

impostos e um sem número de outras funções que, conforme nos aponta Joseph Reese Strayer, crescerão vertiginosamente até fins do Medievo⁹⁷.

Somando-se a este desenvolvimento, é interessante apontarmos para o fato das instituições irem crescendo em prestígio e autoridade. A etapa decisiva para o desenvolvimento da soberania secular dá-se através do reconhecimento por parte da sociedade política de cada reino da necessidade de uma autoridade suprema visando o bem comum e por ele trabalhando. Neste sentido, crescem justamente os afazeres dos senhores laicos, notadamente, o fazer justiça – cuja justificativa compete naquilo que dissemos logo acima, fazer respeitá-la, já que tal responsabilidade não competia a ao segmento clerical, o outro peso na balança do poder. Esta medida então leva ao desenvolvimento de códigos e a melhora das instituições judiciais – úteis para a constituição do que futuramente culminará no Estado, embora o desenvolvimento, como é de se esperar, seja lento e gradativo na Europa. O Renascimento do XII, nesse sentido, fora importante por conta do aumento de pessoas letradas e instruídas capazes de trabalhar em arquivos e com documentos oficiais, elementares para a criação de instituições impessoais; papel que o Direito também exercerá, cabendo também destacá-lo aqui⁹⁸. É neste esteio que um indivíduo como Álvaro Pelayo surgirá e em meio a tamanho desenvolvimento, a teoria política que irá formular também terá outro aspecto importante para o fortalecimento do poder régio dentro do seu reino: a espiritualização de sua figura.

"Agora, cumpre-nos demonstrar que também o poder dos reis é a seu modo espiritual e deve ser virtuoso, porque são mais elevados e superiores na dignidade temporal [...] E se são mais bem elevados na dignidade também o devem ser nos bons costumes, conforme há pouco se provou. Por isso, escreverei aqui, alguns pensamentos sobre as suas condições, e como o seu poder é a seu modo espiritual, e deve ser ordenado para um fim espiritual."⁹⁹

⁹⁷ STRAYER, Joseph Reese. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d, p. 80-81.

⁹⁸ *Idem*, p. 28-30.

⁹⁹ EdR, vol. 1, p. 111.

Este trecho abre o subtítulo "Ainda das coisas que dizem respeito ao poder do rei" e evoca bastante bem o papel do soberano secular no conjunto harmônico esboçado pelo Frade que trouxemos acima. Teoricamente, ele confere o poder régio dentro da equação total ao mesmo tempo em que o limita, realizando esta que é uma premissa muito recorrente nos tratados de *espelho de príncipe*, principalmente por conta do segmento social majoritário que os redigem, ou seja, clerical. Pouco antes, Pelayo se alonga ao tratar das múltiplas dignidades no sentido de deixar bem claro que a *Ambição* é um dos principais fatores que levam à degeneração régia e, portanto, ao tão temido *tirano*. Assim, o rei sábio contenta-se com o seu ofício, não usurpando aquilo que pertence aos clérigos - a si, reserva-se a Justiça e a administração dos bens temporais do rei; nunca, jamais, cumpre-lhe interferir na cura de almas. Para tanto, Pelayo alia a ritualística da entronização régia ao simbolismo dos vários elementos nela dispostos para atestar a superioridade pontifícia:

"[...] O fato de os reis não serem ungidos na cabeça, como os pontífices, mas no braço [...] significa que o seu poder não é predominantemente espiritual, mas por sua função é obediência, visto que é pelo braço que obramos [...]. Também o poder dos reis na Igreja pode dizer-se espiritual, a saber, segundo a vida, pois que assim como os pontífices devem ser espirituais segundo a vida, assim também o devem ser os príncipes temporais a seu modo. Todavia, exigem-se maior perfeição e espiritualidade dos pontífices que nos príncipes, visto a sua dignidade ser maior e mais perfeita [...] e o mais elevado o deve ser também o maior na santidade [...]"¹⁰⁰

E esta justiça, ou pelo menos uma de suas facetas, está justamente no combate contra o muçulmano expresso no princípio do Espelho dos Reis, no que Pelayo diz-nos que as reais mãos de Afonso XI (*tuae regales uncitae*) estão ungidas para conduzir todos os cristãos que se levantam contra os ismaelitas. Pois é justamente o soberano de Castela o principal defensor da fé, robusto capitão e porta-bandeira

¹⁰⁰ EdR, vol. 1, p. 109.

contra os inimigos da santa, católica e ortodoxa fé cristã¹⁰¹ – nota-se a ação dos desdobramentos da realidade na redação do Espelho, evidenciado pela exclusão que o Frade faz do soberano lusitano embora no mesmo episódio que lhe serve como ponto de partida para principiar sua obra Afonso IV tenha tido tanta importância e êxito quanto. A guerra, ou melhor, a sua *finalidade*, é a paz no mundo dos homens que nada mais é do que uma sombra pálida da verdadeira paz, no Reino Eterno; observamos aqui a sacralização da figura régia que age no sentido de legitimá-lo e posicioná-lo dentro da hierarquia social proposta pelo Frade, similar à da sociedade trinitária de outrora mas adequada às novas demandas de seu tempo¹⁰².

Da soma destes elementos expostos acima, podemos ainda depreender o seguinte: a escrita nasce da falta; a ausência proposital de Afonso IV, o desejo pela paz, a legitimação do soberano de Castela... Todos são desejos de Pelayo que, além de transcrever o que vê, coloca em caracteres aquilo que seria ideal para a sociedade que pretende esboçar e edificar através de seu Espelho dos Reis. Vemos nesta ação um reforço do papel deste gênero na reflexão social e, além do que comentamos no item 1.4, o quão densas essas obras podem ser se levarmos em conta as motivações e ambições do indivíduo no momento de sua redação.

Interessante em toda a argumentação anterior ao parágrafo acima é a constante marca de autonomia que o soberano precisa para bem executar sua tarefa, seja na guerra, seja na paz – e por paz, implica-se aqui a administração do reino. Porém, um questionamento feito por Pelayo resulta-nos importante para entender um pouco mais de sua teoria: se Deus criou todos os homens iguais, qual é o motivo que leva um único a governar todos os demais? O que justifica a existência do poder temporal? A resposta parte de três princípios, a saber: 1. Porque os homens são naturalmente ignorantes e não lhes basta o governo da própria razão – assim, é

¹⁰¹ EdR, vol. 1, p. 09.

¹⁰² Segundo Pelayo, o reino ou a sociedade devem se estruturar segundo as seguintes funções: lavradores para fornecerem alimentos e os artífices para os demais elementos necessários ao trabalho (os mercenários aqui são incluídos por trabalharem a custo de um salário), os guerreiros para reprimirem os rebeldes internos e resistirem aos ataques externos; a abundância de dinheiro para perseguir as oportunidades de guerra – o Frade não menciona o burguês ou os comerciantes em si, embora reconheça sua importância (a contra gosto, sem dúvida, em razão de seu ideário franciscano), os juizes, que são necessários para a orientação do governo e dos cidadãos e por fim, a maior e mais digna função de todas, a dos sacerdotes, responsáveis pelo culto à Deus. EdR, vol. 01, p. 35.

conveniente que haja um governo secular para que a sociedade seja regida por alguns indivíduos que se sobressaíam pela virtude; 2. Porque os homens, com frequência pecam, prejudicando-se mutuamente; o rei que reina com justiça coíbe seus súditos da prática do mal justamente porque o ser humano procura satisfazer a si próprio, esquecendo-se do bem comum – atingido somente se estiver sob o governo de uma autoridade secular... Que de posse da *justiça* dará a cada um o que lhe é devido; 3. Porque o homem é um animal social que vive idealmente em comunidade (e aqui Pelayo nutre-se das concepções políticas aristotélico-tomistas). A conservação desta comunidade, entretanto, estará comprometida caso não haja alguém que se responsabilize por seu zelo¹⁰³.

Com base no que acima fica dito, as palavras de Morais Barbosa resumem perfeitamente uma situação a qual buscamos chegar:

“O Bem comum é o sustentáculo da sociedade humana. Sem ele, a comunidade dispersa-se. Ora, se o homem é animal social, a desintegração da sociedade acarreta a sua não realização pessoal. Logo, a procura do Bem-comum impõe-se-lhe como necessária. [...]”¹⁰⁴

O bem-comum a que Álvaro Pelayo e Morais Barbosa aludem nada mais é do que a Felicidade. Entretanto, como o próprio filósofo destaca, esta só existe mesmo na vida eterna, sendo também uma sombra pálida no nosso plano como a paz. O fim último do rei é conduzir seus súditos à felicidade – o que valida por fim os interesses temporais, dado que na teoria o Espiritual posiciona-se acima do Temporal e na prática, o segundo só encontra sua razão quando está em consenso com a missão do primeiro. Enquanto o rei estiver contribuindo para a realização total do homem por meio do bem-comum, tudo caminhará bem. E esta é a deixa para o grande trunfo da sacralização da figura régia, um fator decisivo no texto pelagiano para compor a identidade régia.

O soberano, como chefe temporal, é responsável por seus súditos, mas não do mesmo modo como o são os clérigos. Assim, cumpre que este preze pela vida

¹⁰³ EdR, vol. 1, p. 145-147.

¹⁰⁴ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*, p. 253.

moral daqueles que comanda, de forma a dar-lhes o exemplo duma vida virtuosa e desta maneira ser digno da Realeza que carrega. Aqui, de acordo com Morais Barbosa, faz-se presente o personalismo político do pensamento de Álvaro Pelayo, traduzido na forma de que toda ação política decorre da vontade do príncipe. Tal ação política depende principalmente da dimensão cristã da pessoa régia e por isso, como o príncipe é um vigário de Cristo na Terra¹⁰⁵, deverá conduzir o povo do reino terreno ao reino eterno através de uma justa administração dos bens temporais. A virtuosidade obrigatoriamente deve ser uma de suas principais características, e para tanto, o trono deve estar assentado sobre as quatro Virtudes Cardeais. Assim, para Barbosa, a primeira imposição política que se faz ao soberano é de ordem ética, afinal a vida íntima do rei assume uma dimensão social e de caráter comunitário; é da intimidade do rei que no final das contas partirá a ação política¹⁰⁶. Porém, o que isso tudo quer dizer? Qual é a relação entre intimidade/poder?

A resposta para as perguntas acima já foram dadas no mesmo parágrafo: o trono, mas principalmente, o *rei*, fundamentado nas virtudes. “[...] O reino e seu regime serão fundados na fé, e tu serás um bom rei, porque és fiel nos pensamentos, nas palavras e nas obras.”¹⁰⁷; e estas obras pautam-se principalmente na *liberdade* dos vícios, na *servidão* à justiça. Tal colocação é tão fundamental para o Frade que o mesmo é incisivo ao formular a seguinte pergunta retórica a seu soberano: de que adianta vencer as nações bárbaras se não é capaz de vencer os próprios vícios? Álvaro Pelayo claramente lança na pergunta uma crítica sutil, afinal ao mesmo tempo em que vence os muçulmanos na Batalha do Salado, segue vivendo com alguns vícios apontados por sua pena, tal qual a crença em astrologia, o deleite em relações extraconjugais e a contratação de judeus para a administração régia. Ainda assim, porém, Afonso XI é o rei ideal por suas ações em benefício do reino e da Cristandade.

¹⁰⁵ Trecho presente na abertura do tratado (vol. 1, p. 05), quando o Frade louva Afonso XI e descreve suas titulações – dentre elas a de “vigário terrestre de Cristo na Província da Bética e terras circujacentes. Páginas a frente, porém, Pelayo acrescenta mais dados à esta distinção, dizendo “[...] Ao sumo sacerdote, isto é, o papa, que é, em toda a civilização cristã, o principal vigário de Deus [...] e também aos outros bispos, todo rei católico deve obediência como a pai espiritual. [...]” – EdR, vol. 1, p. 35-37. Afonso XI pode ser o vigário da Província da Bética (antigo nome romano de uma de suas províncias no que então era o reino de Castela) mas é o Pontífice quem responde como o Vigário Universal.

¹⁰⁶ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*, pp. 180-182.

¹⁰⁷ EdR, vol. 1, p. 21.

E por isso, deve receber as devidas instruções para se manter no reto caminho e, certamente, servir de espelho para o restante dos povos cristãos.

Aliado a esta argumentação, vem a relação fé/virtude. Como o próprio Frade faz questão de narrar no capítulo intitulado “Do bom principado dos romanos e suas três virtudes, a saber, amor da pátria, tradição, etc.”¹⁰⁸ nos antigos também floresceram as virtudes (expressão esta muito recorrente inclusive nas palavras de Pelayo). Entretanto, a estes faltou apenas a luz da fé propagada pela pregação de Cristo e por sua redenção. Os romanos, exemplo máximo do *Espelho dos Reis*, foram virtuosíssimos até o final da República, até o momento em que seus hábitos degenerados levaram a justiça divina a agir em seu grandioso império; porém, enquanto no bom caminho, estes cultivaram apenas as *virtudes políticas*, ignorando tudo aquilo que Pelayo tenta transmitir a seu soberano. Disto, depreende-se o seguinte:

“[...] se aqueles antigos, que não foram iluminados pela fé, nem consolidados pela esperança, nem fundamentados na caridade, se mostraram tão virtuosos, e tantos males suportaram só por apetite da glória humana, ou por interesse material, ou ainda por sentimento de honra desta vida, quantas mais nobres ações não devem fazer e quantas mais honras não devem desprezar pela felicidade eterna, os fiéis, a quem cabe revestir-se das virtudes, a saber, da fé, esperança e caridade. [...]”¹⁰⁹

A fé então é outro elemento basilar para revestir as virtudes e a pessoa régia. Como Morais Barbosa bem concluiu décadas atrás, a composição do *Espelho dos Reis* entrega uma natureza completamente orgânica, seja no que tange ao papel, seja no pensamento de Álvaro Pelayo. Assim, vemos uma camada metafísica, invisível, seguida por outra ética e por fim, política. O ético e o político estão intrinsecamente relacionados justamente pela ação política do soberano, pautada num policiamento próprio do soberano no cumprimento e conservação das virtudes e na propagação destas pelos demais níveis da sociedade do reino – afinal o tratado de *espelho de*

¹⁰⁸ EdR, vol. 1, p. 59.

¹⁰⁹ EdR, vol. 1, 425.

príncipe não é o único a refletir uma imagem; o rei irá fazer o mesmo a seus súditos, servindo de modelo¹¹⁰. É a virtude, afinal, quem distinguirá, por exemplo, o rei do tirano, o grande medo do Frade e tantos outros teóricos que escreveram antes e depois dele; o rei é um homem consagrado à comunidade, enquanto o tirano não. Este último, inclusive, abrirá mão do direito e desencadeará um governo inquieto, no qual o zelo da paz se compromete e com ele, o tão visado bem-comum.

Disto tudo, conclui-se então que o poder régio é espiritualizado pelo fim sobrenatural que sua função tem delegada – a condução dos filhos de Deus à Cidade Eterna e, por sua necessidade, de ser virtuoso.

“[...] Nesta perspectiva, é valorizada politicamente a própria intimidade do príncipe. O príncipe, dada a sua dignidade – humana e régia – tem de ser justo. O governante, ao cometer uma ação justa, atua como político. A virtude do rei ganha dimensão oficial, ou melhor, os actos oficiais são éticos.”¹¹¹

A ação política “eticizada”. Eis a grande importância da espiritualização do poder régio e uma marca profunda na elaboração de sua identidade. Aqui, ainda podemos lembrar-nos de uma ocorrência na vida do Frade franciscano que mencionamos páginas antes, quando este tentava, mediante as virtudes, trazer seus confrades novamente ao reto caminho: *as palavras de Álvaro Pelayo fazem parte de uma ética cristã no interior de uma perspectiva salvífica do ser humano*¹¹². Neste sentido, podemos identificar o ideário franciscano do Frade mergulhado no projeto pragmático da identidade régia. Embora cumprindo um objetivo político para com seu soberano, Pelayo jamais deixou de lado seu compromisso fundamental para com a fé e seu voto para com Deus, cumprindo a missão de encaminhar todas as almas para o Reino Eterno. E a esse propósito não escapará a identidade do rei cristão, orientada pelos mesmos valores expostos por São Francisco que o Frade intentava devolver a seus irmãos da Ordem, cegados pelas riquezas da vida secular.

¹¹⁰ Como já observamos páginas atrás ao citar um trecho de Ricardo da Costa.

¹¹¹ BARBOSA, João Moraes, *op. cit.*, p. 241.

¹¹² SOUZA, Armênia Maria de, *op. cit.*, p. 147.

2.2 As formas da *Justiça*

Iniciemos este item partindo de uma interrogação básica: o que é *Justiça*?

Em consulta ao *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio¹¹³, a *Justiça* é *um fim social*, tal qual a *liberdade* e a *igualdade*, entretanto, assume caráter normativo, ao invés da categorização descritiva que as outras duas formas assumem. Já para Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de Filosofia*¹¹⁴, a *Justiça*, em geral, é a ordem das relações humanas ou a conduta de quem se ajusta a esta ordem. Para tanto, a mesma carrega dos significados: 1) é a conformidade da conduta a uma norma ou várias; 2) é a eficiência de uma norma (ou conjunto de normas) sendo que a eficiência é certa capacidade de possibilitar as relações entre os homens. Em uma análise mais aprofundada, o significado 01 vai ao encontro com a célebre noção do jurista romano Ulpiano em que a *Justiça* é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu – ou seja, é uma forma de expressá-la como algo em conformidade com a lei, pressupondo que o que cabe a cada um já está determinado através de alguma norma, código, consenso, etc. No caso da segunda designação, a *Justiça* não se refere ao comportamento ou à pessoa, mas sim à própria *norma*, sua eficácia e capacidade de permitir as relações humanas – assim, medir a eficácia da norma como regra para o comportamento intersubjetivo.

Historicamente, é interessante notarmos que a fórmula de Ulpino se faz perene, sendo que a única parte a sofrer variações de acordo com o lugar espacial, temporal, cultural ou política é o que deve ser atribuído a cada um. Daqui, vê-se a recorrência à *Justiça* para se atingir alguns fins, notadamente, a liberdade, a utilidade, a paz ou a felicidade. Esta última reveste-se de especial importância para nós por sua *utilidade comum*, a qual Aristóteles já mencionava como um dos propósitos que devem ser desenvolvidos dentro da comunidade política partindo de sua vinculação à virtude e

¹¹³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 12. ed. Brasília: UNB, 2004, pp. 660-666.

¹¹⁴ ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 594-596.

em seguida, na disposição de realização do bem através de uma sabedoria prática, culminando num bem estritamente humano¹¹⁵. É deste autor também que se verão os traços de uma *justiça distributiva*, onde um ou vários agentes atuam na distribuição de honras, bens e outros privilégios entre indivíduos, e a *justiça corretiva*, aplicada às relações recíprocas.

Os jurisconsultos romanos, posteriormente vendo o problema do dever de cada um para com o todo, esboçaram uma primeira ideia de *Justiça social*, que haveria de ser apropriada e subsequentemente desenvolvida por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino (e pela moral/ética cristã), pautada na proteção dos pobres e desamparados, mediante a adoção de critérios que favoreçam a distribuição mais equilibrada dos bens. São estas mudanças de objetivos, ou *fins*, que lentamente culminarão na identificação da *bem-aventurança eterna* com o bem comum, como será o caso representado em inúmeros textos que seguem a fórmula dos espelhos de príncipe, notadamente, o próprio *Espelho dos Reis* de Álvaro Pelayo.

Porém, para um correto funcionamento, a Justiça precisa se corporificar nas leis para se tornar prática, “viva”, da mesma forma como o Direito (ou, o conjunto de regras e princípios que regem a vida social de determinado povo em dada época, representada pelo Direito positivo, que se define em torno de um lugar e tempo, e é por isso variável; diferente do Direito natural, deve ser respeitado independente de sua positivação) depende da Justiça para se valer.

Em seu tratado, Álvaro Pelayo é cuidadoso em expor cada ponto e cada sentença que auxilie o governo de seu soberano. Para o bom desenvolvimento desta empresa, entretanto, o Frade não se esquivava a destacar e tornar o mais claro possível as falhas em que muitos governantes incorrem, tornando o ofício régio mal desempenhado. Imbuído deste objetivo, vemos surgir à pena de Pelayo o capítulo nomeado *Dos maus reis e príncipes, e em que coisas pecam*¹¹⁶. Nele, nada mais do que setenta e um tipos de pecados/falhas são expostos, e a ordem em que cada um

¹¹⁵ OLIVEIRA, Francisco Virgulino Alves de. O conceito de justiça na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles: uma abordagem hermenêutica. In: *Construindo o Direito*. Serra Talhada. Vol. 2, n. 2, dezembro de 2010, pp. 34-46. Ver também: OLIVEIRA, Andréa Coutinho Pessoa de. *A virtude da justiça no pensamento aristotélico*. Dissertação (Mestrado Acadêmico de Filosofia) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades. Fortaleza, 2009.

¹¹⁶ EdR, vol. 1, p. 239.

aparece revela-nos muito das preocupações de suas inquietações – o primeiro deles, justamente, diz respeito à violação de competências da parte dos soberanos seculares que levam a seus tribunais clérigos, embora estes devam seguir seu próprio foro. priorizando aquele que vem logo na sequência: “Segundo, porque não fazem justiça. Por isso, descem tempestades e flagelos sobre o povo [...]” e continua: “[...] Efetivamente, de nada podem dar maior agrado a Deus que de exercerem a justiça, compelindo os que tripudiam para a desgraça sua e dos outros [...] pois *o sumo bem nesta vida é cultivar a justiça* [...]”¹¹⁷.

Cultivar a justiça é o fim último da função régia na concepção pelagiana, reforçando aquilo que páginas antes, no capítulo nomeado *Das coisas que dizem respeito ao régio poder*, dissera: “O principal e precípua acto do poder régio é julgar [...]”¹¹⁸. Neste ato, está compreendida por Pelayo a *inquirição* e *discussão* das coisas em que se consiste a causa que se visa o juízo, para em seguida, proceder com a *punição* e *correção* dos maus, ou, a recompensa dos bons em situação contrária. “[...] E aos reis do mundo que têm de corrigir os maus atos e excluí-los da sociedade do reino, pertence punir o mau ato exterior. Logo, pertence ao juízo excluir ou introduzir no reino”¹¹⁹.

Este juízo que cumpre ao rei deve ser feito *segundo as leis*. Desta forma, cabe a sua dignidade também o papel de estabelecer as regras caso necessárias ou, aceitar e promulgar aquelas estabelecidas por outrem – assim, à alcinha de *juízes*, os reis recebem outra, *legisladores*. As leis que estes fazem devem contribuir para tornar os homens mais virtuosos e justos (se não o fizerem, no próprio dizer do Frade, não são leis), não porque os compele ao bem proceder, mas os proíbe de mal agir, podendo até compeli-los à conservação da fé e à penitência; e para dar o exemplo, mesmo os reis devem se comprometer a querer viver segundo as leis. Complementando estas disposições, Pelayo evoca a consagrada fórmula de Ulpiano e ressalta que a intenção do rei é tender para que os súditos vivam segundo a virtude, que os conduzirá à bem aventurança eterna. Este fim será obtido através de seus ensinamentos, como um rei sábio, um mestre, valendo-se da doutrina e da erudição, obsevando as sagradas leis (ou seja,

¹¹⁷ EdR, *idem*. Destaque nosso.

¹¹⁸ EdR, vol. 1, p. 93.

¹¹⁹ EdR, vol. 1, p. 95.

as leis Divinas) e as leis dos imperadores para eficazmente induzir os súditos à observância.

Mas nesta missão há um risco: por conta do grande poder que é concedido pelo Poder Espiritual aos reis, estes últimos degeneram-se facilmente do bom regime à tirania, por isso, em virtude das superioridades “[...] pode o papa, como Cristo, depor os imperadores e os reis, por causa de seus crimes, se forem incorrigíveis [...]”¹²⁰. Desta maneira, se requer perfeita virtude daquele que governa, sendo que o rei sábio não usurpa, por exemplo, aquilo que pertence aos clérigos, mas sim, contenta-se com seu ofício – relembrando o primeiro pecado dos setenta e um que os reis e príncipes cometem, destacando ainda que ao longo das páginas seguintes, o Frade irá elencar inúmeros desta ordem. Eis aqui Pelayo então agindo no sentido de frear o impulso do rei de avançar para além daquelas prerrogativas que lhe cumprem: jurídico-administrativas. Que o reino seja regido não apenas pela fé, mas também pela ação – “[...] um reino gostará muito mais de ser governado se o rei, limitando seu poder, crer que lhe é lícito menos do que pode, sem deixar, no entanto, de conservar a equidade da justiça [...]”¹²¹; limitar seus poderes mas, agir justamente.

Para o frade, só é feliz o rei que reina com a Justiça, orienta seu poder para a máxima expansão do culto a Deus (e eis aqui o papel que cumpre a máxima difusão da vitória no Salado, além da justificativa para continuidade e intensificação da empresa do Estreito) e se quer dominar mais suas cobiças (vícios) que os povos, e se faz tudo isso visando à felicidade eterna, e não a vanglória – como o fizera Afonso IV, se relembrarmos as críticas que Pelayo dirige ao soberano lusitano em suas cartas (vide item 1.1). Do contrário, o reinado torna-se injusto se seguir o bem privado do governante e não procurar o bem da multidão que lhe está sujeita¹²² - manter a paz da unidade, defender as mulheres e crianças, os viajantes, as igrejas e os clérigos, coibir a violência defendendo a justiça, dispondo com leis e preceitos o que os homens devem fazer. Em suma, o rei fazer no reino aquilo que Deus fez no mundo, devido à grandiosidade da virtude régia¹²³.

¹²⁰ EdR, vol. 1, p. 107.

¹²¹ EdR, vol. 1, p. 25.

¹²² EdR, vol. 1, p. 157.

¹²³ EdR, vol. 1, pp. 201-203.

Todas estas premissas vêm a se plasmar numa miríade de acepções da virtude da Justiça. Como apontamos no item anterior, as quatro Virtudes Cardeais representam um grande todo orgânico; esta situação não difere da virtude máxima que aqui isolamos, apresentando justamente múltiplas formas que dizem respeito a cada âmbito da governança, da sociedade, da vida do príncipe. O Frade, entretanto, não faz sua apresentação de modo uniforme. Muito pelo contrário, apresenta-as de uma forma generalizada desde o princípio de seu tratado ao discorrer sobre os aspectos de sua teoria política, aborda na sequencia assuntos relacionados indiretamente, passa a uma abordagem um pouco mais específica onde dá-nos claramente o significado de cada uma das quatro grandes virtudes e após isso, finalmente, volta ao começo e aborda detalhadamente cada virtude e suas ramificações.

Para trazer estas múltiplas facetas da Justiça ao leitor, mais uma vez nos aproveitaremos do estudo de Morais Barbosa que, tal qual nós, decidiu isolar a virtude por razão de método – embora não a remova da organicidade de sua obra¹²⁴. Desta maneira, temos o conjunto apresentado da seguinte forma:

- Formas da virtude voltadas aos superiores:
 - a) Latria ou Religião; b) *Dulia*¹²⁵; c) Obediência; d) Piedade.
- Formas da virtude voltadas aos inferiores:
 - a) Disciplina, Vingança ou Severidade; b) Misericórdia; c) Liberdade;
- Formas da virtude voltadas a todos – superiores, inferiores e iguais:
 - a) Equidade; b) Gratidão; c) Verdade; d) Fidelidade; e) Amizade ou Afeto.¹²⁶

¹²⁴ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*, p. 343.

¹²⁵ *Latria* e *dulia* são formas de culto utilizadas pela Igreja Católica e pela Igreja Ortodoxa. Diferem da seguinte forma: a *Latria* é o culto de adoração voltado exclusivamente à Deus, por Sua superioridade quanto a tudo e a todos. A *Dulia*, por outro lado, é a honra prestada aos santos. Álvaro não chega a destacar, mas a estas formas de culto soma-se também a *Hiperdulia*, que resulta na prestação de honras e veneração da Virgem Maria. Para o Frade, como se vê na página a seguir, *Hiperdulia* e *Dulia* são uma só forma de culto.

¹²⁶ Remetemos o leitor ao volume 2 do Espelho dos Reis, página 247 e seguintes. Para a apresentação resumida da virtude da Justiça feita pelo Frade, consultar o volume 1, página 433 e seguintes.

Junto a estas Pelayo inclui ao final de sua exposição da virtude da Justiça outros três elementos menores, mas que ainda considera como sendo acepções. São elas: humildade, inocência, concórdia/paz. Esta última reveste-se de especial importância para nós no plano prático – se assim podemos dizer – de nosso estudo, por conta do impacto no contexto da Batalha do Salado, que exploraremos adiante. A paz, vista parágrafos antes, é um dos pré-requisitos para a obtenção do bem-comum na Cidade Terrena e, para alcançá-la, deve o príncipe justo vencer os muçulmanos nas fronteiras e os inimigos internos dentro do próprio reino.

Para completar nossa enunciação, tratemos de forma sintética cada grupo de acepções a começar pela obediência aos superiores.

Pelo próprio conteúdo, este conjunto já se faz interessante; para um teórico ligado à Teocracia Pontifícia, quem além de Deus seria superior ao soberano? Justamente os membros da Igreja - sendo esta a função da *dulia*. Entretanto, para não incorreremos no simplismo, a chefes seculares também é possível prestar honrarias e neste sentido, ainda acima do rei só existe um líder temporal, e este é o imperador, o que termina por entrar em perfeita consonância com sua teoria política; sem mencionar que à Virgem Maria e aos demais Santos e Santas cabe a *dulia*. Através desta honra às criaturas, honra-se a Deus. Mas o culto prestado diretamente a Ele ou a Cristo, não em sua encarnação humana, mas sim, divina chama-se *latria*. Aqui, elenca-se o temor, a esperança e o amor como maneiras de render tal culto, todas elas bem realizadas através da *oração*, ou melhor, o *sentimento* e as boas intenções que dela partem, tema ao qual Pelayo irá dedicar muitas páginas ressaltando assim sua grande importância. Já a *obediência* assume um caráter de voluntarismo, e deve ser rendida tanto a Deus quanto às demais criaturas. Sua limitação, claro, está em criaturas definitivamente inferiores, como é o caso do dinheiro – ou melhor, dos burgueses afinal o Frade usa a mesma denominação quando elenca este grupo em sua definição de sociedade – e na obediência de criaturas que ao contrário, deveriam obedecer. Entretanto, é necessária quando alguém obedece no que deve e perfeita quando alguém obedece embora não seja obrigado a tal. Já a última acepção, a *piedade*, reveste de múltiplos valores.

Seguimos Morais Barbosa ao destacar principalmente sua função política¹²⁷, voltada ao culto dos consanguíneos e da pátria.

As acepções para com os inferiores partem principalmente do princípio de conduzir a multidão de súditos pelo bom caminho. A *disciplina* ocupa-se de coibir o pecado – seja pelo corpo, através de jejuns, da privação e outras medidas, ou seja, pela alma, por meio da humildade, bondade – ou, quando já fora cometido, de atingi-lo. Nota-se: o alvo é o pecado, não o pecador. A ação do soberano deve ser realizada com severidade para atingir o devido suplício; porém, é devido ponderar e agir com a *misericórdia*. Ela é a responsável por causar a comoção no soberano para com a realidade dos súditos atribulados, movendo-o a ser bem quisto pela população e, por sua ação exemplar, ganhando os Céus. Compadecido pela miséria dos seus semelhantes (voltemos ao item anterior, quando mencionamos que todos são criados igualmente filhos de Deus) cumpre ao príncipe que seja *liberal*, no sentido de partilhar as suas riquezas e suas boas intenções, aliviando, mesmo que pouco, os filhos de Deus dos tormentos causados pela vida terrena.

O último conjunto de acepções, destinadas a todos, carrega em si o maior reflexo da necessidade de manter o conjunto orgânico da sociedade; é por isso que começa justamente com a *equidade*, talvez a acepção que mais se una à própria Justiça. Tomemos aqui as palavras de Morais Barbosa: “A equidade é uma virtude eminentemente social. Caso ela esteja ausente duma comunidade humana, logo haverá quem pretenda elevar-se acima dos seus iguais, oprimindo-os e enriquecendo a custa dos bens comuns. [...]”¹²⁸. Cumpre ao mandato do governante temporal regular as relações e todas as outras ações das gentes de seu reino, mantendo assim seu funcionamento regular e a busca pelo Bem-comum sem em momento algum deixar de respeitar o direito comum ou a própria imparcialidade.

Aproveitando os pressupostos abertos acima, a *verdade* pode caminhar ao lado da equidade no sentido de que cumpre a esta não deixar que coisas terrenas se antepõem à realidade – unindo-se assim com a *fidelidade*, ao passo que esta zela pela vida organizada da sociedade, coibindo os homens de enganarem o próximo

¹²⁷ BARBOSA, João Morais, *op. cit.*, p. 356.

¹²⁸ *Idem*, p. 365.

através de palavras ou obras. Ao mesmo tempo, a fidelidade cumpre grande expediente nas relações vassálicas no que tange ao cumprimento de promessas ou no auxílio mútuo. Por fim, e não menos importante, temos a *gratidão*, ligada simplesmente à memória dos benefícios e benesses recebidas, aliada à vontade de retribuir e podendo muito bem ligar-se à fidelidade e à *amizade*, sendo um fator de unidade entre indivíduos, mas apenas de igual virtude; talvez esta resulte numa idealização do Frade para a sociedade como um todo, almejando que esta, dotada de virtude, reúna-se e finalmente atinja o bem-comum facilitando assim a conquista da felicidade terrena e posteriormente, da felicidade eterna.

Aqui temos então uma apresentação teórica da virtude da Justiça em si e em suas múltiplas acepções. Entretanto, toda esta conceitualização perde muito de seu significado se não nos atermos à exposição de Álvaro Pelayo de tais ensinamentos. Para tanto, não há melhor palco para tal propósito como a própria Batalha do Salado, reinterpretada pelo Frade. Em seu âmago, o episódio oferece uma miríade de elementos que podem muito bem ser integradas ao plano idealizado do Frade e caracterizar Afonso XI como o modelo de soberano cristão virtuoso. Nela observamos a dilatação do culto de Cristo e defesa da Igreja por meio da guerra justa; novos territórios sendo adquiridos ou a adquirir – como é o caso da outrora África visigoda – juntamente com a crescente necessidade de uma administração eficiente por parte de um soberano ideal que cumpra todos os expedientes da JUSTIÇA. É na Batalha, ou para deixarmos mais claro, na reinterpretação desde momento, que veremos a identidade régia, representada pelo rei que luta nos arraiais de Cristo, que controla seus vícios e que é justo em seu governo.

2.3 A Batalha do Salado, o combatente ibérico e a Justiça

É bastante comum o processo de construção de uma identidade estar relacionado à busca por legitimação – política, social, econômica, dentre outros tipos. Com base nestes aspectos, é interessante observarmos o quão inerente ao tempo é este processo, a partir do extrato que apresentamos logo abaixo:

Este sempre as soberbas Castelhanas / Co peito desprezou firme e sereno, / Porque não he das forças Lusitanas / Temer poder maior mais pequeno. / Mas porem, quando as gentes Mauritanas / A possuir o Hesperico terreno / Entrarão pelas terras de Castella, / Foi o soberbo Affonso a soccorê-la.

[...]

E vendo o Rei sublime Castelhana / A força inexpugnabil, grande e forte, / Temendo mais o fim do povo Hispano, / Já perdido huã vez, que a propria morte, / Pedindo ajuda ao forte Lusitano / Lhe mandava a carissima consorte, / Molher de quem a manda, e filha amada / D'aquelle a cujo Reino foi mandada.

[...]

Entre todos no meio se sublima. / Das insignias Reais acompanhado, / O valeroso Affonso, que por cima / De todos leva o collo alevantado; / E sómente co gesto esforça e anima / A qualquer coração amedrontado. / Assi entra nas terras de Castella / Com a filha gentil, Rainha d'ella.

Juntos os dous Affonsos finalmente / Nos campos de Tarifa estão defronte / Da grande multidão da cega gente, / Pera quem são pequenos campo e monte / Não ha peito tão alto e tão potente, / Que de desconfiança não se afronte, / Em quanto não conheça e claro veja / Que co braço dos seus Christo peleja.¹²⁹

Em dezenove estrofes, o poeta português Luís Vaz de Camões (c. 1524-1580) canta-nos os feitos luso-castelhanos no episódio que ficou conhecido como a *Batalha do Salado*. De 1544 (ou 1545) a 1570, o autor compôs sua epopeia e, quase

¹²⁹ CAMÕES, Luíz Vaz de. Os *Lusíadas*. Canto III, 99-117. 15ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964, pp. 153-161.

duzentos anos depois de ocorrido, o combate campal que se desenrolou nas cercanias da cidade de Tarifa ainda permeava a memória dos ibéricos.

O modo como Camões tratou a batalha em seus versos interessa-nos aqui por aproximar-se de algo realizado por Álvaro Pelayo do qual mencionamos no final do item anterior: a interpretação do evento. Nas estrofes, percebermos a forma como o poeta português esboça a figura do soberano Afonso IV, elevando-à frente ao seu homônimo castelhano, tudo em prol de um único objetivo: reforçar e exultar Portugal e seu povo, em plena expansão marítima. Em seu contexto e com suas próprias intenções, Camões vale-se de ferramentas também próprias para divulgar e difundir uma identidade, a do povo português.

Da mesma forma, este uso é visível séculos antes, pouco tempo após o choque de armas de 1340: é o caso do *Livro de Linhagens* e da *Crónica Geral de España de 1344*, ambas provenientes da pena do Conde D. Pedro de Barcelos cumprindo interesses ideológicos – que irão encontrar espaço por outras mãos em períodos posteriores¹³⁰. Os dois casos citados referem-se ainda a uma natureza puramente escrita; é notável inclusive o apelo que a Batalha terá na cultura material, como é o caso de monumentos espalhados por Portugal e até mesmo comemorações realizadas no século passado¹³¹ ou, a devoção que se gestará em torno de um das relíquias que os relatos dizem ter sido levada ao campo e que por intercessão divina, auxiliou os combatentes cristãos na vitória quase impossível: o Santo Lenho¹³². O que nos interessa, por outro lado, é perceber a sobrevivência de tal memória, fator que denota o impacto que o acontecimento teve projetando-se muito tempo depois no futuro – tendo assim, força para perdurar indefinidamente.

As primeiras páginas do tratado especular de Álvaro Pelayo são dominadas pela euforia da vitória, seguida por uma argumentação e justificativa de

¹³⁰ Remetemos o leitor no tocante a este uso imediato do relato da Batalha do Salado ao estudo de Fátima Regina Fernandes – O poder do relato na Idade Média Portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.) *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, pp. 87-120.

¹³¹ GONZÁLEZ, Wenceslao Segura. La huella de la batalla del Salado en Portugal. In: *Al Qantir*: monografías y documentos sobre la historia de Tarifa, n. 12, 2012, pp. 66-85; SOUZA, Bernardo Vasconcelos e. O sangue, a Cruz e a Coroa; a memória do Salado em Portugal. In: *Penélope*: fazer e desfazer história, Departamento de História da F. C. S. H. - U. N. L., n. 2, fev./1989, pp. 27-48.

¹³² NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. A relíquia do Santo Lenho em Portugal: narrativas de milagres. In: *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 105-120, jan./abr. 2014, pp. 115-117.

continuar o combate contra os seguidores do Islã, bem como qualquer tipo de pecado contra a fé da Igreja – sendo que fora dela, não há salvação.

“Nestes dias felizmente combatestes contra ismaelitas, mouros e árabes, filhos espúrios de Maomé, pseudo-profeta, mago e condutor de camelos, e ainda contra outras nações bárbaras. Porém, o capitão do teu exército foi Deus, e os seus sacerdotes [...]. Venceste por Jesus, porque foi uma vitória por Jesus Cristo [...]. Venceste pela fé, porque a vitória que vence os infiéis é a tua fé. O teu escudo foi o triangulo da fé de Cristo, no qual existem a verdadeira carne, alma e divindade. O teu elmo a Sua esperança. A tua couraça, a justiça da Igreja Católica, pela qual combates. A espada de dois gumes com que, à direita e à esquerda, feriste o chefe, rei imundo e bárbaro, da casa do ímpio, e as cabeças dos seus guerreiros, foi o amor de Cristo de que goste ferido, e que felizmente existiu em tua alma. [...]”¹³³

A Batalha começa a se delimitar pouco antes de 1340. No ano de 1333, Abu Malik, filho de Abu I-Hassan, sultão do Marrocos (1331-1351) aporta na Península Ibérica com tropas marroquinas em resposta ao pedido de ajuda do rei de Granada. Juntos então promovem uma série de ações no território castelhano que culminam com a conquista de Gibraltar e pouco depois, de Algeciras, e mais uma vez, o sonho de unificação do Ocidente islâmico (reunindo o norte da África com Al-Andaluz) vem à cabeça dos benímeres em Fez – sendo que, na contraparte, aos cristãos restava apenas a praça de Tarifa na ocupação do Estreito. A força da vitória acaba por contagiar os muçulmanos que, valendo-se também dos conflitos entre os próprios cristãos, decidem por avançar cada vez mais, até o momento fatal: em outubro de 1339 Abu Malik é morto próximo a Alcalá de los Gazules pela intervenção de nobres e municípios de andaluzes, temerosos pelo perigo de comprometimento do processo repovoador do Guadalete¹³⁴. A notícia chega a Marrocos e a Hassan o sentimento é único: vingança.

¹³³ EdR, vol. 1, p. 07.

¹³⁴ FERNÁNDEZ, Manuel García, *op. cit.*, p. 187.

Sucessivas vitórias no norte da África fazem com que os exércitos muçulmanos, agora em maior número e liderados pelo sultão atravessem o Estreito rumo à Península. Os problemas diversos em Castela dão apenas mais confiança à Hassan o que acaba por despertar a preocupação do Pontífice, que já vinha alertando os soberanos ibéricos para uma possível incursão dos inimigos da Cristandade. A belicosidade deste com relação ao combate ao infiel servia principalmente para forçar o estabelecimento da paz entre Castela e Portugal, por conta da guerra de 1336-1339; firmada a paz, cumpria então reagir à altura do perigo: para tanto, Bento XII absolve Afonso XI da excomunhão sofrida pela apropriação indevida dos bens da Igreja para a manutenção da guerra contra o vizinho (1339) e principalmente, redige a Bula *Exultamus in te*, datada de sete de março de 1340 a qual confere ao conflito que se acerca a qualidade de Cruzada – conferindo benefícios econômicos e espirituais àqueles que pegassem em armas. Também o Papa dirige-se aos Bispos de Castela e Portugal no sentido de animá-los para multiplicar as procissões e orações públicas para o favorecimento da vitória sobre o rei de Marrocos.

Visando uma ocupação territorial permanente, Abu I-Hassan decide então por investir na tomada de Tarifa – e o sítio da cidade tem início a 23 de setembro de 1340. Entretanto, o sultão não contava com uma surpresa: meses antes a frota naval castelhana havia sofrido duras perdas por conta de ações mal planejadas, mas, em pouco tempo, Afonso XI fora capaz de mobilizar uma nova esquadra que, naquele momento, singrava pelo Estreito. E ainda havia outro agravante: as pazes seladas entre o rei castelhano e Afonso IV fizeram com que o rei português fizesse com que as naves de Manuel Pessagno acudissem o Estreito (dado que além dos projetos de expansão de Dinis, a frota havia sido mobilizada para defender o Algarve de uma possível invasão a partir de Ceuta). Temendo pelo pior, o sultão decide que é hora de agir e ainda é motivado por outro golpe do destino, que este interpretara com um sinal de Alá: um forte temporal arrasou a frota castelhana no Estreito, o que levou à perda de nove naves e a captura de vários naufragos. Assim, o sultão procede com um ataque devastador à cidade, quase levando seus moradores à rendição, despertando a ira de Afonso XI, que se mantinha informado dia-a-dia enquanto para lá se deslocava com suas tropas.

Quando o soberano alcançou o local, deliberou-se junto ao lado inimigo, que a sorte seria decidida em um combate campal. O risco era enorme, mas foi comprado pelo rei castelhano e pelas tropas aliadas portuguesas, comandadas pessoalmente por Afonso IV que haviam chegado há pouco em auxílio. E assim, numa segunda-feira, dia 30 de outubro de 1340, os exércitos cristãos encabeçados por Afonso XI e Afonso IV assistiram o último esforço dos mouros em recuperar suas posições perdidas em território hispano tendo na liderança o rei de Granada, Yusuf I e Abul-Hassan. O resultado, além das pegadas na história testemunhadas pelos exemplos que evocamos ao princípio deste item, coroaram Afonso IV e Afonso XI respectivamente com os epítetos de “o Bravo” e “o Justiceiro”¹³⁵. Quanto ao último, podemos ir além e aferir que “o Justiceiro” pode ter uma conotação dupla, se levarmos em conta também a ação de Afonso XI em seu reino e do reforço que terá no sentido de ser a “justiça do reino” – sem contar que o mesmo faz Justiça ao retomar dos muçulmanos uma terra que de direito lhe pertencia, em se tratando da herança visigótica que o Frade evoca ainda no começo de seu tratado:

“De direito é-te devida a África, onde outrora era sinceríssimamente respeitado o nome de Cristo, e que hoje é habitada por Maomé. Submeteram-na à fé os reis dos Godos, teus ascendentes, gloriosíssimos e fidelíssimos na fé de Cristo. Agora, detêm-na e ocupam-na, por causa dos nossos pecados, os inimigos da fé e teus. [...] Restitui essa terra, pelo direito pós-limíno [...]. Possui-a como às outras terras hespéreas. Ela pertence-te por direito hereditário. E porque te pertence, submete-a à fé, ocupa-a em nome de Cristo, e vinga a ofensa contra Ele cometida. [...]”¹³⁶

Mais interessante do que a vitória em si, são suas consequências posteriores: em 1341, as embaixadas castelhana e portuguesa enviadas a Avignon para celebrar junto ao Papa a vitória contra o infiel conseguem de Bento XII nova bula para manter o combate no Estreito, nomeada *Gaudeamus et exultamus*, de característica similar àquelas dedicadas ao combate na Terra Santa e que, por outro lado, integrava-se a um plano maior do Papado voltado a uma política mediterrânea

¹³⁵ FERNANDES, Fátima Regina. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp. 87-120.

¹³⁶ EdR, vol. 1, p. 13.

para encerrar a presença muçulmana na região. A eficiência disto processar-se-ia de acordo com os avanços dos soberanos ibéricos – Algeciras é conquistada entre 1342 e 1344 e Gibraltar em 1350, mesmo ano da morte de Afonso XI, e mesmo ano em que é estabelecido o controle completo do tráfico naval em Gibraltar, dificultando ainda mais possíveis novas invasões da Península da parte do norte da África e isolando Granada do restante apoio muçulmano até sua queda diante dos Reis Católicos em 1492¹³⁷.

Assim, voltando a Álvaro Pelayo, podemos chegar ao seguinte raciocínio: muito embora uma importante derrota grave tenha sido infligida contra o infiel, a luta deve continuar (e é próprio Frade quem aconselha seu soberano a não deixar que seus homens “descansem armas”) – e aqui, longe de uma necessidade tão urgente, vemos uma conjuração de interesses políticos com um discurso (ou, retomando a expressão, *propaganda ideológica*) bastante pragmático, respondendo à demandas diretas, como o projeto pontifício de proteção do mar Mediterrâneo, ou, da parte dos soberanos luso-castelhanos, uma forma de manter a nobreza ocupada para evitar novas sublevações e, a construção de uma justificativa teórica a partir da imagem do rei guerreiro ibérico, preocupado com a salvaguarda de seus súditos e da Igreja, para além da defesa do bem comum através da legislação. Desta forma, voltamos às hipóteses lançadas páginas atrás, onde vemos, a partir do discurso pelagiano, a edificação de um soberano virtuoso e guerreiro, capaz de manter as rédeas do reino e ao mesmo tempo, forte o suficiente para conter uma nova investida muçulmana e proteger tanto a Península Ibérica quanto a Igreja (enquanto esta, para Pelayo, ocupar-se-ia de tarefas que se escapam das competências dos senhores temporais). Partamos então do seguinte estrato:

“Não acredites, prudentíssimo rei, nas suas condições e promessas de paz, porque os inimigos de teu Deus e Senhor não podem ser teus amigos. Como poderá ser fiel aos homens, aquele que foi infiel a Deus? [...]. Que convénio poderá existir entre Cristo e Maomé, entre o Filho de Deus e Belial, entre a luz e as trevas, entre o anho e o lobo, entre o fiel e o infiel, entre o cristão e o mouro? [...] ao tires, pois, o cinto da tua

¹³⁷ FERNÁNDEZ, Manuel García, *op. cit.*, pp. 135-177.

milícia, antes de os sarracenos sucumbirem à tua vitória em Cristo [...], nem sejam os teus soldados licenciados sem realizarem a sua missão [...], e sem destruírem os despojos do inimigo [...].”¹³⁸

Nunca interromper a luta. É interessante ver como o elemento combativo influi para o estabelecimento de uma cultura própria a castelhanos, portugueses e aragoneses unificando-os através de uma mesma característica. Como diz García Fernández, e corroboramos completamente, o iberismo dará cabo de um inimigo comum, até permitir novamente a livre navegabilidade no Estreito¹³⁹. O combate lhes está enraizado, modelando inclusive uma diferença com relação às demais soberanias cristãs latinas:

“O teu reino [de Alfonso XI] há-de sobrepujar os outros, porque tu, defensor dos outros reinos católicos, verdadeiramente confessar o Criador das nações. Qual dos outros reis fiéis expõe a vida pela fé de Cristo? Tu, rei fidelíssimo, tens mais caridade que os outros, tu que ainda há pouco com teu tio materno, o rei de Portugal [Afonso IV], expuseste a vida pela fé católica. Os outros reis habitam em casas de tecto artesado, e nadam em delícias; tu vives nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal. Esses dormem e dormitam; tu passas as noites insone, para que a Igreja tua mãe aumente e viva em paz [...]. Os outros reis louvam a Deus com palavras; tu expões o teu corpo por Ele. Não há rei que se ofereça a morrer por Cristo; só tu levas a gratidão, ao ponto de por Ele derramares teu sangue, como Ele por ti derramou na cruz (João, XIX). Em boa verdade, o teu reino ultrapassa tanto os reinos das outras nações quanto mais te expões pelo Rei do céu e da terra. [...]”¹⁴⁰

Castela, Portugal e os outros reinos ibéricos (mais Castela, segundo o fervor de Álvaro Pelayo) são a muralha que impede o Islã de avançar e engolir a

¹³⁸ EdR, vol. 1, pp. 10-11.

¹³⁹ FERNÁNDEZ, Manuel García, *op. cit.*, p. 194.

¹⁴⁰ EdR, vol. 1, pp. 22-23.

Cristandade. Este dado particular gera inúmeras singularidades na própria constituição do rei peninsular. De maneira geral, o ofício de armas é algo que tende a diminuir na figura régia, solapado pelos próprios encargos da Baixa Idade Média – uma burocracia que cresce dia após dia, necessidades administrativas que necessitam cada vez mais do rei no centro de tudo. Ainda assim, o caráter guerreiro (atrelado ao Cristianismo, que permeia a tudo e é comum a todos), portanto, faz parte da cultura e da identidade dos ibéricos, de certa forma sendo “permitido” pela regulação eclesiástica a levarmos em conta todo o discurso de Pelayo exortando Afonso a colocar uma barreira entre a Igreja e seus inimigos; muito embora ainda defenda a paz elencando também as orações do rei e da mercê de Deus, causando para si a admiração dos demais cristãos. Aqui talvez possamos também encontrar uma crítica ou ironia da parte de Pelayo ao dizer que a fama dos méritos do rei chega a toda a parte, principalmente por este procurar a guerra com o sentido de dilatar a *Respublica Christiana* e não pelo simples derramamento de sangue – algo que Afonso IV fizera ao desencadear a guerra de 1336-1339, como suas próprias cartas atestam¹⁴¹.

A guerra, desta forma, deve ser um instrumento para atingir a paz, sendo uma necessidade para que Deus livre a Igreja de constrangimentos, causados, sobretudo, pelos inimigos externos. Disto depreende-se a seguinte opinião nossa: toda a atenção dos soberanos deve ser voltada para os muçulmanos, os infiéis – a união entre os povos cristãos da Península Ibérica é fundamental para a proteção da Igreja, a unidade máxima da Cristandade e por isso brigas desnecessárias (uma crítica recorrente nas formulações pelagianas) não deve ter espaço. E principalmente, o maior bastião da paz é Afonso XI – aquele que acabara de bater os muçulmanos.

Estes caracteres iniciais nos entregam um rei preparado para suprir as demandas dos novos tempos, mas é notável as múltiplas contenções sutis que Pelayo registra em seu texto no sentido de não permitir que o mesmo soberano extrapole as funções as quais ele está destinado. Se mencionamos o caráter combativo ibérico com um elemento identitário útil para a construção ideológica por trás do discurso pelagiano, vemos também a densa integração de elementos metafísicos – ou melhor dizendo, espirituais – unidos à sua figura; é o caso da constante lembrança do papel maior, a

¹⁴¹ EdR, vol. 1, p. 15.

defesa da fé cristã. Então vemos a elementos próprios de sua conjuntura, como o combate ao infiel e a centralização do poder levar o soberano a ter outra postura com relação à sua realidade – um rei voltado para o bem comum, versado no ofício das armas (sobretudo no caso ibérico) porque a condição de reino fronteiriço e muralha da Cristandade fazem disso uma necessidade, mas também instruído e justo, como ainda veremos. Antes disso, é essencial explorarmos a outra faceta da identidade régia que vemos ser esboçada por Álvaro Pelayo – a do rei virtuoso e instruído, o soberano que deverá ser o administrador do reino, além de seu protetor. Esta faceta deve se cumprir durante e depois da vitória completa sobre os muçulmanos. É ela quem integrará exemplarmente a virtude da Justiça em suas diversas acepções – a partir da fé que o move à peleja, Afonso XI atingirá a Justiça, pois é da fé que vive o justo¹⁴².

É possível ainda observar neste construto identitário pelagiano a dialética entre o apoio do projeto centralizador/hegemônico afonsino ao mesmo tempo em que são mantidas as afirmativas teocráticas: as partes da administração régia correspondentes à justiça e às finanças não interessam ao grande poder universal como já afirmamos páginas atrás – assim, cumpre ao expediente do valoroso rei, após dilatar os territórios da Igreja, administrá-los exemplarmente; e para tanto, nada mais conveniente do que limitar, pela própria justiça, a atividade régia impedindo assim o avanço de prerrogativas que possa vir a descambando na mais grave falta: a tirania. Assim, assistimos à centralização político-administrativa ao qual o Frade e, mais acima na hierarquia eclesiástica, o Pontífice, não questionará por conta do bom trabalho desenvolvido. Em vista disso, se resumíssemos as intenções de Pelayo presentes no *Espelho dos Reis* como sendo apenas voltadas para a defesa o programa teocrático cairíamos numa formulação um tanto simplista de nossa parte. O papel desempenhado para com seu senhor natural é importante a ponto de o Frade organizar – tomamos a liberdade de criar uma nova palavra para tal – tanto as prerrogativas da Igreja, quanto as do poder secular castelhano, num todo harmonioso.

¹⁴² EdR, vol. 1, p. 15.

CONCLUSÃO

Num artigo bastante interessante¹⁴³, José D'Assunção Barros nos apresenta a multiplicidade de projetos de poder, todos centralizados na definição de Justiça, disputando um mesmo espaço dentro do reino português do baixo-medieval – a nobreza, através dos Livros de Linhagem, elaborando um tipo de rei com uma forma de justiça bastante particular, sendo este um “mediador” entre os vários estamentos, mas de uma forma ou de outra acabando por se converter num mero instrumento desta mesma nobreza; e nas Crônicas Régias, um rei que assume premissas quase imperativas, ignorando qualquer mediação com os demais estamentos, notadamente a nobreza. Agora, como um homem pertencente a segmento clerical desta sociedade representaria um rei e sua Justiça, num gênero próprio aos de sua estirpe?

Neste trabalho que se encaminha para o fim, tivemos a oportunidade de permear, embora de forma singela, no pensamento de Frei Álvaro Pelayo, da Ordem dos Menores, Penitenciário do Papa João XXII e Bispo da Sé de Silves. Uma figura que traz diversos elementos úteis para que possamos refletir o panorama de transformações que reveste a Baixa Idade Média, notadamente, o século XIV, nosso recorte temporal. Nascido na *Hispania*, criado na corte do rei Sancho IV de Castela, Pelayo cedo ingressou no mundo espiritual e nele fez carreira, atravessando por meio dela os múltiplos reinos da Cristandade latina. Na Cúria Pontifícia de Avignon, fortalece seus ideários teocráticos até voltar para sua terra, na qualidade de Bispo no Algarve, ao sul de Portugal. Ali, envolve-se com toda a situação política que atravessa Castela e Portugal e, como figura ativa, assume sua parte, ao lado daquele que define como seu senhor natural, Afonso XI de Castela.

A este soberano, escreve e dedica o tratado de espelho de príncipe intitulado *Espelho dos Reis* (*Speculum Regum*) onde toma a missão de instruir seu soberano na boa governança, cumprindo todos os expedientes necessários para conduzir de maneira adequada seu reino e seus súditos à vida eterna através do zelo pelo bem comum – nunca se esquecendo, claro, de seus princípios ligados à Teocracia

¹⁴³ BARROS, José D'Assunção. Dois modelos de Justiça nas crônicas medievais ibéricas. In: *Justiça e História*. Memorial do Judiciário, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, vol. 5, nº 10, 2005, pp. 17-49.

Pontifícia. Assim, por intenções do Frade na obra, é possível que identifiquemos várias: a formação ético/cristã dos soberanos e príncipes, a exaltação da luta contra o inimigo muçulmano que bate nas fronteiras ou a defesa da teocracia pontifícia. Entretanto, aquela intenção que mais nos chamou a atenção e em maior grau nos levou a explorar as subcamadas do discurso de Álvaro Pelayo fora a *identidade régia ibérica*, coligada com um elemento bastante importante do contexto político luso-castelhano: a elegia e justificação teórica para a hegemonia do reinado de Afonso XI sobre a Península Ibérica.

Para construir tal identidade, o Frade precisou se valer de dois recursos que ficam impressos em seu tratado: sua teoria política e a sacralização da figura régia. Na primeira, é esboçado o modelo da sociedade e o papel que nela o soberano assume, e na segunda, vemos as Virtudes Cardeais e suas ramificações, grande matéria do Espelho dos Reis, ganhando revestimento ético através de séculos de desenvolvimento de uma moral cristã, sem contar nos ensinamentos dos sábios pagãos da Antiguidade. Pelayo utiliza todo o conjunto de virtudes para edificar seu rei ideal, entretanto, a primazia que dá à virtude da *Justiça* salta-nos aos olhos, levando-nos a concluir que esta é a qualidade máxima que deverá ostentar seu príncipe. Não sem uma razão.

Dotado da virtude da Justiça, o soberano estará amplamente capacitado para conduzir seu reino através da defesa do bem-comum no intento de realizar seu fim último como senhor temporal, ou seja, a Felicidade de todos. Em suas variadas acepções, como a *latria* e *dulia*, a disciplina e a misericórdia, a equidade e a fidelidade, o rei encontra amparo para lidar com cada faceta da vida político-social de seu espaço de governança, bem como com cada indivíduo dos variados estamentos do reino – o que é deveras importante para Pelayo afinal o rei se encaixa num quadro hierárquico que tem acima de si um imperador e acima deste, o Sumo Pontífice. Cada qual com seu papel pré-definido dentro do plano metafísico esboçado por Deus. Neste sentido, Um reino gostará muito mais de ser governado se o rei, limitando o seu poder, crer que lhe é “[...] lícito menos do que pode, sem deixar, no entanto, de conservar a equidade da justiça [...]”.¹⁴⁴ Para Pelayo, o rei deve limitar seu poder e agir justamente; só é feliz

¹⁴⁴ EdR, vol. 1, p. 25.

o rei que reina com justiça, orientando seu governo para a máxima dilatação do culto de Cristo, que domina mais seus vícios e que faz tudo visando à felicidade eterna, e não vã glória.

A identidade régia esboçada por Álvaro Pelayo serve então a dois propósitos, sendo eles: a conservação da ordem idealizada pelo Papado; o fortalecimento de Afonso XI no cenário político de seu reino, mediante a centralização de seu poder e sua ascensão diante dos demais componentes da sociedade política, sendo o mesmo com relação aos demais reinos da Península Ibérica, por meio da chefia na empresa da Batalha do Estreito e da busca pela vitória definitiva sobre os muçulmanos. Desta forma, identificamos a confluência destes propósitos na bem-sucedida Batalha do Salado, de 30 de outubro de 1340, quando as forças cristãs rechaçaram os soberanos de Marrocos e Granada. A identidade régia ibérica se forja aqui na reinterpretação que o Frade faz da Batalha, agregando a ela a bagagem ética proveniente das virtudes e, servindo fielmente à Igreja, o dever de proteger a Cristandade contra o grande inimigo muçulmano, no que Castela cumpre especial papel, sendo a sua Muralha.

Com base nisto, podemos falar então de uma identidade régia ibérica? Com toda a certeza. O Espelho dos Reis cumpre o papel de instrumento de construção, entretanto assume dois vieses que não são excludentes, respeitando a fidelidade de Álvaro Pelayo a Afonso XI e a destinação do Papado de realizar o reino de Deus na Terra, antes de conduzir a todos para a Felicidade Eterna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte:

PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963.

Bibliografia:

ALMEIDA, Cybele Crossetti. *Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X*, in: *Anos 90*, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS, nº 16, 2002, pp. 13-36.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal* (ed. De Damião Peres). Porto: Portucalense Editora, 1967, 4 vol.

BARBOSA, João Morais. *A teoria política de Álvaro Pais no "Speculum Regum"*: esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972.

BARROS, José D'Assunção. *Papas, Imperadores e Hereges na Idade Média*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHAUNU, Pierre. *O tempo das Reformas (1250-1550): história religiosa e sistema de civilização* (volume I: A Crise da Cristandade). Lisboa: Edições 70, 1993.

DIEHL, Rafael de Mesquita. *O poder régio e suas atribuições no speculum regum (1341- 1344) do franciscano Álvaro Pelayo, Bispo de Silves (1333-1350)*. Dissertação

(Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2013.

_____; SANTANA, Eliane Veríssimo. “Vincere vitia et se ipsum virtus est morum – as virtudes como instrumentos políticos nos espelhos de príncipe de Egídio Romano e Álvaro Pelayo. In: *V Congresso Internacional de História*, 2011, Maringá. Anais do V Congresso Internacional de História, 2011.

FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. In *História: Questões & Debates*, n. 41, Curitiba, Editora UFPR, 2004, pp. 73-83.

_____; FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá, 2001.

_____ (org.). *Identidade e Fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. O Conceito de Império no Pensamento Político Tardo-Medieval. In: LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Orgs.). *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. O poder do relato na Idade Média portuguesa: a Batalha do Salado de 1340. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013, pp. 87-120.

_____. Poder e sociedade na Península Ibérica Medieval. In *Humanas*, n. 10, Curitiba, Editora UFPR, 2001, pp. 123-133.

FILHO, Flávio Ferreira Paes. *A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (séculos XIII-XIV)*. Tese (Doutorado). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Doutorado em História Medieval e do Renascimento, 2008.

FRUGONI, Chiara. *A vida de um homem: Francisco de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de História: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymará Educação, 2012.

HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Ulisseia, s/d.

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. *Nova História da Igreja: a Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1984, vol. II. _____ . *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIMA, Adriana Mocelim de Souza. O Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos: espelho de reis e de nobres. In: SILVA, Victor Augustus Graciotto (org.). *Idade Média: religião, cultura e política*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2011, pp. 13-29.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Ed. Presença, 1986.

MIETHKE, Jürgen, *Las ideas políticas de la Edad Media*. Buenos Aires: Ed. Biblos,. 1993.

NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes em Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajodemieval. In: *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Año 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 09-39.

NOGUEIRA, Carlos (org.). *O Portugal Medieval: monarquia e sociedade*. São Paulo: Alameda, 2010.

PALÁCIOS MARTÍN, B., El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los *espejos de príncipes* (1250-1350). In: *Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350*, XXI Semana de Estudios Medievales, Estella, 1994, Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: Textos e Testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

REIS, José Carlos. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.

RIBEIRO, Daniel Valle. *Igreja e Estado na Idade Média*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.

RIU, Manuel. *La Baja Edad Media (siglo XIII al XV)*. Barcelona: Montesinos, 1986.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; LIMA, Marcelo Pereira. A Reforma Papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). *In: História: Questões & Debates*, n. 37, Curitiba: Editora da UFPR, 2002, pp. 85-110.

SORIA, José Manuel Nieto. Las monarquías castellana y portuguesa a fines del medievo: algunas perspectivas para una historia comparativa. *In: História: Questões & Debates*, n. 37, Curitiba: Editora da UFPR, 2002, pp. 11-36.

SOUZA, Armênia Maria de. A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV). *In Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 189-215.

_____. O descumprimento dos preceitos da Regra Franciscana pelos Frades Menores ao tempo de Frei Álvaro Pais, Ofm. (1270-1349). *In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. A Idade Média: entre a história e a historiografia*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012, pp. 137-149.

SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. *In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: A Monarquia Feudal* (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SOUZA, José Antônio de C. R. de. As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais, *in Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, 2008.

_____. *As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min., e Guilherme de Ockham O. Min. Porto Alegre: EST Edições; Porto (Portugal): Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

_____. (coord.; org.). *As relações de poder*: do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa. Porto Alegre: Edições EST, 2011.

STRAYER, Joseph Reese. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d.

ULLMANN, Walter. *Escritos sobre teoria política medieval*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA), 2003.

_____. *Historia del pensamiento político em la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

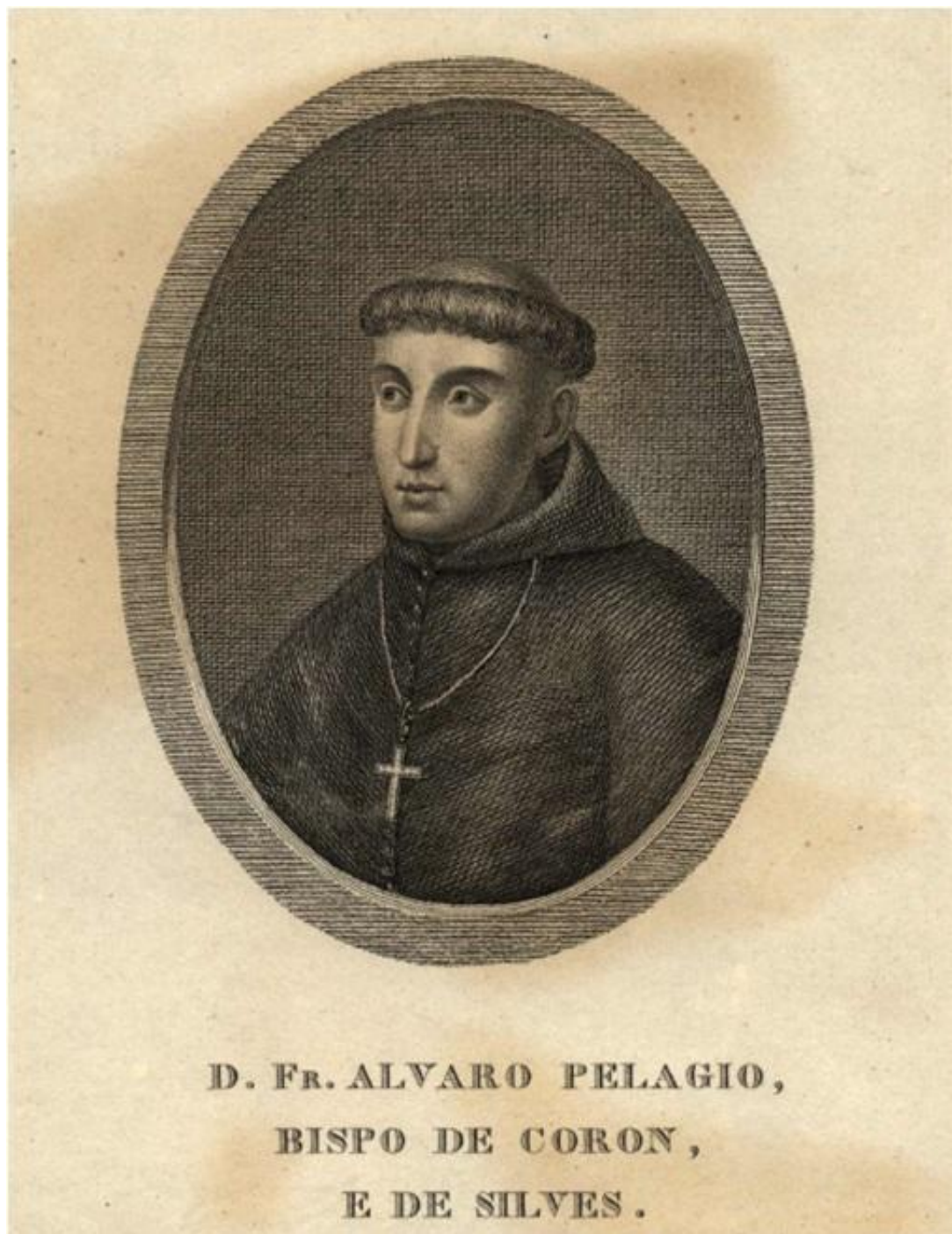
_____. *Principios de gobierno y política em la Edad Media*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

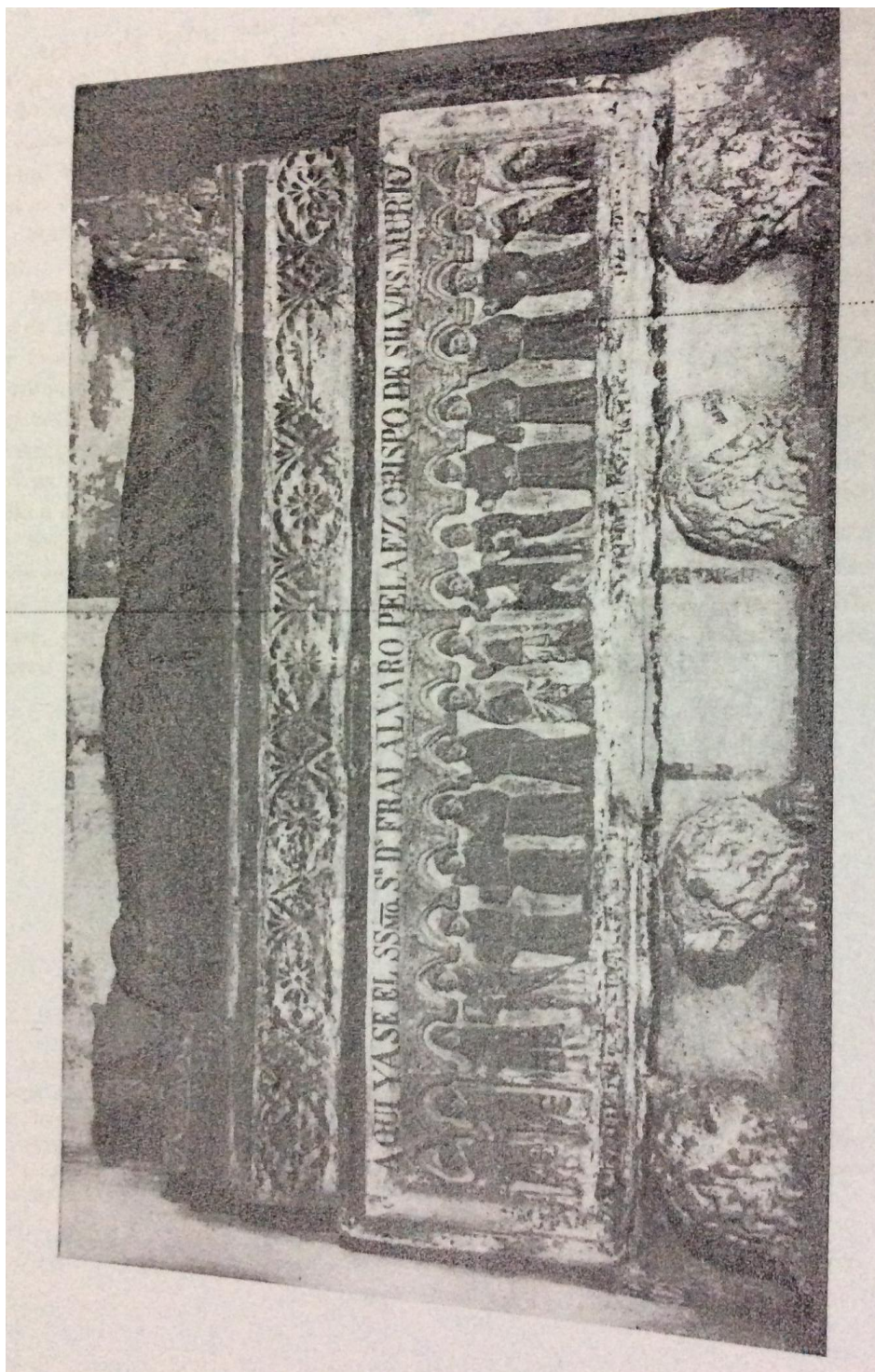
WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ANEXOS

01: “Dom Frei Alvaro Pelagio, bispo de Coron, e de Silves”, gravura de José da Cunha Taborda em buril, preta e branca, publicada em: FIGUEIREDO, Pedro José de. *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portuguesa*. Lisboa: Philopatrícia, 1806-1817, disponível em <http://purl.pt/13377> (08/03/2014).



02: Vista lateral do túmulo de Frei Álvaro Pelayo, localizado no Monastério de Santa Clara, em Sevilha, cidade onde fora seu último refúgio após a fuga de Silves. Extraída de: SOUSA COSTA, António Domingues de. *Estudos Sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, p. 89.



03: Detalhe do túmulo de Frei Álvaro Pelayo. Imagem extraída de: http://www.oocities.org/es/corpus_de_viarce/ (Consulta em: 22/04/2015)



Em ambas as imagens, é interessante notar o zelo e a atenção dedicada ao Frade por seus colegas de hábito, dedicando-lhe acolhida e posteriormente, tal sepultura. Este detalhe comprova a importância que Álvaro Pelayo teve em seu período, a ponto de merecer possuir suas fisionomias preservadas para sempre. O local onde o mesmo está sepultado também é interessante: Sevilha. Certamente a localidade acirrou as disputas conduzidas entre fins do século XIX e durante o século XX a respeito da nacionalidade de Pelayo – fato que pode ser reforçado pela efígie do mesmo em *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portuguesa*, exposto acima.

04: Os mapas que trazemos a seguir representam a mutação do cenário territorial ibérico entre o século XIII e o século XIV. Todos foram extraídos de: LARREA, Julio López-Davalillo. *Atlas histórico de España y Portugal*. Desde el Paleolítico hasta el siglo XX. Madrid: Editorial Síntesis, 2000, pp. 108; 113; 117.



LA PENÍNSULA EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIII

El gran salto dado hacia el sur por portugueses, castellanos y aragoneses en la primera mitad del siglo XIII dejó configuradas las fronteras interpeninsulares de forma casi inamovible durante más de dos siglos y medio, aunque hubo, eso sí, reclamaciones territoriales (Castilla exigía el Algarve a Portugal), cambios y rectificaciones (fijación de la frontera castellano-aragonesa en la zona de Murcia, conflictos castellanos-navarros por la línea del Ebro, etc.). Los tres grandes reinos hispanos se encontraron casi de repente con la ingente labor de reordenar y poblar el territorio conquistado desde la batalla de las Navas (1212). Castilla incorporó unos 85.000 km², Portugal dobló su territorio y Aragón, con la conquista de Valencia y las Baleares, aumentó en unos 30.000

km² su dominio. A repoblar estos territorios vinieron gentes del norte de la Península e incluso de fuera de ella, como genoveses o francos, que cubrieron los huecos dejados en algunas zonas por la marcha de la población musulmana. En Sevilla, por ejemplo, su población musulmana huyó a Granada o al norte de África. En algunas zonas, los reyes permitieron a la población musulmana seguir viviendo, pues eran hábiles agricultores, artesanos y comerciantes. De ahí las importantes bolsas de población mudéjar que quedaron en el sur y este de España hasta el siglo XVI. Los judíos, pocos pero influyentes, prefirieron quedarse tras la conquista cristiana del Mediodía peninsular. En el reparto de las tierras conquistadas, con la formación de una poderosa casta señorial, está el origen de los conflictos que más tarde convulsionarán a Castilla. En su frontera sur ésta se empeñó en el control del Estre-

cho, pues los meriries de Marruecos lo cruzaron en repetidas ocasiones, bien para intervenir en ayuda del emirato de Granada o con la pretensión de establecer su dominio en Al-Ándalus.

En Aragón, Jaime I estuvo a punto de malograr los logros de su reinado al dividir su herencia entre sus hijos. A pesar de la oposición de su primogénito, Pedro III, el proyecto de división de la Corona de Aragón se hizo realidad en 1276, al morir Jaime: Pedro heredaba Cataluña, Aragón y Valencia, mientras las islas Baleares, el Rosellón y otras posesiones aragoneas en el mediodía francés pasaban al segundogénito Jaime II. Con estos territorios se creó el Reino de Mallorca. Existió hasta 1344, en que Pedro IV lo reincorporó a la corona aragonesa. También hubo en Aragón una importante población mudéjar, en Valencia y el valle del Ebro.



ÉPOCA DE LOS CINCO REINOS Los Trastámara en Castilla (s. XIV)

Desde el siglo XIII, la Península alcanza una fase de relativo equilibrio político-territorial. Cinco Estados se reparten el territorio: el Reino de Portugal, la Corona de Castilla, el Reino de Navarra, la Corona de Aragón y el Emirato de Granada. La terrible epidemia de peste de 1348 hundió a los reinos ibéricos en una grave crisis económica, que la Corona de Castilla remontará antes gracias a su gran riqueza ganadera (fundamento de su posterior hegemonía). Aragón y Portugal vuelcan sus energías en ultramar: los lusitanos, en el noroeste de África y el Atlántico, y los aragoneses y catalanes en el Mediterráneo occidental. Castilla, Estado continental por excelencia, desarrolla una política netamente peninsular. La intervención de los meriníes norteafricanos en

la política de Granada planteó a Castilla el agudo problema del control del Estrecho. La batalla del Salado (1340), ganada por Castilla con apoyo aragonés, atajó posibles invasiones norteafricanas y dejó a Granada aislada. Más tarde, Castilla ansía llegar al Mediterráneo por Valencia: campañas de Pedro I de Castilla contra Pedro IV de Aragón (Guerra de los dos Pedros). La entronización de los Trastámara en Castilla en 1369, dio nuevos aires a la aspiración castellana de total hegemonía peninsular. Los Trastámara practicaron una política a medio camino entre la integración amistosa y el imperialismo. Juan I invadió Portugal en 1385 en defensa de los derechos dinásticos de su esposa, siendo derrotado en Aljubarrota. Pero en 1412 los castellanos lograron que un Trastámara, Fernando I de Antequera, fuera elegido rey de Aragón (Compromiso de Caspe).

LA ESPAÑA DE LOS CINCO REINOS

Con la muerte de Alfonso VII se inicia el rápido ocaso de la idea imperial leonesa... El reino de Aragón, unido a Cataluña, va a ser en lo sucesivo un estado cada vez más fuerte y el Reino de Portugal no hará otra cosa que robustecer su independencia [...] y al imperio hispánico sucederá una nueva época de la estructura política de España: la de los llamados "cinco reinos", expresión que será recogida por la historiografía española posterior [...], unidos por la solidaridad dinástica entre sus príncipes, descendientes por las líneas paterna o materna de Alfonso el Magno y Sancho el Mayor de Navarra, pero sin que haya entre ellos [...] ninguno que tenga fuerza y autoridad suficiente para hacer que los otros reconozcan su autoridad imperial.

Luis G. de Valdeavellano

05. Aqui trazemos o “Quadro das Virtudes”, parte de nossa metodologia de análise.

